



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS
RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL
NA AMAZÔNIA – PPGEDAM



Ana Priscila Farias Magalhães

**METODOLOGIA APLICADA AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
EM RESERVAS EXTRATIVISTAS: valoração da atratividade turística
de Resex - o exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA.**

**Belém
2014**

Ana Priscila Farias Magalhães

**METODOLOGIA APLICADA AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
EM RESERVAS EXTRATIVISTAS: valoração da atratividade turística
de Resex - o exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.
Área de Concentração: Gestão Ambiental.
Orientador Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho

**Belém
2014**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –

Magalhães, Ana Priscila Farias.

Metodologia aplicada ao turismo de base comunitária em reservas extrativistas: valoração da atratividade turística de Resex - o exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA. / Ana Priscila Farias Magalhães. - 2014

124 f.: il.; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2014.

1. Turismo – Marajó, Arquipélago de (PA). 2. Reserva Extrativista de Mapuá - Breves (PA). 3. Desenvolvimento Sustentável. I. Vasconcellos Sobrinho, Mário, *orient.* II. Título.

CDD: 23. ed. 338.4791098115

Bibliotecária Elisângela Silva da Costa, CRB-2, n. 983



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS
RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL
NA AMAZÔNIA – PPGEDAM



Ana Priscila Farias Magalhães

**METODOLOGIA APLICADA AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
EM RESERVAS EXTRATIVISTAS: valoração da atratividade turística
de Resex - o exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Área de Concentração: Gestão Ambiental.

Data da aprovação. Belém - PA: ____/____/____

Banca Examinadora

Mário Vasconcellos Sobrinho
Prof. Dr. UFPA/ PPGEDAM

Luiz Otávio do Canto Lopes
Prof. Dr. UFPA/ PPGEDAM

Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma
Prof. Dr^a. UFPA

Aos meus pais, Edmilson e Helena,
exemplos de amor, companheirismo e
doação.

Aos meus irmãos que tanto amo, Marcos
André, Anderson e Hevertton.

Ao Santiago, meu sobrinho amado, que
me ensina a cada dia que não há
barreiras que não possam ser vencidas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela força e sabedoria para enfrentar os momentos difíceis que surgiram no decorrer desses 02 anos de estudos.

Aos meus pais, Edmilson e Helena pelo cuidado e preocupação, além do incentivo em todas as decisões tomadas por mim. Aos meus irmãos queridos e amados, Marcos André, Anderson e Hevertton pelos momentos de alegria, apoio e companheirismo. Às minhas cunhadas Flávia e Ariana pelo acolhimento. A minha família amada por todo o apoio (tios, tias, primos e primas).

Aos meus amigos e companheiros de trabalho Prof. Msc. Cleber Castro pelas ideias iniciais para o desenvolvimento da pesquisa, Prof^a. Esp. Anaryê Rocha por ter aceitado participar da aplicação da metodologia proposta pela dissertação, em campo, como pesquisadora convidada, Prof^a. Elza Braga, minha coordenadora, pelo incentivo, apoio e compreensão diante de cenários tumultuados, Prof. Esp. Bruno Pereira pela logística de transporte durante o período de entrevistas, ajuda na elaboração dos gráficos para análise comparativa dos dados e Prof. General Wishart pela leitura dos textos de Price & Hawkins, apoio e momentos de descontração.

Agradeço ainda aos meus companheiros de vida, amigos queridos, que me ajudaram a concluir o mestrado... cada um à sua maneira. À Jeane Brito pelo carinho, dedicação e por ter providenciado alimentação em sua casa, quando não havia tempo para cozinhar. À Thayanna Freitas por ter cuidado da minha casa e dos meus filhos de quatro patas (Samara, Bartô e Ângelo) nos períodos de viagens. Ao Sérgio Guedes pelo apoio, palavras de incentivo e momentos de gargalhadas excêntricas. Aos meus amigos de Breves. Aos colegas e amigos do mestrado que foram de suma importância durante o dia-a-dia (Juliana Lima, Nayana Vêras, Roberto Macedo, Adriano Dias, Débora Moreira, Maicon Farias, Gisela Sequeira, Eduardo Duarte, Celina Chagas, Danielle Dias e Mayany Salgado), agradeço pelas discussões proveitosas, contribuições e momentos de lazer.

Aos entrevistados pela confiança e disponibilidade em colaborar com a pesquisa. À Maria Domingas e sua família, residentes da Comunidade de Santa

Maria, pelo cuidado, hospedagem, apoio logístico, condução pela RESEX de Mapuá e conversas enriquecedoras.

Aos pesquisadores (comunitários) das 03 (três) comunidades pesquisadas, pela disponibilidade em contribuir com a pesquisa, aos entrevistados pelas informações fornecidas e aos comunitários pelos momentos de prosa e vivências valiosas.

Aos membros da banca do Exame de Qualificação, Prof^a. Dr^a. Helena Dóris Quaresma pelas diversas contribuições à pesquisa e ao Dr. Sérgio Moraes pelas palavras de incentivo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Mário Vasconcellos, pelas orientações, confiança, paciência e incentivo contínuo para a conclusão do mestrado.

Ao Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e ao Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) por terem acreditado na minha proposta de pesquisa.

Agradeço ao Instituto Federal do Pará (IFPA), instituição a qual sou servidora, pelo incentivo na elevação da minha capacitação profissional. Nesse sentido, agradeço imensamente ao Prof. Msc. Augusto Paes, que era o Diretor Geral do *Campus* Breves, pelo incentivo na inscrição do mestrado, mesmo diante da exiguidade do tempo e distâncias geográficas. Obrigada Professor Augusto Paes, pelo apoio e compreensão imprescindíveis para que eu chegasse até aqui.

Mapuá

Aqui, ali, acolá,
Pergunto, volto a informar,
Percorro voltas e volto
Pra chegar no Mapuá!

Rio tranquilo, água escura,
Linda flora a verdejar,
Peixes pulando nas margens.
Eis aí o Mapuá!

Eu que amo a beleza
Aqui estou e vou voltar
Pra ver em sua nobreza
O saudoso Mapuá!

Gente humilde, gente boa,
Gente pura a acenar,
Mas tem também gente valente
Nas terras do Mapuá!

Acho lindo as flores mil
Nas orlas desabrochar
Enfeitando as negras águas
Do orgulhoso Mapuá!

Um sol gigante, dourado,
No poente a repousar
Foi a lembrança mais terna
Que guardei do Mapuá.

OLIVEIRA, Nazaré (1986).

RESUMO

A dissertação analisa as possibilidades, os limites e os modos de desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. Especificamente, discute a proposta de um método para valorar o nível de atratividade das comunidades de Reservas Extrativistas para implantar o TBC. Os objetivos específicos foram identificar os elementos de valoração turística, criar uma metodologia de valoração da atratividade turística, aplicar esta metodologia nas comunidades de Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré, Santa Maria e Santa Rita de Cássia, localizadas na RESEX de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Estado do Pará, capacitar os pesquisadores (técnicos e comunitários) e interpretar os dados. As informações foram coletadas com base na metodologia da Análise em Pares, que compreende em levantamento de dados e análise a partir de olhares técnicos e de membros das comunidades. A pesquisa orienta-se também pela problemática que envolve a discussão de como se iniciam os processos de implantação de projetos de turismo de base comunitária em unidades de conservação, particularmente em reservas extrativistas, e como pode ser medido e valorado o nível de atratividade turística de RESEX's, a exemplo de Mapuá. A dissertação revela que as comunidades pesquisadas possuem valoração adequada para um possível desenvolvimento de projeto de TBC, considerando a possibilidade de sanar determinados gargalos sinalizados nos resultados finais da pesquisa. Diante das evidências expostas, conclui-se que é possível valorar o nível de atratividade turística das reservas extrativistas, por meio de uma metodologia específica para este tipo de unidade de conservação, bem como a sua capacidade adaptativa para aplicabilidade em outras áreas de preservação e proteção ambiental.

Palavras-chave: Reserva Extrativista de Mapuá. Turismo de Base Comunitária. Metodologia de Análise em pares. Valoração turística.

ABSTRACT

The dissertation examines the possibilities, limits and modes of development of Community Based Tourism. Specifically, it discusses the proposal of a method to value the level of attractiveness of the communities of Extractive Reserves to deploy TBC. The specific objectives were to identify the elements of tourist valuation, create a methodology for valuation of tourist attractiveness, apply this methodology in the communities of Our Lady of Nazareth Alligator Lake, Santa Maria and Santa Rita, located in RESEX Mapuá Archipelago Marajó, Pará State, empower researchers (technical and community) and interpret the data. The information was gathered based on the methodology of the analysis in Pairs, comprising in data collection and analysis from technical looks and community members. The research also aimed at the problem that involves a discussion of how to begin the process of implementation of projects for community-based tourism in protected areas, particularly in extractive reserves, and how it can be measured and valued the level of tourist attractiveness of MER's, like Mapuá. The dissertation shows that the surveyed communities have proper evaluation for possible project development of TBC, considering to remedy certain bottlenecks flagged in the final results of the research. Exposed face of the evidence, it is concluded that it is possible to value the level of tourist attractiveness of extractive reserves, through a specific unit for this type of conservation methodology as well as their adaptive capacity for applicability in other areas of preservation and protection environmental.

Keywords: Extractive Reserve Mapuá. Community Based Tourism. Analysis Methodology in pairs. Tourist valuation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Reserva Extrativista de Mapuá	19
Figura 2 - Unidades de conservação nas proximidades da RESEX de Mapuá.....	36
Figura 3 - Mesorregião do Marajó	37
Figura 4 - Remanescentes arquitetônicos na Vila de Corcovado, Breves/PA	39
Figura 7 - Sítios, ocorrências e áreas com potencial arqueológico no Município de Breves	46
Figura 8 - Casarão de Cumaru, localizado na Comunidade de Santa Rita de Cássia	47
Figura 9 - Hidrografia da RESEX de Mapuá como uma característica importante para a dinâmica socioeconômica para a região da reserva	49
Figura 10 - Reunião de Reativação do Conselho Deliberativo da RESEX de Mapuá	54
Figura 11 - Fluxograma baseado no método da Análise em Pares.....	59
Figura 12 – Sinergia das dimensões	61
Figura 13- Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Hortas]	71
Figura 14 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Maria	75
Figura 15 - Igreja de Santa Maria.....	76
Figura 16 - Centro Comunitário	76
Figura 17 - Centro comercial.....	77
Figura 18 - Passarelas de interligação entre as construções da comunidade	77
Figura 19 - Campo de futebol – espaço de esporte e lazer.....	79
Figura 20 - Escola de Ensino Fundamental Santa Rita de Cássia	80
Figura 21 - Posto de Saúde.....	81
Figura 22 - Espaço da Pastoral da Criança.....	81
Figura 23 - Antena para captação do sinal para o telefone público (ao fundo)	81
Figura 24 - Interior do Centro Comunitário	82
Figura 25 - Casarão do Cumaru.....	83
Figura 26 - Extração de Madeira	83
Figura 29 - Gráfico da análise comparativa dos dados gerais da Comunidade de Santa Rita de Cássia.....	97
Figura 30 - Gráfico da análise comparativa dos dados gerais da Comunidade de ...	98
Figura 31 – Gráfico da análise comparativa dos dados gerais da Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Marajoaras, ano 2010	38
Quadro 2 - Valoração de atratividade para o TBC	63
Quadro 3 - Classificação para valoração geral do TBC em reservas extrativistas	63
Quadro 4 - Matriz 1 - Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO AMBIENTAL.....	64
Quadro 5 - Matriz 2 - Critérios de valoração da atratividade na DIMENSÃO CULTURAL	65
Quadro 6 - Matriz 3 - Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO ECONÔMICA	66
Quadro 7 - Matriz 4 - Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO SOCIAL.....	66
Quadro 8 - Matriz 5 - Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO POLÍTICO/INSTITUCIONAL	67
Quadro 9 - Matriz 6: Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE BASE COMUNITÁRIA.....	67
Quadro 10 - Matriz 7 - Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO INFRAESTRUTURA BÁSICA.....	68
Quadro 11 - Matriz 8 - Critérios para hierarquização de atratividade na DIMENSÃO INFRAESTRUTURA TURÍSTICA.....	69
Quadro 12 - Matriz 9 - Critérios para hierarquização de atratividade na DIMENSÃO COGNITIVA.....	69

LISTA DE SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ACS	Agente Comunitário de Saúde
AMOREMA	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mapuá
APA	Área de Proteção Ambiental
CMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente de Breves
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CRF	Casa Familiar Rural
DOU	Diário Oficial da União
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
ENTBL	Encontro de Turismo de Base Local
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM	Índices de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPA	Instituto Federal do Pará
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
MTUR	Ministério do Turismo
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDAM	Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo

RESEX	Reserva Extrativista
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SEAD	Secretaria Municipal de Administração
SECULTE	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos de Breves
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará
SEMARHA	Secretaria Municipal de Recursos Hídricos e Agricultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves
TBC	Turismo de Base Comunitária
TRAF	Turismo Rural da Agricultura Familiar
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
URE	13ª Unidade Regional de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	25
2.1	Aspectos teóricos e conceituais	25
2.2	Políticas Públicas de Turismo de Base Comunitária	31
3	O TERRITÓRIO DA RESEX DE MAPUÁ	35
3.1	APA do Marajó	35
3.2	O Município de Breves	38
3.3	A Reserva Extrativista de Mapuá	41
3.3.1	Aspectos Históricos e de Ocupação Humana no Rio Mapuá	45
3.3.2	Aspectos Geoambientais	48
3.3.3	Processo de criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável RESEX de Mapuá	50
4	PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA VALORAÇÃO DO NÍVEL DE ATRATIVIDADE PARA O TBC NA RESEX DE MAPUÁ	57
4.1	Matrizes de valoração da atratividade turística de RESEX	57
4.2	Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré	70
4.3	Comunidade de Santa Maria	75
4.4	Comunidade de Santa Rita de Cássia	80
5	VALORAÇÃO DO TBC EM MAPUÁ	86
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
7	RECOMENDAÇÕES	106
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICES	116
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES	117
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM ORGANISMOS LIGADOS AO MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE BREVES (ICMBIO, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (CMMA), SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS (STR) E EMATER)	118
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGENTE QUE ATUA NA RESEX DE MAPUÁ (AMOREMA)	119
	APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM SECULTE	120
	APÊNDICE E- DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	121

1 INTRODUÇÃO

A temática do Turismo de Base Comunitária (TBC) está em processo de desenvolvimento e sua bibliografia ainda encontra-se restrita a alguns debates levantados por Marta Irving, Roberto Bartholo, Davis Sansolo, Ivan Bursztyn, Maria Goretti Tavares, entre outros, fato este que pode ser evidenciado na publicação Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras (BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I., 2009), onde os pesquisadores supracitados relatam suas experiências e estimulam as discussões.

O TBC está em destaque também no âmbito institucional, como no caso dos lançamentos de Editais do Ministério do Turismo (MTur) de apoio a projetos¹, publicações específicas (BRASIL, 2008), promoção e apoio a eventos para o debate do tema, como no exemplo do Salão do Turismo 2011, realizado em São Paulo, onde uma grande área da feira de comercialização destinava-se aos roteiros de turismo de base comunitária, bem como no Núcleo de Conhecimento, área de destaque no evento que incitava a discussão e apresentação de experiências.

A discussão envolve ainda a participação latente das organizações não governamentais nesse processo de amadurecimento do TBC no Brasil, evidenciando que este modo de fazer o turismo, debatido pelos pesquisadores citados acima, mostra-se como uma alternativa responsável para o planejamento e gestão sustentável da atividade turística, inclusive para Reservas Extrativistas.

As discussões do TBC surgiram na década de 1990, quando pesquisadores de diferentes instituições e regiões do país se reuniram para reafirmar a intenção de se discutir esse modelo de turismo. Foi então que nasceu a proposta de criar e promover um evento para debater essa temática, o Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL), que é bienal, e a cada edição apresenta novos olhares e experiências que contribuem para o fortalecimento do TBC junto à academia e à gestão pública (IRVING, 2009).

Seguindo esta tendência, as reservas extrativistas² estão cada vez mais realizando ações de TBC em suas áreas protegidas, como a Resex do Rio Unini

¹ O Edital está disponível em www.turismo.gov.br. Acesso em: 02.Dez. 2013.

² De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), no art. 18, reserva extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura

(AM), Resex Marinha de Soure (PA) e Resex Marinha de Mãe Grande-Curuçá (PA), entre outras nas mais diversas regiões do país.

A RESEX de Mapuá foi criada por meio do Decreto Presidencial, de 20 de maio de 2005 (anexo I), que diz no seu Art. 1º que a reserva compreende uma área de aproximadamente 94.463 hectares e de acordo com o Art. 2º, tem por objetivo principal proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista, residente na área de sua abrangência. A reserva localiza-se no município de Breves, no Arquipélago do Marajó (BRASIL, 2005).

A Reserva Extrativista de Mapuá é gerida por um “Conselho Deliberativo³”, que tem na sua presidência o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). O “Conselho Deliberativo da RESEX Mapuá” foi estabelecido pela Portaria ICMBIO nº 39, de 25 de junho de 2008 (anexo II), com 25 (vinte e cinco) conselheiros que representam diversos órgãos públicos, as organizações da sociedade civil e as populações tradicionais residentes na área.

A questão do Turismo de Base Comunitária na região da área estudada está seguindo o que reza o Plano de Governo da Prefeitura Municipal de Breves para o quadriênio de 2013-2016, no item que compreende a Política Urbana e Rural, que indica ações de fomento ao fortalecimento das associações e cooperativas na RESEX de Mapuá, além de estimular atividades que possam contribuir para a transformação da RESEX em um polo de atração de turistas de base comunitária (BREVES, 2012). E no item sobre as metas para a Geração de Emprego e Renda, o plano enfatiza a ampliação das ações e projetos de turismo de base comunitária, cultural e religioso para o município (BREVES, 2012).

Diante desse contexto favorável ao TBC, propõe-se uma metodologia capaz de subsidiar a valoração da atratividade turística de comunidades onde esse modelo

dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A lei expõe que uma RESEX é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, é gerida por um Conselho Deliberativo. A visitação pública é permitida, desde que compatível com o disposto no Plano de Manejo da área. Pesquisas científicas são permitidas e incentivadas, sujeitando-se à prévia autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). A exploração comercial dos recursos naturais só é permitida em bases sustentáveis compatíveis com o Plano de Manejo (BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de jul. de 2000).

³ O Conselho Deliberativo de RESEX é o espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais. (Apresentação em slides do ICMBIO/PA na RESEX de Maracanã durante evento em agosto de 2013).

de turismo pode ser desenvolvido. Essa proposição procura contribuir para o avanço das discussões teóricas e práticas acerca do TBC, para que essas discussões não recaiam somente em análises críticas sobre as consequências do turismo nas comunidades, mas também no apontamento de modos pelos quais esse turismo proposto possa acontecer. Além disso, a metodologia desenvolvida com esse trabalho e os resultados das análises, apresentam-se como ferramentas de planejamento e gestão de projetos de TBC, especialmente em Unidades de Conservação.

Desse modo, a proposta de metodologia foi desenvolvida em 03 (três) comunidades da RESEX de Mapuá, a fim de buscar resultados que pudessem auxiliar no processo de reflexão e aprimoramento do planejamento do TBC em RESEX's, tendo como referência para a sua aplicabilidade experimental a RESEX extrativista de Mapuá, uma vez que esta Unidade de Conservação (UC)⁴, não possui nenhuma ação organizada e direcionada para a implantação do TBC.

Esta dissertação sugere uma metodologia capaz de identificar o nível de atratividade de 03 (três) comunidades para o desenvolvimento de projetos de Turismo de Base Comunitária na RESEX de Mapuá, no Município de Breves-PA, com aplicabilidade em outras comunidades pertencentes a esta ou a demais Unidades de Conservação, de acordo com as peculiaridades de cada local.

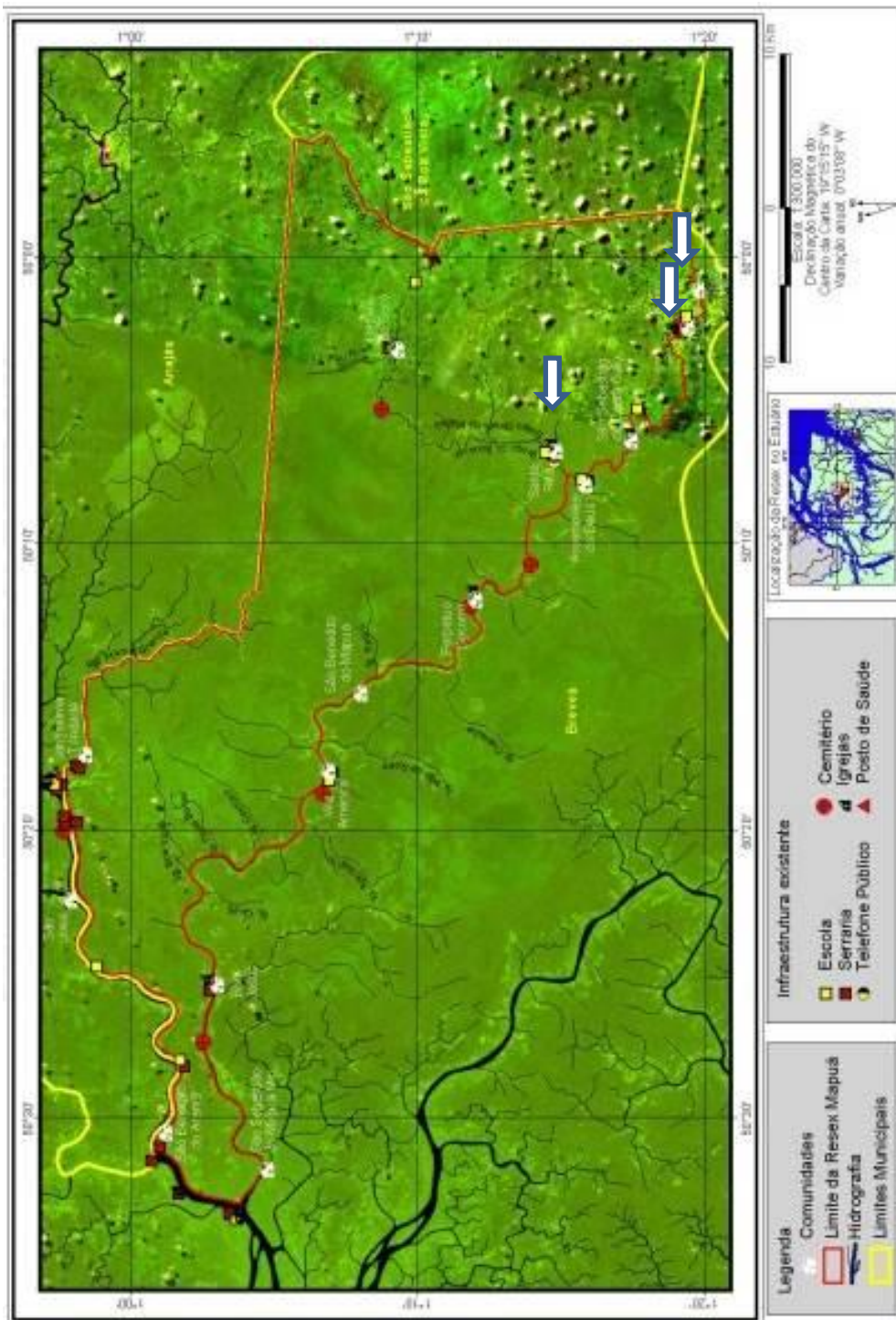
Segundo a Portaria de criação do Conselho Deliberativo da reserva, a RESEX de Mapuá possui 12 comunidades oficiais (BRASIL, 2005), espalhadas por uma extensão territorial de aproximadamente 94.463 hectares (Figura 01) e para os fins desta pesquisa foram escolhidas (03) três comunidades, a de Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré, que é uma das comunidades mais intocadas da reserva, Santa Maria e Santa Rita de Cássia.

A definição das comunidades foi definida conjuntamente com o Presidente da AMOREMA, devido a proximidade geográfica entre as mesmas, configurando-se como áreas apropriadas para o desenvolvimento da pesquisa. Ressalta-se ainda que devido a extensão territorial da RESEX e a dificuldade na logística de transporte para a vista *in loco* de todas as comunidades, e considerando o tempo estimado

⁴ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), entende-se por unidade de conservação todo espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

para a realização desta pesquisa, seria inviável realizar a investigação em todas as comunidades oficiais da reserva extrativista.

Figura 1 - Reserva Extrativista de Mapuá



Fonte: ICMBIO, 2008.

A dissertação contempla aspectos sociais, ambientais, econômicos, geográficos, históricos, turísticos e científicos. A questão social desenvolvida na

dissertação envolve o levantamento das condições de vida da população local, dos serviços públicos, como educação, saúde, comunicações, saneamento básico, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e fluidez no abastecimento de mercadorias, que podem ser afetados positivamente e/ou negativamente com o advento do Turismo de Base Comunitária. Além disso, destaca-se a possibilidade de apresentar aos atores envolvidos com a reserva, o resultado quantitativo e qualitativo da pesquisa, a realidade atual e pontos que devem ser fortalecidos e incrementados visando a melhoria da qualidade de vida dos comunitários.

No aspecto ambiental, foi possível identificar quais aspectos ambientais da comunidade estão mais preservados e em quais são necessárias ações de conservação. Como as UC's são regidas por legislações que coíbem atividades predatórias, o TBC surge com a proposta de valorização e contemplação da natureza, com redução e minimização de impactos nocivos ao meio ambiente.

O turismo, enquanto setor econômico é reconhecido como um importante gerador de divisas, capaz de gerar empregos diretos e indiretos, e conseqüentemente gerar renda. Segundo o Boletim do Desempenho Econômico do Turismo, por meio de dados do Banco Central, “os gastos efetuados por turistas estrangeiros em visita ao Brasil, medidos pela receita da conta viagens, do balanço de pagamentos, totalizaram em jan.-set./2013 US\$ 5.041 milhões (0,80% a mais do que os US\$5.001 milhões auferido sem igual período de 2012)” (BRASIL, 2013). Como o turismo é uma atividade que movimenta muitas atividades formais e informais, os gastos efetuados pelos turistas impactam direta e indiretamente na geração de empregos e distribuição de renda (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, com a pesquisa foi possível detectar as potencialidades econômicas das comunidades e apontar oportunidades de negócios para a RESEX de Mapuá. Destaque-se, porém, a visão de Mielke (2009, p. 67) que sugere que no TBC os produtos e serviços devam ser comercializados via associação de moradores ou cooperativa de determinada atividade, por meio do conceito da Economia Solidária, a fim de buscar a garantia da equidade, cujos lucros e responsabilidades são divididos entre todos os comunitários envolvidos nas ações. Segundo a publicação Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social (BRASIL, 2007, p. 14), no país existem cerca de 14.959 empreendimentos econômicos solidários, espalhados por 2.274 municípios do Brasil, cuja base é

formada pelas relações de cooperação e autogestão. No caso do TBC, não há dados que possam revelar o quantitativo de empreendimentos cuja base administrativa é a economia solidária.

Contudo, segundo Mielke (2009, p. 67) o conceito da gestão do TBC baseada no associativismo e cooperativismo ainda se configura como opção mais adequada para este modelo de turismo, uma vez que no TBC a divisão compartilhada de responsabilidades e dos lucros deve ser assegurada entre todos os envolvidos.

A pesquisa pode subsidiar análises sobre a questão da materialização do território e das relações sociais oriundas do turismo, influenciadas pelo aumento temporário da população flutuante, assim como o estreitamento da relação entre campo e cidade, e que encorpam o processo de produção do espaço para a atividade turística. Smith (1988, p.132) diz que, “a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz”, modificando, assim, a lógica de compreensão do espaço, dizendo, ainda, que “nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos ‘no’ espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando, trabalhando”.

Massey (2008) ao discutir sobre espaço apresenta 03 (três) proposições. A primeira diz que o espaço é reconhecido como produto de inter-relações, como se fosse constituído por meio das interações, nas mais variadas escalas espaciais. O autor compreende o espaço como uma esfera da possibilidade da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem, defendendo que sem espaço não há multiplicidade, e sem multiplicidade, não há espaço. E por último reconhece o espaço como se estivesse sempre em um processo de construção, porque, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. O espaço jamais está acabado, nunca está fechado (VALDUGA, 2011).

Valduga (2011, p. 77) entende que “o que gera atratividade é a presença dos turistas e isto, muitas vezes, independe das condições do espaço”. Seguindo esta lógica, Knafou (2001, p. 70) aponta 03 (três) fontes para a turistificação dos lugares. A primeira seria de que os turistas que estão na origem do turismo; a segunda fonte é o mercado, que cria espaços de consumo e lazer e, a terceira fonte de turistificação são os planejadores e os promotores territoriais (VALDUGA, 2011).

Assim, essa compreensão nos conduz a analisarmos a turistificação do TBC nas unidades de conservação, reforçando a ideia contrária sobre a “tendência” de turistificar espaços para atender a cadeia produtiva do turismo, com a apropriação de elementos materiais e imateriais das comunidades, atribuindo-lhes novas configurações para agregar valores meramente comerciais à cadeia produtiva do turismo.

No aspecto histórico, a valorização da história de formação das comunidades que pertencem à RESEX foi observada, bem como a motivação que levou ao estabelecimento dessas comunidades, a destacar a migração dos índios Mapuás (PINTO, 2008) e a ocupação europeia, culminando no comércio e exploração de látex, posteriormente palmito e madeira.

No aspecto cultural destaca-se a valorização do modo de vida⁵ da população extrativista e ribeirinha, valorização dos modos tradicionais de fabrico de artesanato e extração de óleos vegetais, culinária típica, uso de ervas e plantas medicinais, lendas e mitos da Amazônia.

Do ponto de vista turístico, além de contribuir para um novo olhar acerca da diversificação de destinos e produtos turísticos, provocando, assim, mais dinamismo no turismo, autogestão, ressignificação, valorização do Turismo de Base Comunitária, que não se configura como uma tipologia de turismo e sim um novo modelo de planejamento e implantação da atividade turística que executa suas atividades dentro dos princípios da sustentabilidade. Irving (2008) diz que no TBC enfatiza-se pela busca por um planejamento turístico participativo, onde os comunitários são protagonistas e sujeitos do processo e não objetos, ou seja, participam e se envolvem ativamente das atividades.

No âmbito científico ressalta-se a aplicação da metodologia baseada na análise em pares que visa valorar os níveis de atratividade para o Turismo Comunitário em Reservas Extrativistas, onde ainda não existem projetos de TBC ou qualquer tipo de fluxo turístico. Neste caso, o exemplo utilizado para a busca dos elementos e valores estabelecidos nas matrizes é a RESEX de Mapuá.

Nesse contexto, esta pesquisa está norteada, de um modo geral, por uma problemática que discorre sobre os processos iniciais de implantação de projetos de

⁵ Segundo o Wagley (1957), modo de vida é a forma pela qual o homem se adapta ao ambiente com base em seus antecedentes históricos e no conhecimento gerado pelos antepassados fruto da relação indivíduos x natureza (WAGLEY apud QUARESMA, 2003).

turismo de base comunitária em unidades de conservação, particularmente em reservas extrativistas. Parte-se do seguinte questionamento: Como pode ser medido e valorado o nível de atratividade turística de reservas extrativistas para uma possível implementação de projetos de Turismo de Base Comunitária?

A pesquisa teve como objetivo analisar as possibilidades, os limites e os modos de desenvolvimento do turismo de base comunitária em áreas naturais protegidas, desenvolvendo e aplicando um método para valorar o nível de atratividade para o Turismo de Base Comunitária (TBC) em Reservas Extrativistas. Toma-se como referência a Reserva Extrativista de Mapuá, Arquipélago de Marajó, Breves/PA. Para tal, definem-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar os elementos de valoração turística em reservas extrativistas; b) criar uma metodologia de valoração da atratividade turística em reservas extrativistas; c) realizar oficinas de capacitação dos pesquisadores (líderes comunitários); d) aplicar a metodologia de valoração nas comunidades de Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré, Santa Maria e Santa Rita de Cássia e e) analisar a eficácia metodologia em si.

A dissertação foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Para tal, foram realizadas pesquisas documentais para o levantamento e análise de informações pertinentes.

A abordagem qualitativa e quantitativa, após a compilação das informações, possibilitou mensurar os valores que as comunidades obtiveram na pesquisa, que facilitou o processo de análise e interpretação dos dados, configurando-se uma ferramenta de apoio para a gestão da RESEX do ponto de vista turístico, social, econômico, cultural e ambiental.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas em instituições ligadas a área estudada, como o ICMBIO, Prefeitura Municipal de Breves, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Conselho Municipal de Meio Ambiente de Breves (CMMA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves e Associação dos Moradores da RESEX de Mapuá (AMOREMA).

As entrevistas foram gravadas, sempre com a prévia autorização do informante, com posterior transcrição, complementando com as anotações de aspectos não-verbais, importantes para a compreensão das informações, presentes no momento da coleta de dados.

Utilizou-se, também, análises cartográficas para melhor entendimento geográfico e hidrográfico da área estudada, bem como a localização das comunidades da RESEX.

2 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

2.1 Aspectos teóricos e conceituais

A atividade turística é um dos setores da economia que mais cresce no Brasil. Entretanto, convém observar que pensar em crescimento econômico sem desenvolvimento, priorizando aspectos mercadológicos, corre-se o risco de ter uma sobreposição dos impactos negativos gerados pela atividade turística em detrimento dos impactos positivos, ocasionando, em algumas situações, danos irreversíveis para a população local. “O turismo não é e nem pode ser visto apenas como uma atividade econômica. É também uma atividade carregada de signos, representações, resistência e de valores sociais” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 7). E da mesma maneira que proporciona o desenvolvimento e o crescimento dos lugares, traz também destruição da natureza, das comunidades locais e das tradições. Assim, o desenvolvimento deveria ser pautado não apenas no mercado, mas nos valores humanitários e ambientais (CORIOLANO, 2012).

Crescimento econômico não implica em desenvolvimento, por mais que haja relação entre os dois conceitos. Pensar em desenvolvimento exige outra lógica, que não é o da produtividade a qualquer custo, competitividade e acumulação, e sim uma revolução de ideias e práticas sociais, que oriente pessoas e organizações para a produção e o consumo partilhado, respeitando os ciclos da natureza. Praticamente inverte-se a ordem clássica, a economia colocando-se em função do desenvolvimento para que passe a estar centrado no homem, e não na acumulação do capital (CORIOLANO, 2012).

Nesse sentido, pensar em um modelo de atividade, como o Turismo de Base Comunitária, que possui como alicerces as dimensões da sustentabilidade, reflete um pensamento mais coerente acerca do planejamento turístico. Mielke (2009) ressalta que eficiência econômica, equidade social e durabilidade, se traduzem em sustentabilidade, e devem ser tomados como premissas no planejamento turístico de base comunitária.

A teoria do desenvolvimento local sustentável vem complementar o TBC, pois retrata o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a

conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo do compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 2008, p. 67).

O TBC é realizado para atender as necessidades de trabalhadores de um lugar, sem visar apenas o lucro - faz contraponto ao modelo de desenvolvimento hegemônico e contraditório (CORIOLANO, 2012).

Atualmente é possível encontrar com mais facilidade bibliografias sobre o turismo de base comunitária, bem como termos sinônimos a este conceito, como o “turismo comunitário”, “turismo de base local” e “turismo situado”, “turismo alternativo”, onde refletem a questão do contato com as comunidades ditadas como tradicionais⁶; onde há o favorecimento da coesão e laço social entre o viajante e o anfitrião (comunitário) (IRVING, 2009).

O sentido de comunidade está “quando o equilíbrio entre a comunicação ‘de dentro’ e ‘de fora’, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’”. A mesmidade⁷ se evapora quando a comunicação entre os de dentro e o mundo exterior se intensifica e passa ter mais peso que as trocas mútuas internas (BAUMAN, 2003, p. 18).

Seguindo a lógica de Bauman (2003), transportando para a análise do TBC, Irving (2009, p. 117) destaca a importância do encontro entre “os de dentro” (anfitriões) e os “de fora” (viajantes), pois de acordo com esta perspectiva há nessa experiência a interação entre esses atores sociais, provocando o intercâmbio real e a aprendizagem mútua. Contudo, segundo a interpretação de Marta Irving, “para que o encontro aconteça, atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos do processo” (IRVING, 2009, p. 111).

Cândido (1964 apud QUARESMA, 2003) diz que comunidade é definida como um conjunto de segmentos sociais que vivem no meio rural, com especificidades relativas a adaptações ao meio ambiente no qual estão inseridos. Contudo, ressalta-se que o conceito de comunidade também se estende para áreas urbanas. Nesse sentido, destaca-se os novos olhares da academia e do mercado para iniciativas de

⁶ Grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES, 2000, p. 22).

⁷ Bauman usa o termo “mesmidade” em suas obras fazendo referência ao sentido de homogeneidade (BAUMAN, 2003, p 18).

TBC em áreas não-rurais, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro, onde as experiências de projetos de turismo em favelas⁸ tem despertado interesses dos estudiosos sobre as possibilidades de inclusão social das comunidades de áreas urbanas nos processos de planejamento, gestão e distribuição dos benefícios socioeconômicos do TBC.

Para Coriolano (2009), comunidade é definida como um grupo de pessoas com seu modo próprio de ser e sentir, suas tradições religiosas, artísticas, seu passado histórico, costumes típicos, “estilo” de vida familiar e social, atividades produtivas, problemas, necessidade, aspirações, vivendo em um mesmo lugar com consciência da vida comum, participando dos mesmos interesses, objetivos, com sentimento de pertença, interagindo mais intensamente entre si, do que em outro contexto.

Araújo e Gelbcke (2008, p. 357) apresentam a ideia de que, no contexto das discussões socioambientais e do crescimento do turismo de massa⁹, o turismo de base comunitária surge como “uma estratégia de desenvolvimento para grupos com menores condições de ingressarem de maneira autônoma na cadeia produtiva do turismo”. No entanto, por mais coerente que seja esta concepção, não se pode restringir as possibilidades de atuação desse modelo de desenvolvimento do turismo para o entendimento de que somente “comunidades de baixa renda” ou as chamadas “comunidades tradicionais” podem desenvolver esse modelo de turismo.

Irving (2009) destaca que o sentido de comunitário transcende essa perspectiva, para alcançar o sentido de comum, de coletivo, em que as comunidades organizam-se superando o individualismo, através de uma racionalidade lógica, baseada no comum, no genérico, no essencial (MACHADO, 2012).

Para Irving (2009), este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRVING, 2009).

⁸ O projeto piloto Programa Rio Top Tour foi lançado no ano de 2010, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, mas especificamente no Morro de Santa Marta, após as ações de pacificação. O programa se apoia nos princípios do Turismo de Base Comunitária.

⁹ Turismo de massa se refere à produção de turismo organizado industrialmente, que apoia o movimento de grandes números de pessoas. (COOPER, HALL E TRIGO, 2011, p. 39).

Convém destacar que o turismo de base comunitária não corresponde a mais um tipo de turismo ou um nicho de mercado criado para atender a uma demanda específica. Representa, na verdade, muito mais, é a concepção de uma nova proposta de modelo para o planejamento, gestão e prática do turismo (IRVING, 2009; ZECHNER; HENTIQUÉZ ; SAMPAIO, 2008).

O desenvolvimento do TBC exige a incorporação de princípios e valores éticos, requer uma nova forma de pensar o acesso democrático de oportunidades e benefícios, e um modelo inovador de implantação de projetos, centralizado na parceria, corresponsabilidade e participação ativa dos atores envolvidos (ZECHNER; HENRÍQUEZ ; SAMPAIO, 2008).

Irving (2009, p. 111) apresenta 06 (seis) premissas para o desenvolvimento do TBC, que subsidiaram este trabalho, juntamente com outras análises conceituais, a saber:

1) Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local:

Para o desenvolvimento do turismo de base local deve haver motivação endógena à localidade, ainda que agentes externos, como o Estado, instituições de ensino e pesquisa e organizações não-governamentais, funcionem como indutores das iniciativas. Além disso, os objetivos com o desenvolvimento desse modelo de turismo devem expressar os desejos dos grupos sociais locais.

2 Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos:

Em iniciativas de turismo de base local é imprescindível o engajamento e a participação ativa dos agentes locais, com uma postura pró-ativa sob a ótica da corresponsabilidade nos processos de planejamento, implementação e avaliação dos projetos turísticos.

Marta Irving (2009) ressalta que os processos participativos são lentos, envolvem custos extras nem sempre previstos nos orçamentos de planejamento turístico, e exigem um elevado investimento em formação de pessoas e construção de metodologias capazes de lidar com as especificidades locais e gerar respostas.

Desse modo, não são viáveis grandes resultados e mudanças em curto prazo no que se refere ao TBC, uma vez que as ações para que os grupos sociais locais

dominem a autogestão da atividade turística é precedido de um processo longo, que deve contar com um processo contínuo de educação para esse modelo de desenvolvimento do turismo. Destaca-se, ainda, que é preciso cautela nesse processo, pois criar expectativa coletiva de que o turismo trará mudança de vida, de forma imediatista, pode gerar frustrações e a sensação de promessas não cumpridas.

3 Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados:

O turismo de base comunitária, por ser uma alternativa aos impactos e malefícios do turismo massificado, deve acontecer com limites na recepção de turistas, devendo desenvolver metodologias para apontar tais limites, garantindo qualidade nas dinâmicas sociais e nos aspectos ambientais, pois, segundo Irving (2009, p. 115) “sem qualidade social e ambiental uma iniciativa comunitária tende a se fragilizar com o tempo e, se esta estiver associada a um projeto turístico, muito provavelmente terá a sua atratividade reduzida progressivamente”.

4 Geração de benefícios diretos à população local:

Os projetos de TBC podem desenvolver dispositivos e mecanismos para que os ganhos alcançados com o turismo sejam acessados pelos grupos sociais locais e que sejam transformados em melhoria na qualidade de vida, de acordo com as necessidades locais.

5 Afirmação cultural e interculturalidade:

O TBC deve acontecer, diferentemente do turismo massificado, sem imposições de alterações nas culturas locais e fazendo destas culturas o sentido da atratividade à visita e o motivador de intercâmbio cultural entre autóctones¹⁰ e turistas.

Irving (2009, p. 116) ressalta que “a valorização da cultura local constitui parâmetro essencial em turismo de base comunitária, não no sentido de sua importância na configuração de um “produto” de mercado, mas com o objetivo de afirmação de identidades e pertencimento”.

¹⁰ Autóctones são indivíduos com naturalidade de determinada localidade e que ainda residem nela.

Desse modo, no TBC a interação entre as culturas dos agentes envolvidos, que ocorre no sítio simbólico de pertencimento, e o ideal seria que todo o processo acontecesse sem espetacularização, para atender aos anseios do mercado capitalista, mas sim como uma maneira de se valorizar a cultura local.

6) O “*encontro*” como condição essencial:

Semelhante a premissa da afirmação cultural e da interculturalidade, o TBC pode promover o encontro entre grupos sociais, permitindo o compartilhamento de conhecimentos e aprendizagem mútua, com um “intercâmbio real entre os sujeitos ‘que recebem’ e os que ‘são recebidos’” (IRVING, 2008).

O TBC contempla modos pouco usuais de atividades turísticas, que normalmente não são consideradas interessantes pelo “turista de massa ¹¹”, como as relacionadas aos modos de alimentação e moradia. Bartholo (2009, p. 51) expõe que “no caso específico dos serviços turísticos os padrões relacionais de acolhida e hospitalidade¹² são elementos-chave para práticas situadas de turismo de base comunitária”.

Considerando a expansão do TBC e o fortalecimento da imagem do turista com responsabilidade social e ambiental, é pertinente destacar que, infelizmente, não há pesquisas disponíveis que possam subsidiar este estudo com informações do mercado, sobre o perfil desta demanda latente – o turista de base comunitária.

Todavia, assim como Bursztyn (2012, p. 34), utilizou-se a pesquisa divulgada pelo Mtur “Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil”, realizada pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), que tinha como objetivo principal delinear o perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil. Os viajantes de turismo de aventura e ecoturismo, bem como os de TBC, não são adeptos do chamado turismo de massa, podendo apresentar, portanto, características similares acerca de seus desejos e necessidades.

¹¹ Dias (2008) entende como turista de massa aquele que viaja em grupos de pessoas de sua própria cultura e seus itinerários são previamente planejados e todas as passagens são pagas no local de origem.

¹² Telfer (2004) define hospitalidade como a oferta de alimentos e bebidas e, ocasionalmente, acomodação para pessoas que não são membros regulares da casa. Geralmente, aqueles que concedem hospitalidade, os anfitriões, oferecem tais coisas em suas próprias casas, partilhando seu próprio sustento com seus hóspedes.

A pesquisa apontou que o item relacionado à natureza, especificamente, recursos hídricos, obteve 46% das respostas. Com relação às comunidades locais, “cultura regional” somou 19%, “jeito do povo” 12% e “personagens da cultura regional” 2%, ou seja, 33% dos entrevistados poderiam se interessar por produtos turísticos de TBC (BRASIL, 2010).

A partir desta nova visão, as ações estratégicas governamentais das 03 (três) esferas (municipal, estadual e federal) estão passando por um processo de reconhecimento da importância deste modelo de turismo para a gestão.

2.2 Políticas Públicas de Turismo de Base Comunitária

Antes de iniciar a discussão sobre o processo de evolução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do TBC, nota-se a importância em contextualizar conceitualmente políticas públicas, de um modo amplo.

Gastal (2007, p. 40) conceitua políticas públicas como “um conjunto de ações que objetivem construir o controle social sobre bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade”. Susana Gastal (2007, p. 40) contextualiza que, as políticas públicas “se caracterizariam pela democratização do usufruto dos bens – democratização do acesso – e pela organização da sociedade para a determinação e distribuição desses bens – democratização da gestão”.

Souza (2006, p. 26) resume política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

A questão do Turismo de Base Comunitária entrou nas discussões do poder público federal após o lançamento do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010: uma viagem de inclusão, onde a partir de então o governo brasileiro passou a entender que era necessário prover ações estratégicas de inclusão social nas políticas públicas de turismo. O TBC entra como uma ação importante para a diversificação da oferta turística do Brasil, capaz de proporcionar o desenvolvimento local e promover a geração de trabalho e renda (BRASIL, 2006).

Uma das premissas do PNT 2007-2010 enfatiza que o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o

crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos econômicos, social, político, cultural e ambiental. [...] o turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos objetivos de Desenvolvimento do milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRASIL, 2007).

O cenário de ações voltadas ao TBC pelo governo federal ainda é considerado pequeno, uma vez que ainda não há um plano, programa ou projeto que priorize esse modelo de turismo. As ações governamentais ainda encontram-se pontuais nos departamentos de secretarias nacionais ou ministérios, ainda focados em apoio a experiências de projetos de TBC.

No ano de 2008, o Ministério do Turismo (Mtur) lançou um Edital para a Chamada Pública de Projetos de Turismo de Base Comunitária e segundo Ramiro, Silva e Teixeira (2009), o Mtur recebeu mais de 500 propostas, distribuídas nas cinco macrorregiões do Brasil, demonstrando que o TBC está ganhando força com iniciativas em todas as regiões do país (BRASIL, 2010).

A perspectiva inicial do Mtur era selecionar de 10 a 15 projetos, porém devido o recebimento de um quantitativo superior ao esperado, a margem foi ampliada para 50 projetos contemplados (BRASIL, 2010).

Ao longo do processo de formalização dos projetos, houve desistências e desclassificações. No total, foram formalizados 42 convênios, sendo 39 de instituições não-governamentais e 3 com órgãos do poder público. Foram investidos cerca de 7 milhões, considerando o repasse do Mtur e contrapartida dos parceiros (BRASIL, 2010).

De acordo com o edital, os projetos de apoio à realização de atividades de TBC, foram selecionados com base em cinco linhas temáticas: 1) produção associada ao turismo; 2) qualificação profissional; 3) planejamento estratégico e organização comunitária; 4) promoção e comercialização; e, 5) o fomento às práticas de economia solidária (BRASIL, 2008).

Convém ressaltar que em 2014, o Mtur não dispõe de nenhuma ação específica voltada para desenvolvimento do TBC. Os esforços do Mtur voltaram-se para a capacitação profissional de pessoas das cidades-sede da Copa do Mundo

2014, realizada em junho e julho no Brasil, e apoio ao setor hoteleiro, e demais setores do turismo, como restaurantes, pontos turísticos, aeroportos, mobilidade urbana, entre outros, das cidades que receberam os jogos da Copa.

Em relação às ações realizadas pelo poder público estadual em prol do TBC, a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) lançou o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará 2012 – 2020 (Plano Ver-o-Pará) que tem como visão de futuro colocar o estado do Pará como o destino líder da Amazônia, pelo uso sustentável dos recursos naturais; pela valorização da cultura local; pela preservação da autenticidade; por sua identidade turística própria; oferta cultural que surpreende pela originalidade; arquitetura em harmonia com o meio ambiente, padrão internacional de serviços turísticos; e possibilidade do turista viver uma experiência turística amazônica com conforto e segurança (PARÁ, 2011).

Ao analisar a visão de futuro do Plano Ver-o-Pará, é possível fazer considerações favoráveis ao TBC e supor ações estratégicas voltadas para este fim no plano. Todavia, o documento não contempla metas específicas para o TBC, a abordagem está, em grande parte, voltada para ações de comercialização, estruturação de produtos, perfil da demanda, mercados potenciais, criação e valorização da marca Pará, entre outros.

O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) Pará contempla os polos Belém, Tapajós e Marajó. No caso do Polo Marajó, apenas os municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras fazem parte do programa, ou seja, somente municípios da região dos campos, deixando à margem desta política pública, historicamente, os municípios da região das florestas do arquipélago do Marajó, que é o caso de Breves, onde encontra-se a RESEX de Mapuá.

O PRODETUR Pará vai investir cerca de 44 milhões de dólares nos três polos e dentre os quesitos para a escolha dos municípios está o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No caso do Marajó, Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras ocupam as três melhores posições do arquipélago.

No caso do Município de Breves destaca-se o Plano de Ação do Governo Municipal para o quadriênio 2013-2016, que apresenta ações que favorecem o TBC no território de Breves.

No caso do turismo, percebe-se que as políticas públicas ainda não conseguiram solucionar questões ligadas ao impulso do desenvolvimento local e da

promoção da inclusão social. Mas especificamente no TBC, verifica-se que as políticas desenvolvidas ainda não foram suficientes para atender as demandas nas mais diversas regiões do país.

3 O TERRITÓRIO DA RESEX DE MAPUÁ

3.1 APA do Marajó

A Ilha do Marajó é uma Área de Proteção Ambiental (APA) do Arquipélago do Marajó e sua criação foi promulgada no dia 05 de Outubro de 1989, no Art. 13, § 2º da Constituição do Estado do Pará, cuja área territorial é de 4.960.600 ha e possui 12 (doze) municípios, cujos limites estendem-se pelas ilhas do entorno, totalizando uma área total de 5.998.570 ha. Contudo, atualmente a Ilha possui 16 municípios (INSTITUTO, 2013). O § 2º. destaca que o Estado deve levar em consideração a vocação econômica da região, ao tomar decisões com vista ao seu desenvolvimento e melhoria das condições de vida da gente marajoara (PARÁ, 2011).

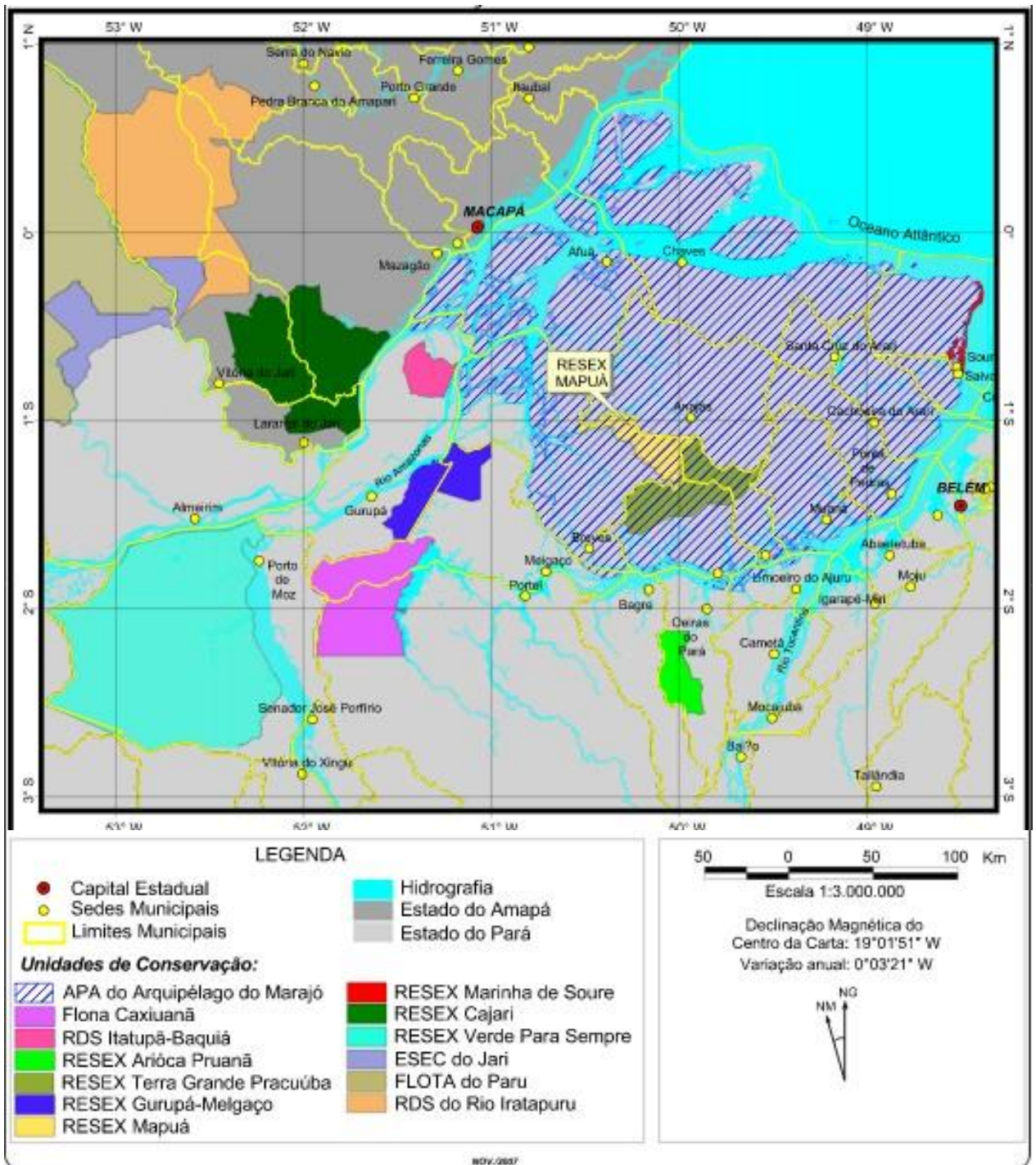
O objetivo de criação da APA do Marajó é “elaborar e executar o zoneamento ecológico-econômico, visando a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população marajoara (INSTITUTO, 2013). Além disso, a ideia é preservar as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas. Implementar projetos de pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo” (INSTITUTO, 2013).

A APA Marajó possui seis Unidades de Conservação, que compreendem quatro Reservas Extrativistas (Mapuá, Terra Grande Pracuúba, Gurupá – Melgaço e Marinha de Soure), além da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Itatupã – Baquiá, no município de Gurupá e da Floresta Nacional do Caxiuanã, que abrange os municípios de Portel, Melgaço e Gurupá (UFPA/ICSA, 2012).

É interessante observar a questão das sobreposições de unidades de conservação no Arquipélago do Marajó, ao considerar que o Marajó é uma área de proteção ambiental de esfera estadual, e sobreposta a ela encontra-se outras UC's federais e municipais, ocasionando o que Capobianco (1996, p. 21) chama de “esquizofrenia cartográfica”, onde estas diferentes instâncias possuem dificuldades de dialogar entre si, provocando a falta de integração e demonstrando desarticulação para o Estado e sociedade civil (QUARESMA, 2003, p. 43).

Nota-se na Figura 2 a representação da APA do Arquipélago do Marajó e as unidades de conservação federais que compõem este território.

Figura 2 - Unidades de conservação nas proximidades da RESEX de Mapuá



Fonte: ICMBIO, 2007.

A ilha de Marajó localiza-se na foz do rio Amazonas (Figura 3); é a maior ilha fluvio-marinha do mundo, com mais de 50 mil quilômetros quadrados, distribuídos em regiões de campos naturais, zonas de matas, praias, rios e mar. É conformada,

geográfica e culturalmente, pelo Marajó dos Campos, na parte oriental, que compreende os municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras e Muaná, e o Marajó das Florestas¹³, no lado ocidental, o qual abarca os municípios de São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Breves, Melgaço, Portel, Anajás, Gurupá e Afuá, conforme representado a seguir (Figura 3) (PACHECO, 2009).

Figura 3 - Mesorregião do Marajó



Fonte: MOVIMENTO MARAJÓ FORTE (2014).

A ilha possui baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹⁴, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A maioria dos municípios encontra-se em situação crítica, comparando-se com as regiões mais pobres do continente africano. Os dados do IDH do ano 2010, mostrados no Quadro 01 refletem a situação em que se encontram as cidades marajoaras. O Município de Melgaço ainda detém o pior IDH da Ilha do Marajó e do Estado do Pará.

¹³ O termo “Marajó das Florestas” é utilizado pelo historiador Pacheco (2009, p. 20) para referir-se aos municípios localizados na região sudoeste da Ilha de Marajó (Bagre, Breves, Gurupá, Melgaço e Portel).

¹⁴ O IDH mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação. Fonte: www.pnud.org.br/idh. Acesso dia: 04 de Ago. de 2013.

Quadro 1 - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Marajoaras, ano 2010

Posição	Município	IDHM, 2010
3796	Soure (PA)	0,615
3957	Salvaterra (PA)	0,608
5002	Ponta de Pedras (PA)	0,562
5081	São Sebastião da Boa Vista (PA)	0,558
5098	Santa Cruz do Arari (PA)	0,557
5244	Muaná (PA)	0,547
5253	Cachoeira do Arari (PA)	0,546
5502	Gurupá (PA)	0,509
5520	Breves (PA)	0,503
5524	Curralinho (PA)	0,502
5543	Afuá (PA)	0,489
5550	Anajás (PA)	0,484
5553	Portel (PA)	0,483
5558	Bagre (PA)	0,471
5560	Chaves (PA)	0,453
5565	Melgaço (PA)	0,418

Fonte: IPEA (2014).

Dados do Índice de Desenvolvimento Humano no ano de 2010. Disponível em: www.pnud.org.br/idh. Acesso dia 21 de Mai. 2014.

Esses dados demonstram que diante de cenários de carências múltiplas, são válidas ações estratégicas que visem melhorar e/ou minimizar situações de pobreza nas comunidades marajoaras. Nesse sentido, é preciso encontrar formas de turismo alternativo (TBC) que consigam proteger os recursos naturais, culturais e promova melhores condições de vida para as comunidades envolvidas.

3.2 O Município de Breves

O município de Breves localiza-se na região dos Furos de Breves, a 265 km da capital paraense. Segundo dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013) possui uma população de cerca de 92.860 habitantes e uma área territorial de aproximadamente 9,5 milhões km² (INSTITUTO, 2013).

O Marajó é uma área reconhecida por seu passado histórico e existência de sítios arqueológicos, principalmente na região dos campos, onde há predominância de elementos da então “Cultura Marajoara”, por meio de vestígios materiais

complexos e criterioso detalhamento ornamental. Segundo Schaan e Martins (2010), as pesquisas arqueológicas indicam que a ilha esteve habitada há, pelo menos, 3.500 anos. Porém, há pouco tempo que a região do Marajó das Florestas, que engloba o Município de Breves e a RESEX de Mapuá, passou por um processo de investigação arqueológica preliminar.

Neste caso é importante destacar que os sítios arqueológicos podem ser classificados de acordo com a ocupação humana. São os pré-coloniais (período anterior à chegada dos colonizadores europeus) e históricos (após a colonização até os dias de hoje). Assim, convém destacar que Breves possui remanescentes dos períodos pré e pós-coloniais, destacando-se os sítios arqueológicos pré-coloniais ao longo do Rio Mapuá, a Vila de Corcovado¹⁵ e outras edificações que marcam épocas históricas distintas da história de Breves.

Figura 4 - Remanescentes arquitetônicos na Vila de Corcovado, Breves/PA



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 07 de ago. 2013.

A cidade de Breves possui sua história marcada por ciclos econômicos que contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento do município, que garantiu seu destaque como a cidade mais estruturada da ilha de Marajó. Entre os anos de 1900 e 1910, Breves foi o maior produtor de borracha da região com a

¹⁵ A Vila de Corcovado surgiu no entorno de uma antiga fábrica de beneficiamento de látex, cujo apogeu de produção ocorreu no período da segunda grande guerra mundial. A empresa Corcovado foi desfeita, mas a vila permaneceu na área. Hoje a vila ainda detém remanescentes arquitetônicos desse período áureo e possui moradores que são descendentes dos antigos operários da fábrica. (Informação coletada *in loco* pela autora durante conversa com moradores da vila. Jul. 2013).

extração do látex. Nas décadas de 1940 e 1950, se destacou economicamente na região com o cultivo e beneficiamento de arroz, com cooperativas organizadas por comerciantes (PACHECO; SCHAAN; BELTRÃO, 2012). Em meados de 1970, grupos empresariais madeireiros nacionais e internacionais se instalaram na região em busca de madeira.

O ciclo econômico da extração e beneficiamento de madeira de espécies nativas em Breves passou a decair nos anos 2000, como mostram os dados do Relatório da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA), que revelam que o volume de madeira serrada vendida por empresas com sede em Breves, possuidoras de autorizações dos órgãos ambientais e cumpridoras da legislação tributária, passou de 483.253, 1115 m³ em 2007, para 284. 251, 1037 m³ em 2008 e 92.866, 4208 m³ em 2009. Os dados revelam o declínio da atividade em um curto espaço de tempo, revelando que o volume vendido em 2009 representa apenas 19, 22% do comercializado em 2007 (PARÁ 2010).

O relatório destaca ainda a redução nos valores da madeira serrada vendida pelas empresas legalizadas de Breves, onde em 2007 o valor arrecadado foi de R\$ 140. 785,448, 85, em 2008 foi de R\$ 96.838.704,14 e no ano de 2009 foi de R\$ 42. 589.525,29 (PARÁ, 2010). No ano de 2008, o setor madeireiro entrou em crise, deixando a cidade de Breves “refém” do dinamismo econômico que existia por conta do comércio da madeira.

Os ciclos econômicos vividos pelo Município de Breves tem em sua essência a superexploração dos ribeirinhos, colocando-os em condições extremamente miseráveis e de total dependência do capital (SOUZA et al, 2009).

No caso das comunidades de Mapuá, a economia girava entorno da extração de matérias-primas da floresta. Nesta área, além dos índios, os primeiros ocupantes foram os caboclos¹⁶ que escolheram as margens dos rios para trabalhar e viver e com o passar do tempo construíam residências e sítios. Em Mapuá o sistema era de

¹⁶ SILVA (2007) detalha em seu livro as importantes contribuições do antropólogo Eduardo Galvão para a constituição do caboclo e sua identidade. Galvão (1976) diz que a formação do caboclo se dá por 3 contextos: é um produto da miscigenação do índio; é um ser forjado pelas influências sociais e culturais; é o homem que pertence às camadas ou classes sociais mais baixas da população rural da Amazônia.

aviamento¹⁷ que forçava muitos ribeirinhos a perder propriedades para quitar dívidas no barracão (SOUZA et al., 2009).

As terras de Mapuá tiveram como “proprietários” Fernando Alves e depois Sebastião Felix, ambos com a postura exploratória, onde os ribeirinhos tinham que pagar cerca de 20% de sua produção pelo uso da terra (SOUZA et al., 2009).

Com a crise da borracha e sua substituição pela extração de madeira, cujas formas de trabalho eram mais organizadas, o modelo de subordinação dos ribeirinhos em detrimento de seus patrões permanecia. Na década de 1980 a área foi “vendida” para a empresa japonesa Santana Madeireira (SOUZA et al., 2009).

A publicação Fatos Florestais 2010, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) aponta que no ano de 2004 existiam 732 microsserrarias no estuário do Rio Amazonas. Enquanto que no ano de 2009, existiam 490, comprovando e corroborando com as informações apresentadas pelo relatório da SEMA (PARÁ, 2010) sobre a diminuição da comercialização de madeira no Estado e a perda de representatividade das empresas breveses na economia madeireira local.

Mesmo o Marajó sendo uma unidade de conservação, da categoria Área de Proteção Ambiental, que contém outras categorias de UCs, como a RESEX de Mapuá, ainda é possível encontrar a exploração irregular de madeira, que corresponde a um dos crimes ambientais praticados na região. Isso justifica o esforço em se pensar atividades alternativas que possam contribuir para a diversificação da matriz de atividades econômicas na região, como é o caso da implantação de iniciativas de projetos de turismo de base comunitária.

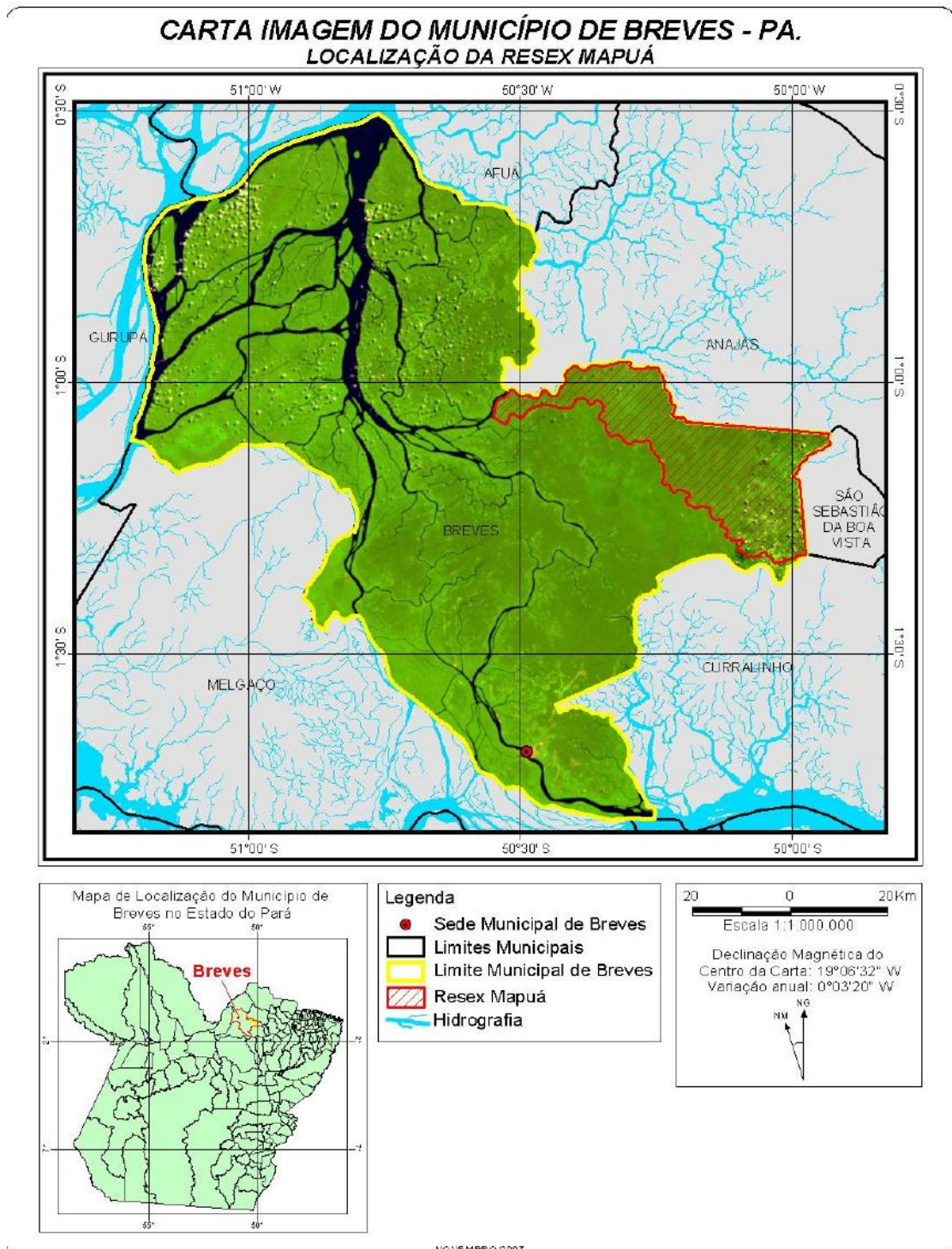
3.3 A Reserva Extrativista de Mapuá

O decreto de criação da Reserva Extrativista de Mapuá diz no seu Art. 1º que a reserva compreende uma área de aproximadamente noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três hectares e noventa e três centiares (BRASIL, 2005).

¹⁷ O sistema de aviamento implicava numa rede de fornecimentos que envolvia bancos financiadores, casas exportadoras, seringalistas, barracões e seringueiros. O barracão “aviava” para os seringueiros produtos indispensáveis para o trabalho na floresta a preços exorbitantes, em troca das bolas de látex (aviadas a preços baixos), onde a casa aviadora (barracão) era a compradora exclusiva da produção dos seringueiros, configurando um cenário de endividamento e “prisão” perante o sistema (LOUREIRO, 2004, p. 39-41).

A RESEX de Mapuá (Figura 5) é uma unidade de conservação de uso sustentável, que significa, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que é permitida a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. O SNUC também entende que extrativismo é todo o sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis.

Figura 5 - Localização da RESEX de Mapuá no espaço territorial de Breves e seus limites geográficos



Fonte: ICMBIO, 2007.

O decreto de 20 de maio de 2005, de criação da RESEX de Mapuá, dispõe no Art. 3º que cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) administrar a Reserva Extrativista Mapuá, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle. Porém, com a promulgação

da Lei n. 11.516, de 17 de agosto de 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) passou a ter autonomia administrativa e financeira sobre as unidades de conservação no Brasil.

Toda a atuação do ICMBIO nas unidades de conservação está amparada pelo (SNUC), através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Os municípios de São Sebastião da Boa Vista, Anajás e Curralinho delimitam o território mapuaense, como pode ser observado na Figura 03.

A foz do Rio Mapuá dista 70 km em linha reta da sede municipal de Breves, sendo a via fluvial a única maneira de acesso para a RESEX de Mapuá, em uma viagem de cerca de 10 horas de duração em barco a motor ou aproximadamente 04 horas de voadeira. Os pontos de acesso (Figura 6) são rústicos e sem infraestrutura adequada.

Figura 6 - Ponto de acesso dos barcos a motor para a RESEX de Mapuá



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 08 de ago. de 2014.

Nota-se, a partir da Figura 6, que não há investimentos na área portuária da sede municipal, com vistas a proporcionar conforto e segurança aos moradores e visitantes da área rural do município.

3.3.1 Aspectos Históricos e de Ocupação Humana no Rio Mapuá

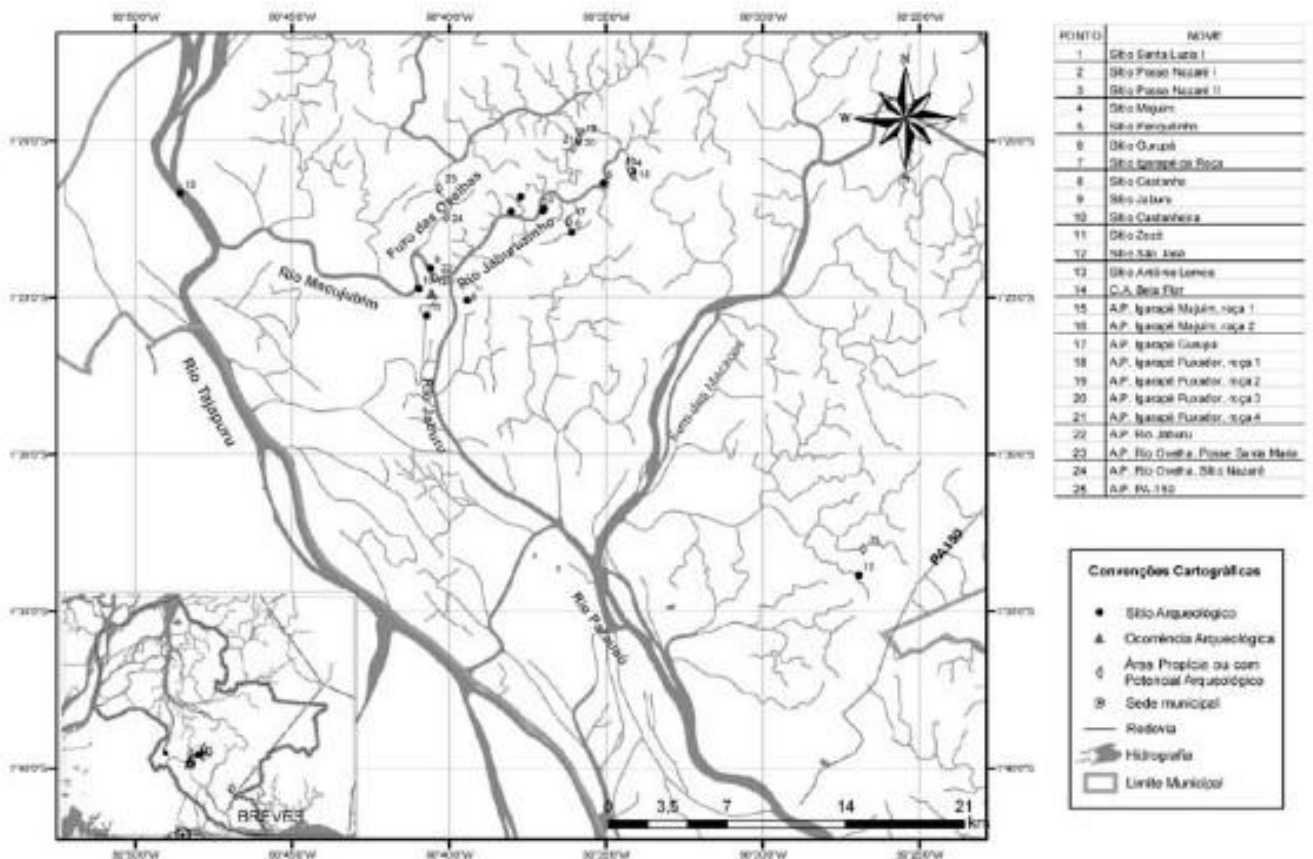
Considerando a hidrografia local e inserção no estuário do maior rio do mundo, o Amazonas, os rios foram determinantes para o processo de ocupação humana da região da atual RESEX de Mapuá. De acordo com Pinto (2008), as margens do Rio Mapuá foram inicialmente ocupadas pelos índios Mapuás que teriam migrado da região do atual Estado do Amapá.

Nos anos de 2008 e 2009 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou pesquisas arqueológicas a partir da Comunidade do Canta Galo até o Lago do Jacaré, no alto do Rio Mapuá e na Comunidade da Vila Amélia. Nas ocasiões foram encontrados registros arqueológicos que podem comprovar, por meio de indícios materiais, a ocupação indígena no território de Mapuá antes da chegada dos moradores atuais. Foram encontrados pela pesquisadora Dirse Kern¹⁸, 04 (quatro) sítios arqueológicos e 01 (um) sítio cemitério, nas cabeceiras do rio Mapuá na região do Lago do Jacaré. Nestes sítios foram coletados 48 (quarenta e oito) fragmentos de cerâmica e 03 (três) fragmentos líticos. Em 2009, a arqueóloga do IPHAN, Hannah Nascimento, identificou na Vila Amélia outro sítio cemitério, com inúmeras urnas funerárias que atestam a presença de comunidades indígenas nessa localidade (SALERA JÚNIOR, 2013).

Na Figura 7, Schaan e Martins (2010) apresenta um mapeamento dos sítios arqueológicos, ocorrências e áreas potenciais para uma investigação arqueológica. É importante destacar que os sítios encontrados não encontram-se registrados no site do IPHAN.

¹⁸ A prospecção realizada em Breves por Dirse Kern, nos meses de julho e agosto de 2008, teve como objetivo verificar os vestígios do alto Rio Mapuá e revelou 13 sítios arqueológicos, sendo 11 pré-coloniais, um colonial (Antônio Lemos), e um com vestígios coloniais e pré-coloniais (Jaburu), além de uma ocorrência arqueológica e sete (07) áreas com potencial arqueológico. Não foi realizada coleta de materiais arqueológicos em nenhum dos sítios identificados. Percebeu-se, entretanto, que a cerâmica existente era predominantemente utilitária, com acabamento rústico (SCHAAN; MARTINS, 2010, p. 115-116).

Figura 5 - Sítios, ocorrências e áreas com potencial arqueológico no Município de Breves



Fonte: SCHAAN, 2010, p. 117.

Ressalta-se a importância da retomada das expedições arqueológicas na região de Mapuá, uma vez que esta área pode revelar dados interessantes para os moradores da reserva, bem como para o processo de ocupação desta parte da Amazônia marajoara, ainda pouco estudada pela arqueologia. Por conta da escassez de documentos, não foi possível conseguir informações sobre as datações de ocupações humanas dos sítios encontrados.

A área que hoje compreende a RESEX de Mapuá também recebeu ocupação europeia no início do século XX, seguindo a tendência encontrada em todo o estuário do Rio Amazonas. Essa ocupação foi atraída pelo extrativismo vegetal da seringueira (*Hevea brasiliensis*), árvore nativa da região amazônica para a extração do látex para a produção da borracha, que neste período da história possuía alto valor econômico no mercado internacional (PINTO, 2008).

Um registro importante deste período da extração do látex na região do Rio Mapuá, é o Casarão do Cumaru (Figura 8), localizado em Santa Rita de Cássia,

uma das comunidades pesquisadas, é uma construção grande (de dois andares) em madeira acapu, datada de 1945. Trata-se de uma construção remanescente do período áureo da borracha em função da demanda do produto pelos aliados durante a 2ª Grande Guerra (SALERA JÚNIOR, 2013).

Figura 6 - Casarão de Cumaru, localizado na Comunidade de Santa Rita de Cássia



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 17 de Mai. de 2014.

A região de Mapuá também representou o destino da migração em massa de nordestinos para a ocupação da Amazônia, incitados pelo Governo e para fugir das situações climáticas adversas do nordeste brasileiro (RENÓ; RENÓ; SANTOS, 2010).

Atualmente, a RESEX de Mapuá possui 14 comunidades oficializadas e distribuídas as margens dos rios, igarapés e furos, a saber: Santíssima Trindade, no Rio Aramã-grande; São José, no Rio Aramã; São Benedito do Aramã, no Rio Aramã; São Sebastião, no Rio Mapuá-Miri; Bom Jesus, no Rio Mapuá; Vila Amélia, no Rio Mapuá; São Benedito do Mapuá, no Rio Mapuá; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Rio Mapuá; Assembleia de Deus, no Rio Mapuá; São Sebastião do Cantagalo, no Rio Mapuá; Santa Maria, no Rio Mapuá; Nossa Senhora de Nazaré do Lago Jacaré, nascente do Rio Mapuá; Santa Rita de Cássia, no braço do Socó e Nazaré do Socó, no braço do Socó. Na Figura 01 destacam-se as 03 (três) estudadas nesta pesquisa.

3.3.2 Aspectos Geoambientais

A RESEX de Mapuá localiza-se a nordeste de Breves, junto à fronteira do município de Anajás e tem seu território delimitado ao sul e oeste pelo Rio Mapuá, que nasce de um conjunto de lagos e igarapés, cujas coordenadas são 01°19'3,92''S e 49°58'22,52''W e sua foz ocorre nas coordenada 01°03'49,76''S e 50°32'42,78''W, no Rio Arumã, numa extensão de aproximadamente de 95 km em sentido noroeste (RENÓ; RENÓ; SANTOS, 2010, p. 22).

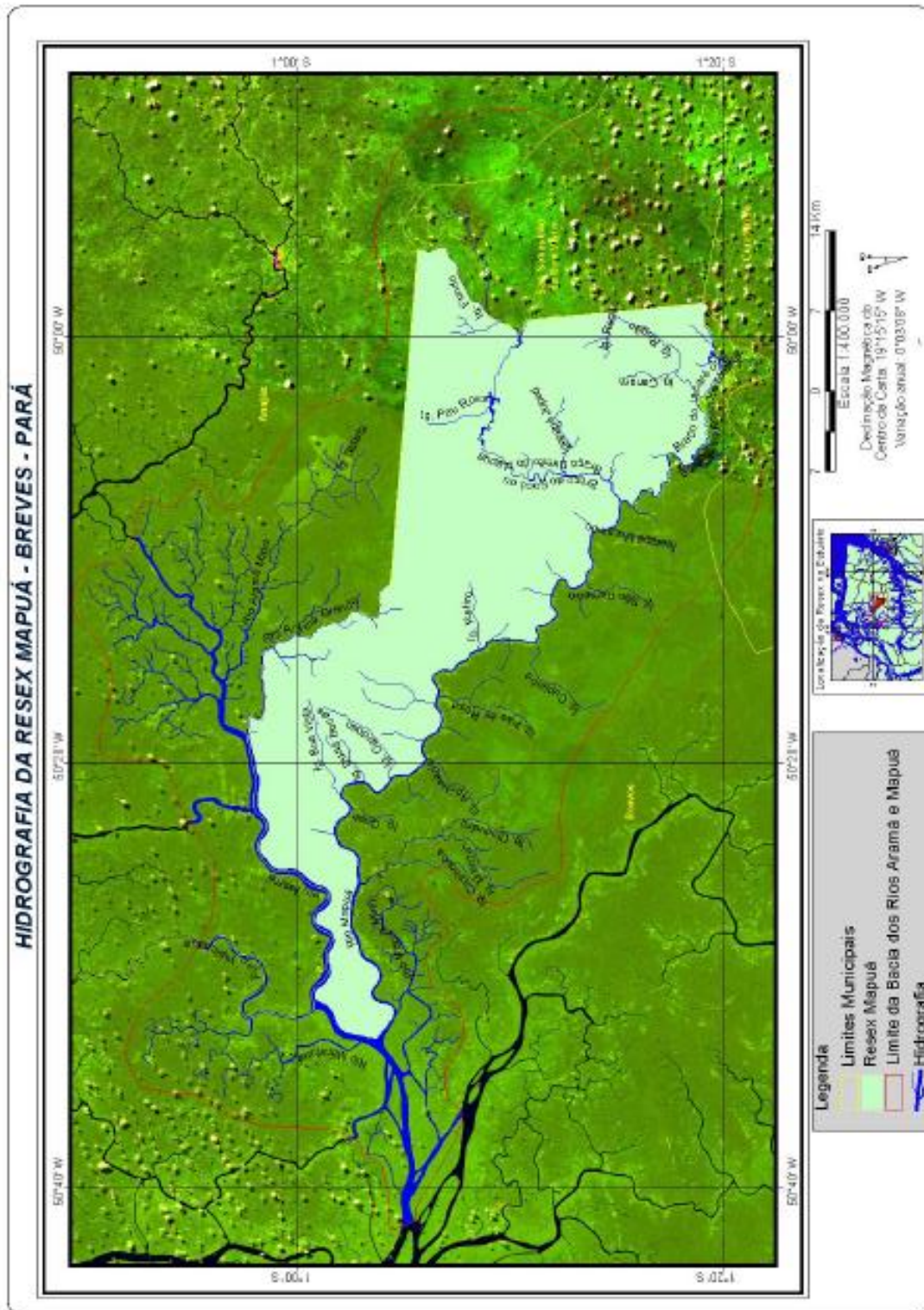
Com relação ao relevo e tipos de solos, Mapuá caracteriza-se por não apresentar acidentes geográficos, apenas ligeiras inclinações próximos aos rios e por possuir tipos de solos categorizados como de várzea e de terra firme (PINTO, 2008).

A hidrografia da RESEX é composta por rios, igarapés e furos de águas com coloração escura, devido a concentração elevada de matéria orgânica das florestas que margeiam a teia hidrográfica da região ou de coloração marrom devido a suspensão de sedimentos influenciados pela força do Rio Amazonas, como é o caso do Rio Arumã, importante rio da reserva.

Considerando que os aspectos fluviais são importantes para o acesso e dinamismo socioeconômico da região, a Figura 9 mostra a hidrografia da RESEX de Mapuá, considerando seus principais rios e igarapés.

Durante a pesquisa de campo identificou-se o quão a dinâmica das águas dos rios é fundamental para a sobrevivência da população que reside na reserva, seja como vias de acesso, alimentação básica de subsistência com a pesca artesanal de peixes característicos da região, higiene pessoal, uma vez que a maioria das casas não possui água encanada até os banheiros, espaços legítimos de lazer, vias de escoamento das produções e elemento identitário fundamental das comunidades ribeirinhas.

Figura 7 - Hidrografia da RESEX de Mapuá como uma característica importante para a dinâmica socioeconômica para a região da reserva



Fonte: ICMBIO, 2007.

3.3.3 Processo de criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável RESEX de Mapuá

De acordo com o gestor ambiental da reserva, a proposta de criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável RESEX de Mapuá surgiu a partir de uma demanda social impulsionada pelos moradores da área que hoje compreendem a reserva e de pessoas da sede municipal de Breves.

Cabe destacar que a mobilização social ocorreu a partir do momento em que a empresa Ecomapuá Conservação Ltda começou a realizar reuniões com as comunidades locais, com o objetivo principal de convencê-los a apoiar a empresa no processo de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável Particular, em que segundo os discursos da Ecomapuá, as comunidades seriam beneficiadas com a criação desta reserva particular que iria atuar no regime de “concessão” governamental por um período de 100 (cem) anos (PINTO, 2008).

Pinto (2008) destaca que as reuniões realizadas pela Ecomapuá despertaram um forte impacto negativo nas comunidades ribeirinhas da região do Rio Mapuá e de moradores da sede municipal de Breves, que temiam perder seus sítios onde residiam há gerações ou de terem suas produções e atividades totalmente controladas pela empresa. Assim, diante da situação desencadeada depois da proposta da Ecomapuá, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves (STR/Breves) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), tornaram-se os maiores aliados dos moradores do Rio Mapuá.

Segundo Pinto (2008), no dia 25 de novembro de 2002, o STR/Breves protocolou no IBAMA (Superintendência Estadual em Belém), o Ofício nº 078 que solicitava vistoria técnica na área que era conhecida como Mapuá, com o objetivo posterior de propor a criação de uma Reserva Extrativista. Para embasar a solicitação de vistoria para este fim, criação da RESEX, o documento foi assinado pelo presidente do sindicato e por 395 moradores da área de Mapuá devidamente identificados.

Após isso, a solicitação foi encaminhada ao departamento responsável pela criação e gestão de unidades de conservação de uso sustentável do IBAMA, que abriu o processo referente a esta demanda. Foram anexados ao processo outros documentos para apoiar e fortalecer a criação da Reserva Extrativista de Mapuá,

como declarações do prefeito municipal de Breves; do secretário de meio ambiente, Recursos hídricos e agricultura do município de Breves; coordenador do Conselho Regional de Seringueiros em Breves; coordenador regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) em Breves; presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves e da presidente da Colônia de Pescadores Z-62 de Breves (PINTO, 2008).

Durante o trâmite do processo, servidores do IBAMA foram até a área reconhecida como Mapuá para verificações e aquisição de dados. Após, três documentos foram elaborados: um laudo de vistoria, laudo biológico e um estudo socioeconômico. O parecer final do processo foi de que a reivindicação inicial protocolada no IBAMA era justa e que a região era propícia à criação de uma reserva extrativista, visando assegurar aos moradores locais a sua permanência e sobrevivência em harmonia com o meio ambiente (RENÓ, F.; RENÓ, J.; SANTOS, 2010).

A legislação ambiental brasileira apresenta várias formas de proteção e gestão do meio ambiente, e todos esses instrumentos jurídicos que compõem a legislação brasileira ocorrem por iniciativa do Poder Legislativo ou do Poder Executivo e podem sofrer alterações de acordo com as demandas sociais, econômicas e culturais.

A comoção social que impulsionou a criação da RESEX de Mapuá está em consonância com a Constituição Federal de 1988, que trata sobre a questão do meio ambiente no Art. 225, ao instituir que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2012, p. 127). E este era um dos objetivos dos moradores da região de Mapuá.

Este parágrafo do Art. 225, da Constituição de 1988 traz a reflexão sobre a responsabilidade que cada cidadão em solo brasileiro possui em relação a defesa e preservação do meio ambiente, bem como os direitos que devem ser assegurados pelo poder público para que toda a sociedade possa usufruir de um meio ambiente equilibrado que possa proporcionar melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Sendo assim, convém observar que assim como o poder público possui suas obrigações para com o meio ambiente, pessoas físicas e jurídicas também devem

entender seu papel no exercício de sua cidadania na proteção do patrimônio natural brasileiro. A partir desses princípios, o Estado brasileiro elaborou uma Política Nacional do Meio Ambiente, através da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, cujo Art. 2º diz que objetivo da lei é “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 1981, p. 01).

A Política Nacional do Meio Ambiente dispõe sobre seus objetivos, sobre o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), sobre o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e sobre os instrumentos para a sua efetiva implantação.

No caso das UC's, mais especificamente das reservas extrativistas, há uma legislação específica que ampara o meio ambiente natural da RESEX, assim como as populações tradicionais que nela residem. Destaca-se que nas reservas extrativistas, os deveres e direitos também são garantidos e preservados por uma legislação exclusiva que orienta a criação, gestão, monitoramento, utilização de recursos e manejo no território das UC's.

Para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Art. 18, Reserva Extrativista representa uma área que é utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja forma de subsistência está baseada no extrativismo e, para complementar, há a presença da agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações extrativistas, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Como um dos objetivos principais da RESEX é a proteção dos meios de vida das populações tradicionais. Neste sentido destaca-se o Decreto nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), abordando sobre a importância do desenvolvimento sustentável como o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. O decreto dispõe ainda que para a legislação brasileira, são considerados povos e comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais

como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos tradicionalmente, de geração para geração.

A Lei Federal nº 9.985/2000 assegura que todas as Reservas Extrativistas sejam geridas por um Conselho Deliberativo, cuja Presidência fica a cargo do órgão responsável por sua administração, porém que seja constituído por representantes de outros órgãos públicos, organizações da sociedade civil e de comunidades tradicionais residentes na área. Além do Conselho, o SNUC assegura a elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista, que representa um documento técnico/orientador cujo objetivo é assegurar o uso sustentável dos recursos naturais pela população local e, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da Reserva para ter validade legal. Ressalta-se que no caso da RESEX de Mapuá este documento ainda não foi elaborado.

A Portaria 039, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.), de 25 de junho de 2008 (BRASIL, 2008), resolve criar o Conselho Deliberativo da RESEX de Mapuá com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação. O Art. 2 discorre a cerca das 25 (vinte e cinco) representações do Conselho, a saber:

- I – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- II – Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA);
- III - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER);
- IV - Câmara Municipal de Breves;
- V - 13ª Unidade Regional de Educação (URE);
- VI – Secretaria Municipal de Recursos Hídricos e Agricultura (SEMARHA);
- VII – 9º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará;
- VIII - Secretaria Municipal de Educação (SEMED);
- IX - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS);
- X - Comunidade Santa Rita de Cássia;
- XI - Comunidade Vila Amélia;
- XII - Comunidade Santíssima Trindade;
- XIII - Comunidade São Benedito do Aramã;
- XIV - Comunidade São Sebastião do Mapuá Miri;
- XV - Comunidade Bom Jesus;
- XVI - Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Socó;
- XVII - Comunidade São Sebastião do Canta Galo;
- XVIII - Comunidade Assembléia de Deus;
- XIX - Comunidade Santa Maria;
- XX - Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré;
- XXI - Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;
- XXII - Comunidade São Benedito do Mapuá;
- XXIII - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mapuá (AMOREMA);

XXIV - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Lago do Jacaré;
XXV - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves.

É importante observar que as 25 representações do Conselho Deliberativo, legitimadas em 2008, estão em fase de renovação e ingresso de novos membros, como a Universidade Federal do Pará (UFPA) e Instituto Federal do Pará (IFPA), que são duas instituições de ensino que possuem cursos que contemplam a área do turismo.

Ressalta-se que o Conselho Deliberativo da reserva esteve sem atuação por aproximadamente dois anos e no dia 17 de Maio de 2014 retomou suas atividades por ocasião de uma reunião realizada na RESEX, na Comunidade de Santa Rita de Cássia (Figura 10). Os objetivos principais do encontro foram a reativação do Conselho, confirmação dos conselheiros e seus suplentes, bem como o ingresso de novos membros, além da definição da pauta da próxima reunião que inclui a revisão do Plano de Uso.

O ICMBIO é o órgão federal responsável pela gestão da RESEX Mapuá, em parceria com a Associação de Moradores de Mapuá (AMOREMA).

Figura 8 - Reunião de Reativação do Conselho Deliberativo da RESEX de Mapuá



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 17 de Mai. de 2014.

As perspectivas econômicas para a RESEX de Mapuá dependem, também, da elaboração do Plano de Manejo que delimitará o uso e estabelecerá as regras para garantir que a proposta de criação da reserva seja mantida. Nesse sentido, o TBC entra como uma atividade que prevê o uso sustentável dos recursos naturais e culturais das comunidades.

Considerando que as atividades do Conselho Deliberativo foram retomadas no mês de maio de 2014, estima-se que as discussões para a elaboração do plano de manejo possam ser privilegiadas nas pautas das próximas reuniões. Com isso, será possível estabelecer parâmetros para a implementação de um projeto de TBC na RESEX de Mapuá, após a apresentação dos resultados obtidos pela pesquisa.

Sobre o TBC, o Gestor da unidade RESEX de Mapuá, do ICMBIO, em entrevista concedida à autora, diz que:

[...] o ICMBIO é favorável, e eu particularmente na qualidade de gestor da unidade pelo ICMBIO, além de ser favorável, entendo que é uma necessidade, uma necessidade para que a gente possa despertar outros olhares para as potencialidades que a unidade tem, além do recurso natural que e extraído dela (C.M., gestor da RESEX de Mapuá).

O turismo enquanto setor econômico é reconhecido como um importante gerador de divisas, capaz de gerar ocupações diretas e indiretas, e conseqüentemente gerar renda, contribuindo assim para a diminuição das desigualdades sociais, como mostram os dados do arquivo Estatísticas Básicas do Turismo – Brasil, ano 2012, elaborado pelo Ministério do Turismo (Mtur).

O documento do Mtur revela o crescimento dos desembarques no Brasil, bem como o aumento do número de empresas prestadoras de serviços turísticos (agências de viagens, aluguel de equipamentos, meios de hospedagens, locação de veículos, bares e restaurantes, organizadoras de eventos, parques temáticos e transportadoras turísticas), e de profissionais da área, como os guias de turismo. Embora não haja como mensurar esse crescimento relacionado ao TBC, é importante destacar o desenvolvimento da atividade turística, de um modo geral, no Brasil.

No caso da RESEX de Mapuá, uma unidade de conservação, e o turismo ser uma atividade econômica, convém advertir que o SNUC, por meio do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, o cap. VII dispõe sobre a Autorização para a Exploração de Bens e Serviços, o Art. 25 entende que é passível a autorização da

exploração de produtos, subprodutos ou serviços inerentes à unidade de conservação, destinados a dar suporte físico e logístico à sua administração e à implementação das atividades de uso comum do público, tais como visitação, recreação e turismo.

Contudo é importante lembrar que há restrição para o desenvolvimento de atividades econômicas dentro de RESEX. Nesse sentido, a RESEX de Mapuá, suas relações sociais, modo de vida tradicional ribeirinho, tradições e cultura, baseado em Inving (2009) e Mielke (2009) sugere-se a implantação de um turismo diferenciado, o Turismo de Base Comunitária, que valoriza os saberes locais, não agride o meio ambiente, não se configura como um turismo massificado sugere uma organização social, gestão compartilhada do planejamento e dos recursos e proporciona integração entre visitantes e visitados.

Para que o Turismo de Base Comunitária ocorra e contribua para o desenvolvimento local, são necessárias etapas de planejamento, implantação, monitoramento e avaliação que devem ser executadas pelas organizações sociais compostas pelos comunitários da Reserva Extrativista de Mapuá, configurando assim um sistema baseado na Economia Solidária, que podem contribuir com a ampliação das experiências solidárias, com a criação de oportunidades de negócios comunitários e a posterior distribuição dos resultados obtidos por esse trabalho social.

4 PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA VALORAÇÃO DO NÍVEL DE ATRATIVIDADE PARA O TBC NA RESEX DE MAPUÁ

4.1 Matrizes de valoração da atratividade turística de RESEX

A metodologia de valoração da atratividade para o Turismo de Base Comunitária em reservas extrativistas foi elaborada a partir de análises de outros métodos de valoração e ordenamento turísticos apresentados por Moraes (2001), Almeida (2006) e BRASIL (2007).

Convém destacar que a metodologia de valoração de atratividade proposta pela dissertação está fundamentalmente associada a áreas que ainda não possuem fluxos turísticos¹⁹, ou seja, áreas que possuem uma demanda potencial ou protelada e não real ou efetiva.

Almeida (2006)²⁰ traz a proposta de matriz de avaliação de atratividade turística de localidades receptoras. Na pesquisa o autor estudou as cidades de Guaratinguetá e Cunha, no estado de São Paulo. Ambas fazem parte do roteiro turístico integrado Estrada Real e foram os objetos de análise do pesquisador com base em uma revisão teórico-metodológica de bibliografias nacionais e internacionais.

Em 2007, durante o Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil, o Ministério do Turismo lançou o módulo operacional 7, sobre roteirização turística e apresentou uma metodologia de hierarquização de atrativos turísticos, baseada no método da Organização Mundial do Turismo (OMT) e do Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR). A metodologia permite avaliar e hierarquizar atrativos turísticos a partir de critérios técnicos de valoração.

A pesquisa realizada por Moraes (2011)²¹ propôs a elaboração de matrizes para a caracterização do TBC e do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), utilizando as informações do projeto Boas Práticas de Turismo de Base Comunitária, desenvolvido na Serra do Brigadeiro (MG). O referencial científico aplicado por Moraes (2011) inclui a aplicação de questionários para a identificação do perfil dos

¹⁹ De acordo com Barretto (2003) o fluxo turístico é a medição relacionada à entrada e saída de turistas de determinado lugar.

²⁰ Tese denominada “Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras”.

²¹ Tese intitulada “Análise do ordenamento dos atrativos de turismo de base comunitária no território da Serra do Brigadeiro-MG”.

turistas consumidores do TBC; aplicação de questionários para levantamento de infraestruturas das propriedades rurais envolvidas no projeto; formação do banco de dados sobre os atrativos de TBC. Observa-se que a pesquisa baseia-se na análise de uma região onde já existe fluxo turístico, mesmo com a falta de planejamento adequado para o exercício adequado da atividade turística de base comunitária.

Nota-se que Almeida (2006) e Moraes (2011) efetivaram suas pesquisas em localidades que já possuem visitação turística, enquanto que Brasil (2007), sugere uma proposta metodológica de valoração e hierarquização de atrativos turísticos para áreas contempladas pelo Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil.

A metodologia proposta pela dissertação contempla critérios estabelecidos com base na análise da bibliografia do TBC, nas especificidades e premissas deste modelo de turismo, com vistas a desenvolver um método a ser aplicado em regiões que não possuem visitação turística, ou seja, em áreas que possuem atratividades para o desenvolvimento de projetos de TBC, mas que precisam ser valoradas previamente, antes da iniciação das etapas de planejamento e gestão de projetos. Para tal, foi escolhida uma unidade de conservação, neste caso reservas extrativistas, que são unidades de proteção integral e possuem restrições quanto à visitação pré-estabelecidas nos planos de uso.

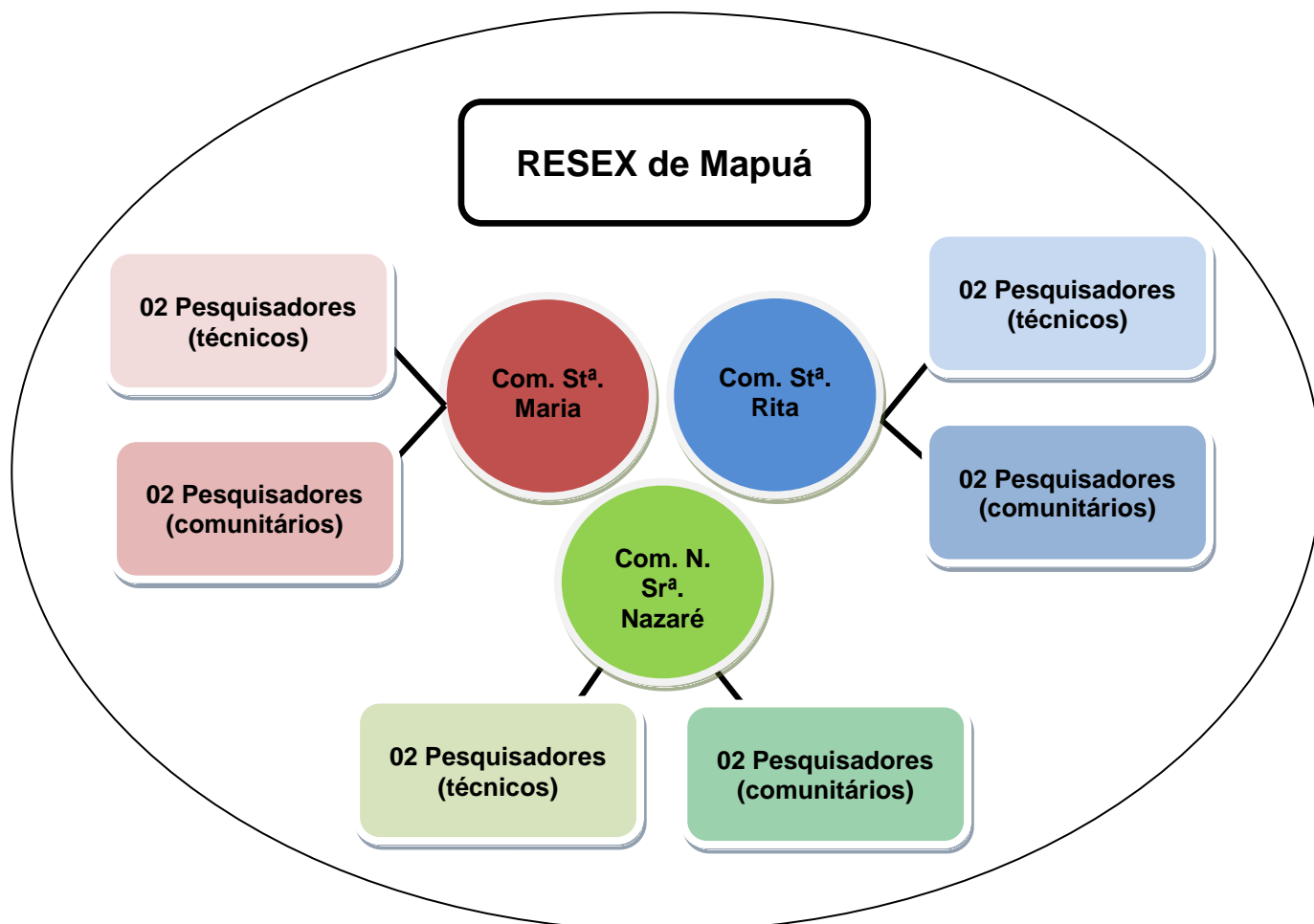
Para o alcance desta metodologia, foram utilizadas inspirações das matrizes de Almeida (2006), Brasil (2007) e Moraes (2011), e foi utilizado como procedimento metodológico a Análise em Pares, de Price e Hawkins (2005).

O método aplicado na pesquisa passou pelas devidas adaptações para contemplar os objetivos da pesquisa e peculiaridades do objeto de estudo, a Reserva Extrativista de Mapuá. Assim, foram necessários 02 (dois) pesquisadores (técnicos) e 02 (dois) membros de cada comunidade, ou seja, um total de 06 (seis) comunitários, para o levantamento de dados. Entende-se que os comunitários com suas vivências no lugar e sentimentos de pertencimento, configuram-se elementos fundamentais na aplicação da metodologia, trazendo para a pesquisa os olhares e percepções da comunidade.

Cada comunidade foi visitada em momentos distintos e não houve intercomunicação entre os pesquisadores durante a coleta de dados. Entende-se

como pesquisadores, 02 (dois) técnicos e 06 (seis) comunitários que levantaram dados sobre vários aspectos das comunidades pesquisadas. (Apêndice E).

Figura 9 - Fluxograma baseado no método da Análise em Pares



Fonte: Adaptado pela autora (PRICE; HAWKINS, 2005).

A metodologia de valoração de atratividade foi desenvolvida com base nas dimensões da sustentabilidade e em aspectos primordiais para o desenvolvimento do turismo, como infraestrutura básica e turística, por exemplo. Por se tratar de uma pesquisa em unidade de conservação, neste caso RESEX, e o Programa de Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) possuir linhas de pesquisa baseadas no meio ambiente e desenvolvimento local, percebeu-se que as matrizes de valoração de atratividade tornar-se-iam mais consistentes se fossem desenvolvidas dentro dos princípios da sustentabilidade, diferenciando-se das metodologias consultadas.

Cabe destacar que para conceituar sustentabilidade, há necessidade de analisar a questão da ponderação no uso dos recursos renováveis, bem como na proteção dos recursos não renováveis, de forma a garantir para as futuras gerações o usufruto consciente desses recursos. De fato, este conceito para a atividade turística se traduz na percepção integrada de cinco dimensões ou pilares: social, ambiental, cultural, econômica e político-institucional (MIELKE, 2009).

A consecução da metodologia para a realização da pesquisa se deu em três etapas. A primeira foi a definição dos líderes das comunidades, uma vez que entende-se que por se tratar de turismo comunitário, em que uma das premissas básicas desse modelo de turismo é a participação ativa da comunidade, seria incoerente não haver representatividade comunitária na pesquisa. Os pesquisadores das comunidades foram escolhidos com a ajuda do Presidente da Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Mapuá (AMOREMA).

A segunda etapa foi a aplicação das matrizes pela autora e por uma pesquisadora convidada. Esta última possui bacharelado em Turismo e Especialização em Ecoturismo, ambos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Ressalta-se que a atuação da pesquisadora convidada se deu somente na aplicação das matrizes. Nas demais fases de construção da dissertação não houve a participação da mesma. Além dos dois pesquisadores com suas visões técnicas acerca do tema e objeto de estudo, os 02 (dois) comunitários, também foram responsáveis em aplicar as matrizes em suas respectivas comunidades, para que assim fosse possível obter a visão local dos principais atores do processo, sobre o TBC e a realidade das comunidades.

Para a realização da etapa supracitada foi necessário o planejamento de oficinas para a capacitação e treinamento dos pesquisadores. As oficinas aconteceram em cada comunidade pesquisada, com carga horária total de 04 horas cada. A programação das oficinas transcorreu da seguinte maneira:

- Apresentação da pesquisadora, do programa de pós-graduação e da temática da pesquisa;
- Entrega do material do participante (pasta, cópias das matrizes, caneta, lápis, marca texto e borracha);
- Realização da dinâmica Mapa da Vida, cujo objetivo foi conhecer o passado, o presente, as relações com os recursos naturais, com a família e a comunidade de

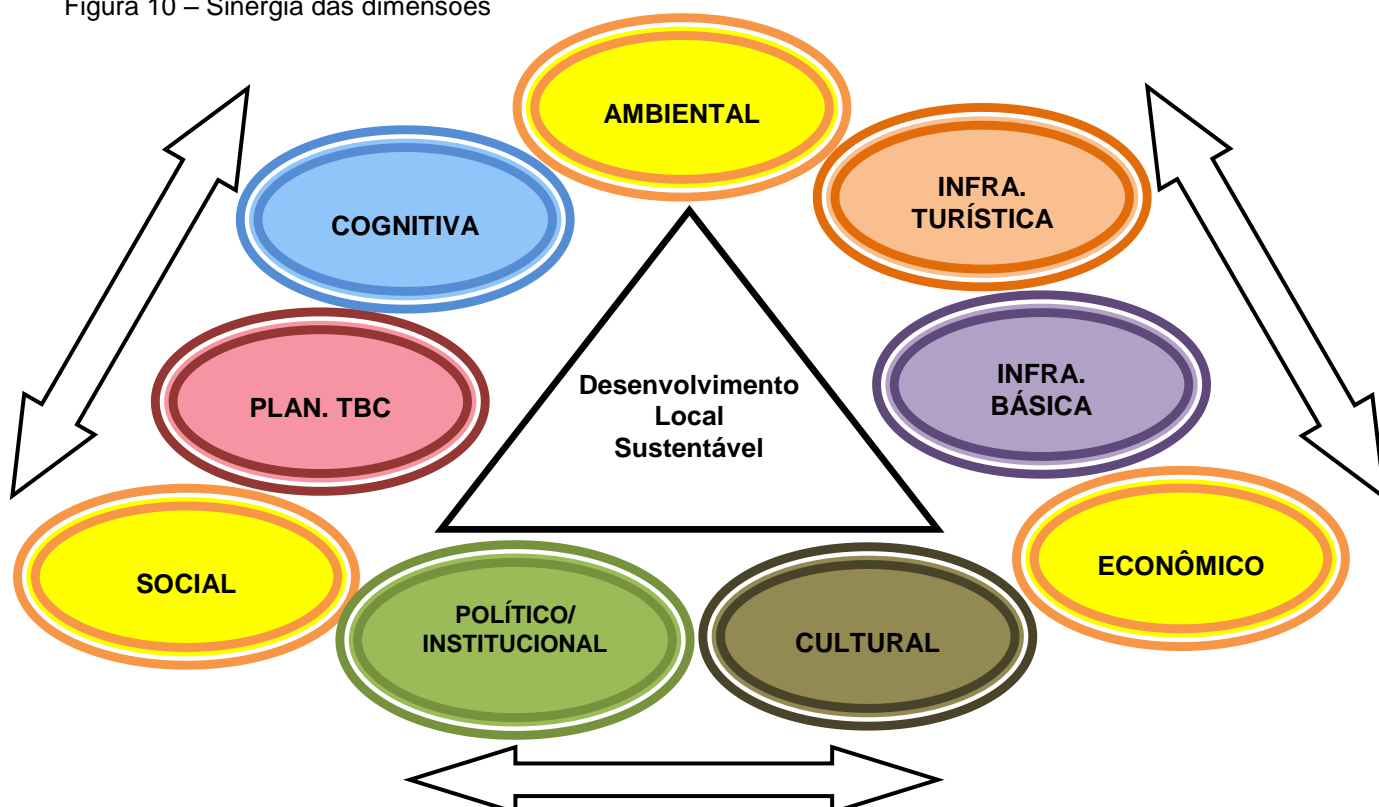
cada um dos participantes. Para tal, foram utilizados materiais como cartolinas coloridas, papel 40 kg, papel camurça cores diversas, pinceis atômicos coloridos, tesoura e cola. Os participantes desenhavam ou escreviam sua história de vida e posteriormente apresentavam aos demais participantes.

- Explicação sobre o TBC, conceitos; características; diferença entre o turismo de massa e este modelo de turismo; além de apresentação da análise em pares, das etapas metodológicas da pesquisa, das 09 (nove) dimensões e seus respectivos critérios e o preenchimento das matrizes.

Na terceira etapa, foi realizada a análise e interpretação dos dados. Nesse momento ocorreu o cruzamento das informações coletadas por diferentes olhares, para chegar à valoração de atratividade turística de cada comunidade.

O processo de desenvolvimento da metodologia de valoração de atratividade para o TBC em reservas extrativistas tem como base central os pilares clássicos da sustentabilidade (ambiental, econômico e social), adicionado de dimensões complementares (cultural e político-institucional) e, também, quatro elementos importantes para o desenvolvimento do TBC (planejamento turístico de base comunitária, infraestrutura básica, infraestrutura turística e o cognitivo) (Figura 12).

Figura 10 – Sinergia das dimensões



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 2014.

Contudo, é relevante observar detectaram-se semelhanças entre dimensões, pois algumas delas poderiam compor mais de uma matriz, como é o caso da dimensão social que possui critérios que poderiam ser valorados na dimensão cognitiva, por exemplo, ou vice-versa.

Para o TBC, que possui peculiaridades para o seu desenvolvimento, sentiu-se a necessidade de contemplar, critérios tangíveis e intangíveis que pudessem demonstrar as fraquezas e os pontos fortes das comunidades pesquisadas. A matriz da Dimensão Cognitiva surgiu a partir dessa reflexão, em que se identificou a necessidade de mensurar aspectos ligados as características interpessoais dos comunitários.

Mielke (2010, p. 145) conduz a reflexão de que “os indicadores de sustentabilidade não são necessariamente positivos ou negativos, eles revelam uma grande gama de informações que precisam ser interpretadas para alcançar seus resultados”. A ideia é apresentar uma metodologia simplificada capaz de mensurar, por meio de valores hierárquicos, quais esforços devem ser empenhados para cada localidade no processo de gestão e planejamento do TBC, evitando, com isso, possíveis desperdícios de tempo e orçamento.

A Metodologia de Valoração de Atratividade para o TBC em reservas extrativistas desdobra suas 09 (nove) matrizes, em 68 (sessenta e oito) indicadores que são atribuídos valores entre 0 (zero) e 3 (três), a saber: zero equivale a nenhum, um equivale a um valor baixo, dois a um valor médio e três a um valor alto (Quadro 2). Cada valor é determinado por características específicas que foram levadas em consideração, atentamente, no momento da segunda etapa, que foi da aplicação das matrizes. Para padronização de entendimento, os pesquisadores foram treinados e capacitados para discernir um valor do outro no momento do preenchimento das matrizes.

Quadro 2 - Valoração de atratividade para o TBC

VALORES	Características
3 (alto)	Possui característica excepcional e de grande interesse para o mercado internacional do turismo de base comunitária, capaz de motivar fluxos de visitantes potenciais de várias nacionalidades e regiões do país.
2 (médio)	Possui aspectos excepcionais, capaz de motivar fluxos de turistas de base comunitária, em conjunto com outras comunidades.
1 (baixo)	Possui características expressivas, capazes de motivar fluxos de visitantes que chegaram à área por outras motivações, ou capazes de motivar fluxos turísticos locais.
0 (nenhum)	Não possui critérios suficientes para o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Fonte: Adaptação da autora (BRASIL, 2007, p.46).

Considerando a valoração máxima que pode ser atingida pela comunidade pesquisada, que seria de 204 (duzentos e quatro) por pesquisador (02 técnicos e 02 líderes comunitários), totalizando o valor de 816 (oitocentos e dezesseis), construiu-se um quadro com as médias de pontuações que classifica, de uma maneira geral, o nível de atratividade para o TBC alcançado pelas comunidades (Quadro 3).

Quadro 3 - Classificação para valoração geral do TBC em reservas extrativistas

Valoração Geral	Classificação
0 - 272	Considerada não atrativa para o TBC
273 - 544	Considerada parcialmente atrativa para o TBC
545 - 816	Considerada atrativa para o TBC

Fonte: Adaptado de Moraes (2011, p.56).

Para o alcance da valoração geral apontada no Quadro 3, tomou-se como premissa básica o valor total de 816 (oitocentos e dezesseis) – multiplicou-se os 68 (sessenta e oito) critérios, o valor máximo estabelecido nas matrizes 03 (três) e 04 (quatro) pesquisadores – tem-se a valoração geral total. Assim, dividiu-se o valor total - 816 (oitocentos e dezesseis) - pela quantidade de parâmetros de classificação, neste caso 03 (três), para estabelecer os tipos de valoração e suas respectivas classificações.

A interpretação da valoração geral e suas classificações ocorreu da seguinte forma: quando a valoração total atingida pela comunidade for de 0 – 272, demonstra que a comunidade é considerada NÃO ATRATIVA para o TBC e ainda não

disponibiliza de elementos suficientes para a implantação de um projeto. De 273 – 544, revela que a comunidade pesquisada é considerada PARCIALMENTE ATRATIVA para o TBC, por possuir pontos fortes para o estabelecimento do TBC, contudo, revela que existem pontos fracos que precisam ser melhorados ou até mesmo implementados. A valoração entre 545 – 816, retrata que a comunidade é considerada ATRATIVA para o TBC, por ter um ambiente favorável, com o atendimento de premissas importantes para o seu desenvolvimento (Quadro 3).

Com vistas a exibir mais detalhadamente cada uma das matrizes e seus respectivos critérios de análises, todas serão apresentadas a seguir. Cabe lembrar que os critérios foram estabelecidos com base em parâmetros gerais da sustentabilidade e do desenvolvimento turístico de base comunitária, excluindo da linha de raciocínio o fato de que nas comunidades pesquisadas da RESEX de Mapuá, muitos critérios não seriam valorados, pela ausência ou escassez de prestação de serviços públicos e privados, bem como parâmetros de outras naturezas. Destacamos ainda, que a metodologia foi pensada para ter aplicabilidade em qualquer UC, independente do grau de desenvolvimento socioeconômico.

Para a organização da Matriz 1 (Quadro 4) que compreende um dos pilares mais significativos da sustentabilidade, a Dimensão Ambiental, foi necessário voltar a atenção para questões relacionadas à destinação, tratamento, reciclagem e reaproveitamento dos resíduos sólidos; situação dos recursos naturais, como fauna, flora e recursos hídricos; poluição sonora e sensibilização dos moradores por meio de ações de educação ambiental.

Quadro 4 - Matriz 1 - Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO AMBIENTAL

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				
	SITUAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS – FAUNA				
	SITUAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS – FLORA				
	CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM				
	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM				
	POLUIÇÃO SONORA				
	SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS				
	AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
	LIMPEZA PÚBLICA				
	COLETA SELETIVA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS				
	AÇÕES DE RECICLAGEM DOS RESÍDUOS SÓLIDOS				
TOTAL					

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Na matriz 2 (Quadro 5) que contempla a Dimensão Cultural, uma ramificação importante da sustentabilidade, foram levados em consideração aspectos que permeiam os elementos culturais presentes nas comunidades das UC's, como os eventos programados, sejam religiosos ou festivo-culturais; produção de artesanato; o uso das plantas medicinais para a cura de enfermidades e soluções de caráter espiritual; gastronomia típica, hábitos alimentares; grupos de danças regionais; relatos de lendas e mitos²²; presença de sítios arqueológicos sejam eles pré-históricos ou históricos e patrimônio histórico material.

Quadro 5 - Matriz 2 - Critérios de valoração da atratividade na DIMENSÃO CULTURAL

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	EVENTOS PROGRAMADOS CULTURAIS				
	EVENTOS PROGRAMADOS RELIGIOSOS				
	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS				
	PRODUÇÃO DE ARTESANATO				
	USO DE PLANTAS MEDICINAIS				
	GASTRONOMIA TÍPICA				
	GRUPOS DE DANÇAS REGIONAIS				
	LENDAS E MITOS				
	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS				
	PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL				
TOTAL					

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Para mensurar os valores da Matriz 3 (Quadro 6) que compreende a Dimensão Econômica, foram estabelecidos critérios de análise que permeiam o universo de atividades das reservas extrativistas, como profissionais para atuação no turismo; atividades de subsistência; tipos variados de extrativismo e proximidade com os núcleos emissores de demanda turística.

²² Simões (2002, p. 16) utilizando-se dos conceitos de Paulo de Carvalho Neto (1977, p. 132 e 146), diz que **Mito** é uma narrativa da ação de um ser inexistente. É a representação mental e irreal de um elemento com formas humanas, de astros, de peixes, de outros animais ou qualquer coisa, cuja ação em geral causa medo. Enquanto que a **Lenda** é uma narrativa imaginária que possui raízes da realidade objetiva. É sempre localizável, isto é, ligado ao lugar geográfico determinado.

Quadro 6 - Matriz 3 - Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO ECONÔMICA

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS PARA O TURISMO				
	ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA				
	TIPOS DE EXTRATIVISMO				
	PROXIMIDADE DOS NÚCLEOS EMISSORES DE DEMANDA				
TOTAL					

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

No Quadro 7, que demonstra a matriz 4, da Dimensão Social, destaca-se critérios sobre a visão da comunidade sobre o TBC; o espírito hospitaleiro que é tão valorizado no TBC e com capacidade de incitar a visitação de turistas adeptos deste modelo de turismo; existência ou histórico de conflitos e cursos de capacitação.

Quadro 7 - Matriz 4 - Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO SOCIAL

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	OLHAR DA COMUNIDADE SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA				
	HOSPITALIDADE				
	EXISTÊNCIA OU HISTÓRICO DE CONFLITOS				
	CURSOS DE CAPACITAÇÃO				
TOTAL					

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

A Dimensão Político/Institucional apresentada na matriz 5 (Quadro 8), foi elaborada com base nos critérios imprescindíveis sobre a presença de organismos e instituições públicas e sociais. Assim, houve a necessidade de valorar critérios de análise como a presença de ONG's na reserva extrativista; organismos religiosos; instituições de pesquisa; presença do poder público e pesquisa técnico-científica.

Quadro 8 - Matriz 5 - Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO POLÍTICO/INSTITUCIONAL

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	PRESENÇA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS				
	ORGANISMOS RELIGIOSOS				
	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA				
	ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS				
	PRESENÇA DO PODER PÚBLICO				
	REALIZAÇÃO DE PESQUISA TÉCNICA OU CIENTÍFICA				
TOTAL					

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Conforme exposto anteriormente, além dos pilares clássicos da sustentabilidade abordados nas matrizes supracitadas, percebeu-se que era essencial considerar a inclusão de parâmetros fundamentais para o desenvolvimento do TBC. Assim, a matriz 6 (Quadro 9) traz critérios de análise ligados à possibilidade de elaboração de roteiros de TBC; pontos de atratividade turística; se existe ou já existiu algum projeto de TBC na área e se há interesse pela hospedagem familiar que configura uma das particularidades deste modelo de turismo.

Quadro 9 - Matriz 6: Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE BASE COMUNITÁRIA

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DE ROTEIROS				
	PONTOS DE ATRATIVIDADE				
	EXISTE OU EXISTIU ALGUM PROJETO DE TBC				
	INTERESSE PELA HOSPEDAGEM FAMILIAR				
TOTAL					

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

No processo de planejamento turístico, há a necessidade de estabelecer padrões básicos de infraestrutura de modo a atender os moradores locais e os turistas. Quando se tem como referência unidades de conservação, é relevante introduzir critérios para a valoração da infraestrutura básica das comunidades, seguindo os mesmos de quaisquer outras localidades, ainda que os lugares analisados não disponham de grande parte dos critérios abordados, possibilitando, posteriormente, uma análise mais clara sobre os pontos que devem ser providenciados ou estimulados.

A matriz 7 (Quadro 10) apresenta a Dimensão Infraestrutura Básica, que traz critérios de análises relacionados à segurança pública; abastecimento de água; rede de esgoto; distribuição de energia elétrica; telecomunicações; Internet; Agência dos Correios; agências bancárias; meios de transportes; pontos de acesso, postos de saúde; escolas municipais e estaduais.

Quadro 10 - Matriz 7 - Critérios para a valoração de atratividade na DIMENSÃO INFRAESTRUTURA BÁSICA

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	SEGURANÇA				
	ATENDIMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS				
	ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
	REDE DE ESGOTO				
	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA				
	INTERNET				
	TELEFONE FIXO				
	TELEFONE MÓVEL				
	TELEFONE PÚBLICO				
	AGÊNCIA DOS CORREIOS				
	AGÊNCIA BANCÁRIA				
	MEIOS DE TRANSPORTE				
	TRANSPORTE INTRA-TERRITORIAL				
	PONTO DE ACESSO				
	POSTO DE SAÚDE				
	ESCOLA MUNICIPAL				
ESCOLA ESTADUAL					
TOTAL					

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Para uma melhor análise sobre planejamento e gestão do TBC, não menos importante que as demais dimensões, apresenta-se a matriz 8 (Quadro 11), que aborda a Dimensão Infraestrutura Turística, com critérios relacionados a elementos básicos da atividade turística em qualquer núcleo receptor de turista, que são os espaços para a realização de eventos; meios de hospedagem; empreendimentos de alimentos e bebidas, a saber: restaurantes, lanchonetes e bares.

Quadro 11 - Matriz 8 - Critérios para hierarquização de atratividade na DIMENSÃO INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	ESPAÇOS PARA EVENTOS				
	MEIOS DE HOSPEDAGEM				
	RESTAURANTES				
	LANCHONETE				
	BAR				
TOTAL					

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Conforme considerações levantadas anteriormente, constatou-se que era necessário destacar na metodologia critérios que revelassem quantitativamente, por meio de valores pré-estabelecidos, aspectos inerentes e intrínsecos nas relações sociais de moradores de comunidades de unidades de conservação.

Deste modo, a última matriz 9 (Quadro 12), da Dimensão Cognitiva, apresenta critérios sobre a identificação dos moradores como varzeiros, ribeirinhos ou extrativistas em relação ao espaço geográfico; sentimento de pertencimento; conhecimentos tradicionais repassados de geração em geração, capital social²³ configurado pelas trocas e por fim o espírito solidário dos moradores.

Quadro 12 - Matriz 9 - Critérios para hierarquização de atratividade na DIMENSÃO COGNITIVA

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	IDENTIFICAÇÃO COM O ESPAÇO - VARZEIRO				
	IDENTIFICAÇÃO COM O ESPAÇO - RIBEIRINHO				
	IDENTIFICAÇÃO COM O ESPAÇO - EXTRATIVISTA				
	SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO				
	CONHECIMENTOS TRADICIONAIS REPASSADOS DE GERAÇÃO PARA GERAÇÃO				
	CAPITAL SOCIAL (TROCAS)				
	ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE				
TOTAL					

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

²³ A Dr^a Luzia Neide Coriolano em sua exposição na 4^a Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, realizada em Brasília, no ano de 2009, conceitua Capital Social como aquele "formado pela confiança compartilhada entre pessoas, inclui hábitos, normas, valores, instituições formais e informais, que regem interações entre indivíduos na comunidade (sociedade)".

Devido ao fato de que o Turismo de Base Comunitária estar em fase de implantação em várias UC's no Brasil, como RESEX do Rio Unini, e com resultados interessantes do ponto de vista da gestão e da experiência para visitantes e visitados²⁴, o próprio ICMBIO estimula esse tipo de atividade nas UC's. O ICMBIO entende o TBC como uma alternativa de renda para as comunidades, proteção do meio ambiente natural e valorização dos costumes dos comunitários. Entretanto ainda não há por parte do ICMBIO, uma normatização federal que ampare este tipo de atividade econômica nas UC's. Contudo, o ICMBIO já iniciou a elaboração de um documento com as atividades norteadoras para a formalização do TBC nas unidades de conservação, com diretrizes específicas para este fim. O documento federal ainda não foi lançado.

4.2 Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré

Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré é a comunidade mais distante da RESEX de Mapuá. Dista cerca de 3 (três) horas de voadeira da entrada da reserva. De acordo com o ICMBIO e AMOREMA, a população da comunidade está estimada em 266 (duzentos e sessenta e seis) pessoas, distribuídas no quantitativo de 38 (trinta e oito) famílias²⁵.

No núcleo central da comunidade, há a Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Hortas (Figura 13) que foi recentemente inaugurada e com boa estrutura física para a prática das atividades pedagógicas. Há uma fábrica de palmito em plena atividade, presença da igreja católica, com templo em homenagem a santa padroeira da comunidade e um centro comunitário. A infraestrutura básica é precária. Não há sistemas de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica. Para a comunidade ter acesso a energia elétrica, há a necessidade de um gerador comum que funciona até às 21h00.

²⁴ Durante o Seminário sobre o Turismo Comunitário em áreas protegidas, promovido pelo ICMBIO e realizado no período de 06 a 07 de dezembro de 2012, em Belém do Pará, foram apresentados vários exemplos viáveis de gestão do TBC em UC's e seus respectivos resultados.

²⁵ O universo demográfico apresentado se refere a um levantamento feito pelo ICMBIO e reflete a realidade de 2012. É importante destacar que em setembro de 2014, o ICMBIO, juntamente com a AMOREMA, vai iniciar a expedição pela RESEX de Mapuá para a atualização desses dados.

Figura 11- Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Hortas]



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014

Na comunidade não há posto de saúde. Para atender as demandas da população, como no controle de endemias e orientações diversas sobre assuntos relacionados à saúde e bem estar, os 02 (dois) Agentes Comunitários de Saúde (ACS) assumem esta função; ambos residem na própria comunidade.

A região que contempla a comunidade possui beleza cênica reconhecida pelos habitantes da RESEX de Mapuá. Contudo, é interessante ressaltar que a comunidade, todos os anos, é afetada pelas alterações climáticas. No período de seca do Rio Mapuá, no verão amazônico²⁶, o acesso até a comunidade torna-se difícil, sendo possível chegar apenas por pequenas embarcações como as canoas a remo.

²⁶ Devido ao fato do Estado do Pará estar localizado nas proximidades da linha do Equador, e os hemisférios norte e sul possuírem verões diferenciados, o verão amazônico ocorre justamente quando o Brasil vive o ápice de seu inverno, no mês de julho.

Com relação à preservação e limpeza dos recursos hídricos, o entrevistado J.S.M.²⁷, relata na entrevista que:

[...] pelo que eu já vi, ele (o rio) está mais conservado do que quando eu me entendi logo. Agora não, o pessoal tem mais uma conscientização do meio ambiente, sobre jogar lixo.

Destaca-se ainda a presença de valores históricos como o cemitério²⁸ que foi isolado há mais de 40 anos e o túmulo do Coronel Joaquim Hortas que fundou a comunidade, bem como a imagem de Nossa Senhora de Nazaré doada pelo coronel e a árvore centenária de carnaúba, também plantada por ele.

Segundo o senhor J.S.M., em entrevista concedida à autora, acerca da quantidade de peixes encontrada nos rios da comunidade, ele diz:

No tempo que eu era rapazote aqui, você pegava por dia aqui 100 (cem) jeju²⁹, só o que pulava dentro do casco. Hoje ele já tá diferente, você consegue, para você ir e pegar aí é rápido você pega um peixe, mas não tá aquela quantidade que tinha antes, né. Então ela diminuiu, de uns 20 anos atrás deu uma quebra grande, mas agora depois de 2005 que a RESEX foi fundada, que veio uma orientação técnica, começou a crescer mais, de ter mais peixe.

Com relação à floresta e a preservação da flora no que compreende o território da comunidade, o senhor J.S.M revela que:

Já teve época aqui de ser mais devastado, hoje não. Hoje, tá com uns 10 anos já, que ela (floresta) vem dando um crescimento muito grande, mas... só que aqui ela não foi devastada, a natureza. A única natureza que foi devastada um pouco foi o açaizal, mas no manejo, por causa do palmito, mas ela brota, com o passar dos dias, ela brota logo. Agora, sobre a natureza mesmo, a mata, ela é virgem.

Ainda segundo o entrevistado, as árvores que mais prenomina na comunidade são a virola (*Virola surinamensis*), sucupira (*Pterodon Emarginatus*), cumaru (*Dipteryx odorata*), angelim (*Vatairea heteroptera Ducke*), cupiúba (*Goupia glabra Aubl*), acapu (*Vouacapoua americana Aubl*), maçaranduba (*Manilkara sp*),

²⁷ O Sr. J.S.M, foi um dos primeiros moradores da comunidade, participou ativamente das lutas pela posse da terra e ajudou a fundar outras comunidades na RESEX de Mapuá.

²⁸ Segundo o Sr. J.S.M, quando a comunidade foi fundada já existia o cemitério e encontrava-se fechado e, só era enterrado neste cemitério quem o Coronel Joaquim Hortas permitia, os pobres não eram autorizados.

²⁹ O nome científico do Jeju é *Hoplerythrinus Unitaeniatus*. Informação disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/jeju/>. Acesso em: 10 de set. 2014.

entre outras. O senhor J.S.M. ressalta ainda que há muitas espécies de árvores com valores comerciais na comunidade e faz outra ressalva importante dizendo que:

Pra cá, na verdade, só foi tirado madeira da terra, só para o consumo de casa assim, mas que para vender mesmo ela não é extraída. Para cá para essa parte da comunidade ela não é extraída não.

Com relação ao conhecimento tradicional repassado de geração para geração, o senhor J.S.M., mostra sua preocupação com relação às crianças, mesmo que grande parte saiba como fazer o artesanato em fibra (trançados) ou em madeira, eles já não demonstram tanto interesse como antes.

Eu tiro pelos meus filhos, eles não sabem fazer nenhuma construção. Eu sei fazer paneiro, ramachim, peneira, vassoura, remo, casco, mas pergunta pra um dos meus filhos? Eles não sabem. Eu tô sentindo muito que o interesse deles está diminuindo. Porque na minha época, quando eu era criança, meus dois pais me ensinaram. Minha mãe dizia: “talha essa bermuda, talha essa camisa”. Ela levava nós para a cozinha e ela ensinava a tratar o peixe, a cozinhar. E não era só a minha mãe, era a avó, as vizinhas. Um ensinava o outro.

Sobre o TBC, o entrevistado diz:

Eu sobre isso eu não acho ruim, pra mim é um meio de desenvolvimento melhor para a nossa cultura marajoara, o turismo comunitário mais próximo da gente.

E sobre a hospedagem familiar e seu interesse ele diz que:

Isso aí eu não achava ruim não. Eu já tenho uma rotina de receber gente de fora. É sempre comum parente de fora, gente conhecida de Breves, as vezes de Currálinho, as vezes vem de Gurupá, as vezes vem de Macapá. Já veio gente de São Paulo e do Rio aqui comigo, eles eram turista e vieram fazer pesquisa e passeio de 04 (quatro) dias. Vieram a passeio porque descobriram que tinha esse Mapuá aqui e eles queriam conhecer a realidade do Mapuá.

Ao ser perguntado sua opinião sobre o interesse de outras famílias na hospedagem do turista de base comunitária em suas residências, ele afirma: “Tenho certeza absoluta que muitas famílias iam se interessar por isso, por receber essas pessoas”.

A participação da população local nas atividades da comunidade, resulta no aumento do grau de comprometimento das pessoas para com o seu lugar. Para

Irving (2009), o protagonismo social resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão. Uma comunidade fortalecida e sabedora de seus direitos possui os elementos para lutar por melhorias em prol do coletivo.

O sentimento de pertença caracteriza-se como um ponto muito importante dentro das premissas para o desenvolvimento do TBC, uma vez que essa sensação pode desencadear não só a reafirmação do orgulho de fazer parte de determinado lugar, bem como favorece um dos princípios básicos do TBC, que é uma gestão democrático-participativa. Nesse sentido, o senhor J.S.M diz:

Eu me sinto muito orgulhoso de viver e conviver aqui dentro da comunidade, até porque foi uma comunidade que eu criei do primeiro passo. Eu ajudei ela do primeiro passo, tomei a iniciativa, eu e meu cunhado e outro rapaz, nós três tomamos a iniciativa para criar a comunidade. Então hoje eu já me senti convidado por outros movimentos pra morar em outros cantos, mas eu ainda não arredei o pé porque tenho orgulho de morar aqui, me sinto confortável de conviver aqui.

Corroborando com a fala supracitada, sobre o orgulho e o sentimento de pertencimento para com o local, convém complementar esta linha de raciocínio com a questão do repasse do conhecimento tradicional. A ideia de conhecimentos “baseados na tradição” faz referência a sistemas de conhecimento de uma comunidade ou região que vem sendo transmitidos de geração a geração (MÜLLER, 2007).

Devido a vários fatores, dentre eles o processo de globalização e conseqüentemente de modernização e avanços tecnológicos, as comunidades enfrentam a “crise” da chegada da tecnologia, anteriormente, urbana, até as áreas de zona rural. Sobre esse assunto o entrevistado expõe sua crescente preocupação com a cultura marajoara, mas especificamente da região que compreende a comunidade de Nossa Senhora de Nazaré.

É por isso que eu digo, hoje eu já sinto essa cultura meia fraca, porque nossos filhos, já eles não tão se desenvolvendo, não querem aprender essa cultura, lutar por aquilo, né. Para aprender aquilo mesmo, botar em prática, né. Porque por exemplo aqui, uma parte dessa garotada não sabe fazer esse objeto (o entrevistado mostra um artesanato).

A preocupação pertinente dos comunitários sobre o conhecimento tradicional se repete em todas as entrevistas realizadas e conversas informais ocorridas durante as visitas de campo.

4.3 Comunidade de Santa Maria

A Comunidade de Santa Maria possui uma população total de 238 (duzentos e trinta e oito) pessoas, divididas em 54 (cinquenta e quatro) núcleos familiares³⁰.

Durante a visita de campo, por meio de observações, percebeu-se que a comunidade possui uma infraestrutura, diga-se, “avançada” com relação a outras comunidades da reserva, destacando-se na região.

Dentre os pontos a serem destacados, encontram-se a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Maria (Figura 14), o posto de saúde com enfermeiro que mora na comunidade, Agentes Comunitários de Saúdes (ACS), Igreja de Santa Maria (Figura 15), o Centro Comunitário (Figura 16) onde ocorrem os eventos religiosos e culturais, e o único centro comercial desta região (Figura 17) que abastece as comunidades próximas com produtos alimentícios, de higiene pessoal, vestuário, entre outros, diminuindo com isso as idas e vindas dos comunitários até o centro de Breves para a aquisição de mercadorias.

Figura 12 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Maria



Fonte: Anaryê Rocha, 09 de Ago. 2014

³⁰ Fonte: Levantamento demográfico. ICMBIO (2012).

Figura 13 - Igreja de Santa Maria



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014

Figura 14 - Centro Comunitário



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014.

Figura 15 - Centro comercial



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014.

Um ponto de destaque que chamou a atenção dos pesquisadores (técnicos) foi a organização espacial da comunidade por meio de pontes em bom estado de conservação, que fazem a interligação das construções, facilitando o deslocamento dos moradores (Figura 18).

Figura 16 - Passarelas de interligação entre as construções da comunidade



Fonte: Anaryê Rocha, 09 de Ago. 2014

A comunidade fica às margens do Rio Mapuá, ainda preserva espécies de fauna como tucanos, tatus, pacas, preguiças, veados, papagaios e variedade de peixes. Os moradores de Santa Maria ainda utilizam-se de animais da floresta e dos peixes do rio para a subsistência, bem como de suas criações de galinhas, patos, porcos e perus. Segundo senhorita M.D.S.L.³¹, de 22 anos, destaca que no verão se come mais peixe e caça, no inverno predomina a compra no mercado, de frango, carne, entre outros produtos que vem do centro da cidade.

Em entrevista concedida à autora, M.D.S.L., com relação a situação de preservação dos recursos naturais, como a fauna, ela revela:

Pelo que eu sei, do que me falavam antigamente, o papai, a vovó, antigamente tinha muita caça, muito mesmo, eles saiam e dentro de instantes eles matavam a caça para o almoço, janta. Mas agora não, eles saem, alguns saem e eles não matam mais. Tá raro já. E as vezes eles vão, como agora é reserva, eles não tão indo muito, não é mais como antes. Está mais precário. Ainda tem sim, mas aí para o centro grande. Os peixes também, antes, de verão, de inverno, pegava peixe com facilidade, mas hoje não. Aqui na beira a gente consegue pegar peixe, demora bastante tempo, mas antes, ia lá, pegava bastante também. Mas agora tem que deixar demorar bem para poder pegar.

A flora da comunidade se destaca pelas espécies de árvores que anteriormente serviam para o comércio da madeira. Atualmente, a exploração madeireira na comunidade tem diminuído gradativamente, graças a sensibilização dos comunitários a cerca da preservação da natureza. A entrevistada, M.D.S.L., de 22 anos, faz uma observação sobre os recursos florestais:

a situação da floresta, hoje, acho que tá mais preservado, aumentou mais, porque antes, nos anos 70 eles viviam mais da extração de madeira e do palmito. Pra cá não existe mais a extração de madeira, nem de palmito, aqui nessa comunidade não.

Com relação aos eventos e manifestações culturais, Santa Maria é uma comunidade que possui eventos programados, como a Festividade de Santa Maria, festa junina, campeonatos de futebol e comemoração à Independência do Brasil, que ocorrem, basicamente, em dois espaços, o Centro Comunitário e o campo de futebol (Figura 19). Este último funciona como um espaço de lazer, eventos e

³¹ A senhorita M.D.S.L., de 22 anos, é Técnica em Florestas. É uma jovem atuante nas reuniões do ICMBIO e da AMOREMA. Atualmente presta serviços a instituições e, viaja para outros municípios do Marajó exercendo a sua profissão.

práticas esportivas, tanto para os alunos da escola, quanto para os comunitários. É o maior espaço plano, de terra firme, que a comunidade dispõe.

Figura 17 - Campo de futebol – espaço de esporte e lazer



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014

Ainda com relação a questões de caráter cultural, no que tange ao repasse do conhecimento tradicional de geração para geração, a entrevistada M.D.S.L., diz:

Eu acho que eles tem esse negócio de estar passando de geração para geração, até porque tem alguns que já se foram, mas mesmo assim a cultura permanece e sempre vão tá passando de um para o outro. E eu também, as vezes, tenho muito da minha avó, do meu avô que eu gostava muito de tá com ele, fazendo e brincando com negócio de pau, aí eu até aprendi a fazer remo.

Do mesmo modo que a comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, em Santa Maria não há abastecimento de água tratada e sistema de esgoto. A energia elétrica é fornecida por meio de um gerador que funciona até às 22h. Além do motor gerador geral, muitas casas possuem seus próprios geradores que funcionam à base de óleo diesel.

4.4 Comunidade de Santa Rita de Cássia

A Comunidade de Santa Rita de Cássia, também conhecida popularmente por Vila de Cumaru, possui 54 (cinquenta e quatro) famílias e um total de 378 (trezentos e setenta e oito) pessoas que vivem na área³².

Sua infraestrutura resume-se a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Rita (Figura 20), Posto de Saúde (Figura 21), Casa da Pastoral da Criança (Figura 22), telefone público (Figura 23), Centro Comunitário (Figura 24), além de ser ponto estratégico de chegada e partida de embarcações que fazem viagens regulares para a reserva.

Figura 18 - Escola de Ensino Fundamental Santa Rita de Cássia



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 17 de maio 2014

³² Fonte: Levantamento demográfico. ICMBIO (2012).

Figura 19 - Posto de Saúde



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014

Figura 20 - Espaço da Pastoral da Criança



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014

Figura 21 - Antena para captação do sinal para o telefone público (ao fundo)



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014

Figura 22 - Interior do Centro Comunitário



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014

Os elementos de fauna mais predominantes são porco do mato ou catitu (*pecari tajacu*), paca (*agouti paca*), veado (*mazama bororo*), tatu (*euphractus sexcintus*), jacaré (*caiman crocodilus*), preguiça (*bradypus tridactylus*)³³, peixes diversos, entre outros, que fazem parte dos hábitos alimentares dos comunitários. No caso da flora, encontram-se virola (*virola surinamensis*), açai (*Euterpe oleracea*), andirobeira (*carapa guianensis*), buritizeiro (*mauritia flexuosa*)³⁴, dentre outras espécies de árvores e plantas.

Remanescentes do período de extração do látex, em Santa Rita de Cássia encontram outros elementos de valor histórico para a comunidade, além do Casarão de Cumaru (Figuras 8 e 25), que são uma balança, um motor de barco, uma bola de látex e máquina de calcular. São objetos que marcam o período de comércio de látex na comunidade (Anexo III).

³³ Os nomes científicos das espécies de fauna destacados no texto, foram retirados no site <http://redeglobo.globo.com/sp/eptv/terra-da-gente/platb/tag/v/>. Acesso em 25. Out. 2014.

³⁴ Os nomes científicos das espécies de flora destacados no texto, foram retirados no site <http://www.cdpara.pa.gov.br/flora.php>. Acesso em 10. Set. 2014.

Figura 23 - Casarão do Cumaru



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014

Santa Rita de Cássia ainda possui como principal atividade a extração da madeira (Figura 26), mesmo após a criação da RESEX de Mapuá. Todavia, com exploração reduzida em detrimento de anos atrás quando não havia controle, nem legalidade para a retirada de madeira da floresta. Com a criação de RESEX, em 2005, esse cenário sofreu alterações.

Figura 24 - Extração de Madeira



Fonte: Ana Priscila Magalhães, 09 de Ago. 2014

O senhor O.S.M.³⁵, de 61 anos, ao ser perguntado sobre a questão dos tipos de extrativismos e principais atividades econômicas da comunidade, ele destaca:

Continua o extrativismo da madeira sabe, ainda tem, porque não tem outro meio, né. Aí quando chega uma época é a extração do palmito, faz a podagem e tal, e isso vai um pouco mais da podagem, né. Porque aí tira o palmito *in natura*, vende também para se manter. Tem a farinha também e a colheita do açaí. Tem um pouso de pesca artesanal, vende pouco, é mais para nós ribeirinhos mesmo.

Em relação às manifestações culturais, o evento de maior notoriedade da comunidade é a Festividade de Santa Rita de Cássia que atrai pessoas de outras comunidades para prestigiar os dias de festa em devoção à santa padroeira.

Sobre o conhecimento tradicional, importante elemento da cultura, o senhor O.S.M., apresenta sua profunda preocupação com o repasse dos modos de fazer para as futuras gerações:

Olha, no ano passado teve alguns diálogos com os professores da 5ª a 8ª série para falar justamente disso nas escolas. E as nossas comunidades estão perdendo a raiz da nossa cultura regional. As coisas vão mudando, hoje quase não tem mais remo, tudo é rabeta, vai perdendo. O abano também, agora é fogão à gás. Então com isso, com o tempo os próprios adolescentes vão perdendo aquela vontade de aprender. Por exemplo, você vem aqui no Cumarú e pergunta: O senhor tem aquela embalagem de 30 kg, para colocar farinha? Então perdeu a nossa cultura. Quando eu cheguei aqui era farinha empanada, na palha do vime, conservada, é a melhor forma que tem e tal. Mas a nossa cultura sumiu. Você não vê mais farinha no paneiro. Outra coisa, uma das coisas que eu estou muito preocupado. Tem o açúcar caseiro, que chamamos de açúcar moreno. Na década de 50 até a entrada de 60 todas as pessoas aqui sabiam confeccionar ele, plantar a cana, fazer a garapa e tal, cozinhar e, tinha os tachos para isso. Depois que eu cheguei aqui tinham umas pessoas que faziam para suas casas, aí foi perdendo. Hoje, nessa comunidade nós temos apenas uma pessoa que sabe fazer isso, e ela já está quase pegando 70 anos, é o senhor Manoel Paulo da Costa. E isso é uma grande preocupação, de estar perdendo. Eles fabricavam um açúcar moreno, que era claro e eles tinham essa técnica, faziam o mel. O senhor Manoel ainda tem essa tecnologia. Então eu vejo assim, no meu ponto de vista que a gente está perdendo a cultura e colocando, eu dizia assim, o modernismo, a inovação e o lado prático no lugar.

³⁵ O senhor O.S.M., de 61 anos, é uma das pessoas mais conhecidas da RESEX de Mapuá. Natural do Rio Macacos chegou a Comunidade de Santa Maria em 1978, para administrar as terras do Sr. Raimundo Nascimento, no auge da extração do látex e beneficiamento da borracha. Fixou residência, casou-se e, hoje, é o proprietário do histórico Casarão do Cumarú e possui um comércio que abastece os moradores da região.

O saber tradicional existente nas comunidades rurais, neste caso as extrativistas/ribeirinhas, representado pelo acúmulo de experiências vividas e compartilhadas há séculos e/ou décadas, contribuem para a afirmação cultural e territorial dos habitantes, além de demonstrar como se constroem as relações existentes entre os comunitários e o meio ambiente, bem como suas formas de ocupação do espaço, por meio de suas tradições e hábitos.

O vasto conhecimento adquirido ao longo do tempo é uma herança cultural de antigas sociedades, aliados ao modo de vida em integração com o meio ambiente natural, reforçam a importância da preservação do conhecimento tradicional das comunidades, uma vez que representam não só um legado cultural, como também um “registro” da história dessas regiões.

5 VALORAÇÃO DO TBC EM MAPUÁ

O processo de desenvolvimento e aplicação da metodologia de valoração de atratividade turística de reservas extrativistas revelou resultados esperados para uma área, neste caso a RESEX de Mapuá, que não dispõe de fluxos turísticos organizados e nem espontâneos.

A etapa de análise e interpretação dos dados obtidos durante a segunda etapa metodológica, a aplicação das matrizes, expôs, de uma maneira geral, um quadro de viabilidades, disparidades e surpresas do ponto de vista da análise crítica dos dados obtidos (Tabelas 1 e 2), juntamente com observações em campo e as riquezas de detalhes reveladas nas entrevistas concedidas à autora.

Tabela 1 - Valoração detalhada estabelecida pelos pesquisadores (técnicos e comunitários)

DIMENSÕES	COMUNIDADES					
	STª MARIA		STª RITA DE CÁSSIA		NOSSA SRª DE NAZARÉ	
	Téc.	Com.	Téc.	Com.	Téc.	Com.
Ambiental	39	26	33	24	40	22
Cultural	17	37	18	19	31	26
Econômica	09	09	09	13	08	08
Social	18	13	14	14	15	10
Político/Institucional	10	13	13	14	12	15
Planejamento TBC	16	06	15	14	16	14
Infra Básica	25	18	19	20	20	14
Infra Turística	04	08	03	06	03	04
Cognitiva	34	12	29	27	30	26

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Tabela 2 - Comparativo geral de hierarquização de atratividade das comunidades da RESEX de Mapuá

DIMENSÕES	TOTAL DE VALORES POR COMUNIDADE		
	Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré	Santa Maria	Santa Rita de Cássia
AMBIENTAL	62	65	57
CULTURAL	60	54	37
ECONÔMICA	16	18	22
SOCIAL	25	31	28
POLÍTICO/INSTITUCIONAL	27	23	27
PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE BASE COMUNITÁRIA	30	22	29
INFRAESTRUTURA BÁSICA	34	43	39
INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	07	12	09
COGNITIVA	56	46	57
TOTAL	317	314	305

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Magalhães (2014).

Na **Dimensão Cognitiva**, os pesquisadores (comunitários), de Santa Maria estabeleceram valores baixos para os critérios de análise, valor 12 (doze), em detrimento aos valores 27 (vinte e sete) e 26 (vinte e seis) apontados pelos pesquisadores (comunitários) em Santa Rita e Nossa Senhora de Nazaré, respectivamente. Os números mostram que os comunitários tem baixo nível de pertencimento, diferentemente do que se traduz pelo olhar dos pesquisadores (técnicos), externos. É importante observar que este valor baixo, não condiz com o sentimento exposto pela entrevistada M.D.S.L., que diz:

Em se tratando das outras pessoas, acho que eles tem orgulho de tá aqui, porque para todo lugar que eu ando, eles chegam e dizem que não vão para a cidade porque preferem ficar morando aqui, que eles tem a vida toda aqui. Eu também tenho orgulho de ter nascido aqui, mas só que agora eu já vejo o mundo de outra forma, mas mesmo assim, eu vou, mas sempre eu vou voltar aqui para trazer as coisas que eu aprendi.

Na Dimensão Cognitiva o olhar dos pesquisadores (técnicos) apresenta valores elevados, representando a visão do turismólogo sobre a importância da identificação, do sentimento de pertencimento, dos conhecimentos tradicionais, capital social e solidariedade para o desenvolvimento do TBC, que foram detectados durante conversas informais com moradores das comunidades, e observações de suas posturas e ações. Os critérios estabelecidos pela matriz Cognitiva reforçam o conceito de comunidade, dizendo que “pessoas de modo próprio de ser e sentir, com as tradições religiosas, artísticas, passado histórico, costumes típicos, “estilo” de vida familiar e social, atividades produtivas, problemas e necessidade, aspirações; sobretudo com consciência de vida comum”, fortalecem o conceito de coletividade (CORIOLANO, 2008).

Na matriz que aborda a **Dimensão Infraestrutura Turística**, detectaram-se valores baixos apresentados por todos os pesquisadores. Justifica-se esta situação devido a pesquisa ter sido realizada em uma área onde não há fluxo turístico e, conseqüentemente, não há infraestrutura turística adequada para o TBC.

Mielke (2009, p. 21) reforça que os problemas com infraestrutura turística “tem contribuído negativamente para que um ambiente propício ao desenvolvimento do TBC ocorra”. O autor diz que a “atividade turística é complexa por essência, e inevitavelmente, envolve uma série de elementos de estrutura primária, como meios de hospedagem, transportes, restaurantes, bares, guias, entre outros”. No caso do TBC essa estrutura pode ser baseada nos princípios do bem receber, da hospitalidade, bem como na adequação técnica de espaços de convivência da própria comunidade para o acolhimento dos turistas.

Em Mapuá, mesmo diante da escassez de equipamentos e serviços turísticos, a conduta hospitaleira dos comunitários e o interesse pelo TBC, poderiam ser elementos fomentadores de um projeto de turismo de base comunitária, ficando sob a responsabilidade do ICMBIO, do Conselho Deliberativo e da AMOREMA a condução deste processo minucioso de planejamento participativo e compartilhado, bem como o estabelecimento de parcerias com instituições que pudessem orientar tecnicamente os comunitários acerca das adaptações das residências e dos espaços de convivência da comunidade, entre outras ações, para o acolhimento dos turistas.

Ainda na Dimensão de Infraestrutura turística, os únicos critérios pontuados pelas 03 (três) comunidades pesquisadas se relacionam com os espaços de lazer encontrados, representados, na maioria dos casos pelos Centros Comunitários e o campo de futebol de Santa Maria. Bursztyn (2012, p. 121) diz que um dos benefícios provenientes do fomento ao TBC é “a diversificação das oportunidades de lazer e entretenimento para os próprios membros das comunidades”. Deve-se observar que os equipamentos citados acima não são suficientes para a implantação de um projeto de TBC em Mapuá. Contudo, concorda-se inteiramente com Bursztyn sobre a possibilidade de diversificação das opções de lazer e recreação para os comunitários com a presença do TBC.

Além dessas considerações supracitadas, há outra discussão pertinente a ser levantada, que diz respeito às concepções de lazer. Durante a pesquisa de campo, seja em conversas informais ou na aplicação das matrizes, percebeu-se que as percepções acerca do lazer, por parte dos comunitários, estão camufladas pelas atividades do cotidiano. Ao serem perguntados sobre o que eles fazem no Rio Mapuá, por exemplo, muitos mencionam atividades diárias como higiene pessoal, pesca e serviços domésticos, demonstrando que a visão de lazer relacionada a este espaço, o rio, está oculta por trás das atividades do dia-a-dia. Assim, o que para o visitante e/ou turista banhar-se no rio representaria uma atividade de lazer, para alguns comunitários nada mais é do que um simples banho, sem valores explícitos que podem culminar em experiência.

Na **Dimensão Infraestrutura Básica** as análises e interpretações dos dados apontaram que poucos critérios receberam valores acima de 2 (dois). No caso de Santa Rita de Cássia, os valores estabelecidos pelos pesquisadores comunitários foi um valor maior do que dos técnicos.

Os dados apontados por esta matriz revelam que o poder público e suas ações ainda deixam a desejar nas comunidades pesquisadas, uma vez que os serviços públicos oferecidos são escassos e não atendem a demanda da população. Nesse sentido, cabe ressaltar que em comunidades onde há o desenvolvimento do TBC, é comum identificar ações de melhoria na infraestrutura básica das escolas e postos de saúde, por exemplo (BURSZTYN, 2012).

No caso de Mapuá notou-se que a reserva encontra-se diante de um cenário de “abandono” por parte do poder público, da insuficiência na prestação de serviços

básicos para o exercício pleno da cidadania. Há carência nos serviços de saúde, psicossocial, não há água tratada, sistemas de esgotos, limpeza pública, distribuição de energia elétrica, segurança pública, melhores opções de transportes, telecomunicações e as escolas possuem atrasos nos calendários. Contudo, mesmo diante de todas essas dificuldades, é importante destacar que para o TBC, a “rusticidade” também é um elemento de atratividade. Mas, com o desenvolvimento de um projeto de TBC, a tendência é que as comunidades passem por melhorias básicas, a fim de proporcionar maior comodidade, conforto e segurança aos turistas e, conseqüentemente contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Serviços de saúde, segurança e educação representam os maiores anseios dos moradores da região. Atualmente, o Poder Público encontra-se nas instalações das 03 (três) escolas municipais, dos 02 (dois) postos de saúde, presença de ACS's e inclusão das famílias nos programas sociais do Governo Federal, como Bolsa Família e Bolsa Verde.

A falta de saneamento básico, abastecimento de água tratada, distribuição de energia elétrica e telecomunicações também configuram um cenário de dificuldades para os comunitários, uma vez que a prestação desses serviços influencia diretamente na qualidade de vida da população.

A maioria dos critérios relacionados a esta dimensão, são de responsabilidade do poder público, cabendo a ele a promoção do bem estar social por meio de obras e ações que vão contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população residente nas comunidades e, conseqüentemente, dos turistas.

Ivan Bursztyn (2012, p. 134) destaca que “prover infraestrutura básica, como de transporte público, ou específica, de apoio ao viajante, como terminais de passageiros (fluviais e rodoviários), é também tarefa do poder público e, hoje, representam obstáculos para o desenvolvimento do turismo em várias regiões”. Nesse sentido, para que as comunidades de Mapuá sejam beneficiadas com o incremento da infraestrutura básica, será necessário aplicar esforço mútuo e coletivo entre as esferas de governo, baseado no objetivo primordial de promover o desenvolvimento da região.

Na matriz que aborda a **Dimensão Planejamento Turístico de Base Comunitária** identificou-se que as comunidades de Santa Rita e Nossa Senhora de

Nazaré apresentaram resultados de valoração semelhantes, enquanto que em Santa Maria, os pesquisadores comunitários estabeleceram o valor 06 (seis), bem abaixo dos revelados pelas outras comunidades, ambos com 14 (quatorze).

Neste momento, é necessário fazer uma reflexão acerca dos valores apresentados acima. Considerando que a maioria dos comunitários participantes da pesquisa, no momento da aplicação das matrizes, não possuía conhecimento prévio sobre o TBC e suas particularidades, e diante desta realidade, sentiu-se a necessidade latente de capacitá-los sobre o TBC. Com a metodologia de valoração e aplicação das matrizes, pode-se dizer que mesmo após a participação dos comunitários nas oficinas preparatórias, dúvidas sobre o TBC permanecem nas comunidades.

No entanto, as entrevistas com os comunitários mostram-se reveladoras em relação aos pontos de atratividade das comunidades e o claro interesse pela hospedagem familiar.

Aqui nós temos a paisagem dos lagos, né. O curso do rio, o Lago dos Patos e outros lagos. Tem a pesca artesanal, é só familiar. Para mim é atrativo, devido a paisagem. Tanto que o nosso lago daqui é diferenciado porque tem poucos moradores, a floresta está intacta quase. Então assim, os lagos estão praticamente intactos. Nós temos residências aí pra dentro que tem trilhas, o Sr. Zé Vicente e lá tem as residências, a roça, né. Então acho que o cultivo da mandioca é interessante para eles. A fabricação da farinha, acho que isso é interessante (O.S.M., 61 anos – Entrevistado da Comunidade de Santa Rita de Cássia).

Sobre o interesse na hospedagem familiar, se tivesse um projeto de TBC na comunidade, o entrevistado de Santa Rita de Cássia diz:

Me interessaria sem problema, até porque eu sou acostumado de vez em quando a receber. A gente já tem um convívio social há muitos anos (O.S.M., 61 anos – Entrevistado da Comunidade de Santa Rita de Cássia).

No caso dos pesquisadores técnicos, percebemos que os valores estabelecidos para as comunidades foram menores apenas no critério “Existe ou existiu algum projeto de TBC”, que reflete aspectos levantados anteriormente na dissertação. A falta de projetos de TBC na RESEX de Mapuá.

A **Dimensão Político/Institucional** revelou que a presença permanente de instituições nas áreas estudadas está ligada a organismos religiosos, mais

especificamente a presença da igreja católica, que é a única religião que possui templos nas comunidades pesquisadas.

Como fora relatado anteriormente, a presença do poder público é restrita. Contudo, a AMOREMA faz esse papel de intermediar e captar projetos, ações e atividades em benefício das comunidades, que pode ser observado também nas conversas informais com os moradores da reserva, a avaliação positiva sobre a atuação da associação.

Durante a entrevista com o presidente da associação, ao ser perguntado sobre as ações da organização na RESEX de Mapuá, ele confirma as informações reveladas pela pesquisa:

A AMOREMA dá suporte para o ICMBIO, organiza o projeto PRONAF Floresta, faz um cadastro por conta própria a cada 6 (seis) meses, que é um diagnóstico de campo da agricultura familiar, para ver tudo que eles estão produzindo. A AMOREMA faz parte do PAA, que é um programa para a aquisição de alimento escolar e nós atendemos cerca de 900 (novecentas) crianças da Pastoral da Criança. Tem também o PNAE, que é um programa de alimentação de agricultores rurais, com a produção de farinha, açaí, macaxeira, farinha de tapioca e banana, para atender as escolas da RESEX. Ajudamos a desenvolver o grupo de mulheres que trabalham com a fabricação de repelente, colaboramos também com a capacitação de artesanato encauchados, feitos com látex (Presidente da AMOREMA).

Porém, convém destacar que a SEMED vem avançando cada vez mais na interiorização da educação, chegando até as localidades mais distantes do centro de Breves, que é o caso da RESEX de Mapuá.

A **Dimensão Social** revelou que o critério hospitalidade recebeu, pela maioria dos pesquisadores, o valor máximo de 03 (três), sejam eles técnicos ou comunitários. Essa informação é muito importante, considerando que para o TBC a questão da hospitalidade, do bem receber, são características valorizadas neste modelo de turismo. Montandon (apud CASTELLI, 2010, p. 107) diz que “a hospitalidade é uma noção que parece ser simples, mas, pelo contrario, é uma das mais complexas, das mais ricas e aparentemente das mais contraditórias”.

É importante observar que as falas dos entrevistados convergem para a valoração máxima estabelecida pela maioria dos pesquisadores:

Pra cá o que mais eles são é hospitaleiros, chegar na casa de alguém, eles te recebem, tipo assim... eles te hospedam, fazem de tudo, eles só querem te receber bem. Por todo canto, por toda casa que tu chegar, é bem

recebido (M.D.S.L., 22 anos – Entrevistada da Comunidade de Santa Maria).

A receptividade desde quando eu cheguei aqui eu gostei, é um povo hospitaleiro, bacana assim, eu cheguei aqui em 1978, eu sou do Rio Macaco. Eu gostei da consideração e a gente vê assim como eles recebem outras pessoas (O.S.M., 61 anos – Entrevistado da Comunidade de Santa Rita de Cássia).

No caso do TBC, a matriz da Dimensão Social, complementa ou é complementada pela Dimensão Planejamento Turístico de Base Comunitária, no critério interesse pela hospedagem familiar, que recai justamente nesta discussão sobre hospitalidade, bem como esse critério poderia ter sido abordado na Dimensão Cognitiva.

O critério Existência ou histórico de conflitos mostrou que as comunidades do Rio Mapuá, anteriormente eram reconhecidas pela bravura e brigas constantes por causa de terras, impulsionadas pelo interesse nas riquezas provenientes da floresta, como madeira, látex e palmito. Atualmente, com a criação da reserva no ano de 2005, o direito à terra por aquelas famílias que há gerações ocupam esse território foi finalmente reconhecido e os conflitos pelas riquezas da área do Rio Mapuá foram minimizados.

Sobre a questão dos conflitos e a importância da criação da UC, o gestor responsável pela RESEX de Mapuá, do ICMBIO diz que:

O reconhecimento do direito de uso da terra pelas populações tradicionais, que são os verdadeiros donos, que são os legítimos donos, né. Então como a gente sabe o Mapuá, sempre teve um histórico de conflito, devido o uso dos recursos naturais (madeira, palmito) e isso leva a uma pressão sobre a população. A medida que o governo reconhece o direito dessa população tradicional, tornando a área um território federal essa população passa a ser olhada de uma outra forma, passando por um processo necessariamente de organização social, discutindo seus problemas, encarando seus desafios, buscando soluções para esses problemas de maneira compartilhada, buscando a intervenção, a participação de órgãos governamentais seja na esfera municipal, seja na esfera estadual ou federal. Então a criação da RESEX, a transformação de um espaço antes e sem nenhum tipo de regulamentação, sem regras, passa a se olhar de uma outra forma porque os próprios recursos naturais não há impedimento de eles sejam utilizados, mas passa-se a requerer a sua utilização a partir de um processo de organização, planejado que são planos de uso, de diagnósticos, sem falar que essas passam a ser inclusas nos programas sociais, como bolsa verde, bolsa família, programas de moradia popular. Então há realmente todo um processo de transformação, um novo olhar a partir da criação da RESEX. Penso que a importância da criação da RESEX esteja aí (Gestor da RESEX de Mapuá, ICMBIO).

A matriz da **Dimensão Econômica** mostrou que os critérios atividades de subsistência e tipos de extrativismo, receberam os maiores valores, tanto por parte dos pesquisadores técnicos, como comunitários. É interessante destacar que na Comunidade de Santa Rita de Cássia, os pesquisadores técnicos estabeleceram a valoração 09 (nove) e os comunitários 13 (treze) para o critério tipos de extrativismo. Os pesquisadores (técnicos) atribuíram este valor mais baixo, justamente pelo fato de que dentre as comunidades pesquisadas, Santa Rita é a única que permanece com a extração irregular de madeira. Para os comunitários, por uma questão de renda, o extrativismo da madeira ainda é importante para o sustento das famílias. Esta afirmação pode ser comprovada por meio do trecho da entrevista evidenciado na página 86.

Convém observar que o aspecto econômico na RESEX de Mapuá é um ponto a ser discutido, uma vez que as atividades econômicas na UC devem ser definidas no Plano de Uso da reserva, que está em fase de atualização junto ao Conselho Deliberativo. Após a aprovação deste documento norteador, será possível planejar atividades econômicas que não venham a atentar contra a legislação vigente. Neste caso, o TBC surge como uma atividade alternativa para dar dinamismo econômico para as comunidades.

Seguindo a mesma linha conceitual do TBC, Coutinho (2000) diz que o ecoturismo³⁶ em UC's de uso sustentável, em particular as RESEX's e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), e o envolvimento com as populações tradicionais, além de ser um diferencial no produto ecoturístico, representam uma alternativa econômica e uma ferramenta para a conservação das áreas naturais protegidas.

Durante a entrevista com o Gestor da Unidade RESEX de Mapuá, do ICMBIO, ao ser perguntado sobre o TBC como uma alternativa para o desenvolvimento local, declarou:

O meu entendimento é que os princípios que determinam a criação da unidade de conservação, não é apenas voltado para questão da preservação, para valorização do tipo de vida dessas populações, que é a questão da cultura, a questão da sua história, a sua antropologia. Então

³⁶ Para o Ministério do Turismo – Mtur, Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2005).

penso que esse modelo se encaixa exatamente aí, na busca da valorização maior desses conhecimentos populares, desse tipo de vivência popular, do tipo de cultura que se tem. Agora, evidentemente que há uma necessidade muito grande principalmente de formação pra que a gente possa perceber um interesse maior de outras situações, outros valores outras formas de produção, inclusive econômica, que não seja só o extrativismo. Isso é uma tarefa que o ICMBIO tem de estimular e de ajudar no processo de formação PRS que a gente possa inverter certas situações no interior da RESEX. Eu acho que aí se encaixaria uma política voltada pra essa questão do turismo. (Entrevista concedida à autora).

A matriz da **Dimensão Cultural** revelou a que a Comunidade de Santa Maria valoriza seus aspectos culturais, apresentado pelo valor 37 (trinta e sete) estabelecido pelos pesquisadores (comunitários), valor 20 (vinte) vezes maior do que o apontado pelos pesquisadores (técnicos). Isto reflete a valorização da cultura no uso de plantas medicinais, realização de eventos religiosos, da gastronomia típica, assim como conduz a uma análise mais ampla acerca do sentimento de pertencimento que a comunidade possui, que acaba fortalecendo outros aspectos levantados pela metodologia, como a cultura local, por exemplo.

A partir do momento em que há interesse por outras pessoas pelo patrimônio sociocultural local, isso desenvolve nos moradores um sentimento de pertencimento e de orgulho em relação as suas próprias tradições e costumes que, de outra maneira, poderiam ser esquecidas e desvalorizadas (BLANCO, 2009).

Na Comunidade de Santa Rita de Cássia a maioria dos critérios obteve valoração 01 (um), enquanto que os eventos programados religiosos, produção de artesanato, usos de plantas medicinais e grupos de danças regionais tiveram a valoração 02 (dois). Destaca-se que os pesquisadores apontaram valores similares para os critérios desta matriz. A ênfase para as valorações citadas está na atribuição de valores semelhantes entre os pesquisadores internos e externos, demonstrando que devido ao fato da comunidade não possuir variadas opções de elementos culturais predominantes, não influenciou no poder de escolha dos pesquisadores.

Em Nossa Senhora de Nazaré destaca-se a valoração 03 (três) para os critérios eventos programados culturais e religiosos, uso de plantas medicinais e lendas e mitos. Convém destacar que nesta matriz o olhar dos pesquisadores (técnicos) foi mais elevado do que dos comunitários. Pode-se considerar que isto ocorreu devido os comunitários enxergarem esses critérios como algum comum, diferentemente dos pesquisadores externos que por não conviverem diariamente

com esses elementos culturais, conseguiram atribuir valores maiores para esses indicadores.

Dentro do calendário de eventos da comunidade, destaca-se a Festa junina, a festividade da padroeira realizada há 25 anos, no dia 08 de setembro e o recírio em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré. Neste caso, convém analisar pela ótica de que aquilo que é comum e rotineiro, pode não ser mais visto pelos moradores locais como algo excepcional. Enquanto que, o olhar externo sobre o “novo”, pode refletir positivamente sobre movimentos culturais não habituais.

Na **Dimensão Ambiental** os dados surgem díspares. Mesmo diante de um cenário, onde os moradores do local possuem uma relação intrínseca com os elementos da natureza, mas que por questões adaptativas a realidade de restrições quando ao uso dos recursos naturais, provenientes da criação da RESEX, acredita-se que os comunitários ainda estão passando por um processo sensibilização acerca das questões relacionadas ao meio ambiente.

Assim, verificou-se que as valorações apontadas pelos pesquisadores comunitários são menores do que as apresentadas pelos técnicos, ou seja, o que é ambientalmente atrativo para o “público” externo, faz parte do cotidiano dos comunitários. Ressaltar o cotidiano, o dia-a-dia das comunidades receptoras, conduz a discutir a experiência. No caso do TBC, o turista busca viver e experimentar sensações que rotineiramente são vivenciadas pelos comunitários, bem como os moradores locais também valorizam a troca de experiências culturais que o turismo proporciona.

Coriolano (2009) diz que o TBC é um turismo que não é apenas voltado ao consumo, mas à troca de experiências, fortalecimento de laços de amizade e valorização cultural. Ainda sobre a importância das trocas, o intercâmbio cultural, o senhor O.S.M., de Santa Rita afirma:

Eu acho importante porque é uma conexão de conhecimentos, né. Eu acho importante por que nós passamos a conviver com outro estilo de vida e comportamento de pessoas e cultura. É a fusão de cultura, né. Não fica no mesmo dia, sai da rotina (O.S.M., 61 anos – Entrevistado da Comunidade de Santa Rita de Cássia).

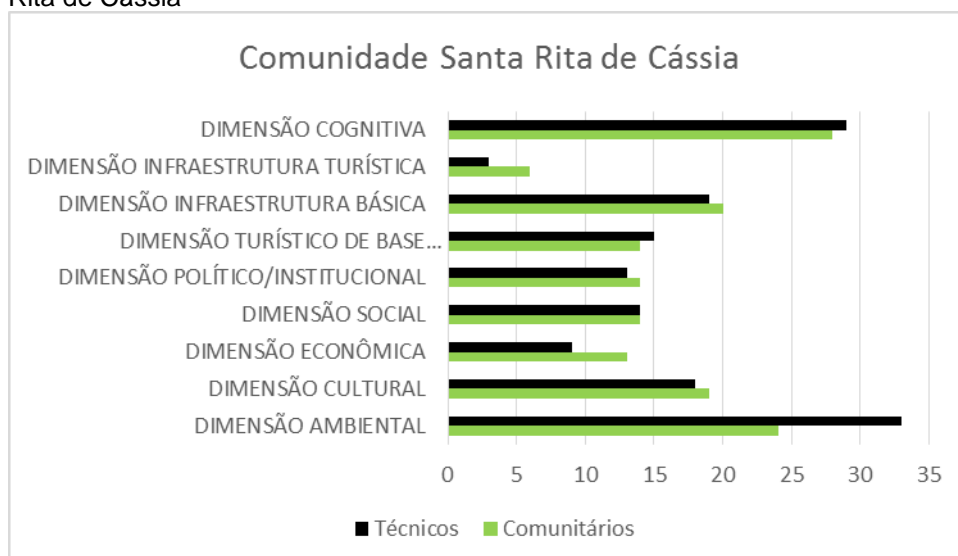
Em Santa Maria, a valoração 03 (três) foi detectada nos critérios de situação de fauna e flora, estado de conservação da paisagem, poluição sonora e situação dos recursos hídricos. Já em Santa Rita de Cássia, os dois pesquisadores

(comunitários) não apontaram nenhum valor 03 (três), apenas os técnicos atribuíram valores máximos para alguns critérios, como situação de recursos naturais de fauna, flora e recursos hídricos, paisagem e poluição sonora. Enquanto que em Nossa Senhora de Nazaré, os pesquisadores (comunitários) reconheceram por meio do valor 03 (três) a situação dos recursos naturais – flora e paisagem como atrativos máximos da comunidade nesta matriz.

Os entrevistados das comunidades de Santa Maria e Nossa Senhora de Nazaré reafirmam em suas falas a importância que os recursos naturais possuem para as comunidades, trechos citados nos subitens 3.2 e 3.3.

Ao analisar de maneira holística as matrizes, percebeu-se que ao olhar dos pesquisadores (comunitários), as matrizes que se destacaram na Comunidade de Santa Rita de Cássia foram as Dimensões Cognitiva, por quase se igualar aos olhares dos técnicos e a Social que demonstra, no gráfico, igualdade de valores. Destaca-se ainda a supremacia das Dimensões Infraestrutura Turística e Básica, Político/institucional, Econômica e Cultural pela visão dos comunitários. Contudo, observou-se que a Dimensão Ambiental foi a de maior desigualdade entre os pesquisadores (Figura 29).

Figura 25 - Gráfico da análise comparativa dos dados gerais da Comunidade de Santa Rita de Cássia



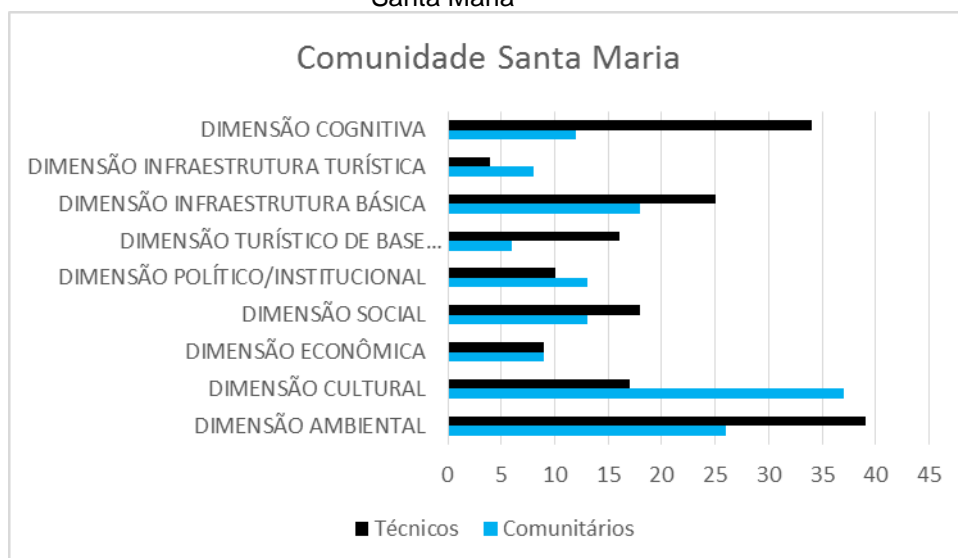
Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Pereira, 2014.

A análise geral dos dados coletados sobre a Comunidade de Santa Maria revela, que diferentemente de Santa Rita de Cássia, as Dimensões Cognitiva,

Cultural e Ambiental mostram-se díspares entre os olhares de comunitários e técnicos. Os pesquisadores técnicos elevaram os valores para as dimensões Cognitiva e Ambiental, refletindo o entendimento de que o “externo” atribui valores significativos a questões que não representam a sua vida cotidiana, colocando-se, algumas vezes, na posição do turista, justamente por possui arcabouço técnico-científico sobre esses discursos.

Enquanto isso a Dimensão Cultural se destaca através do olhar do pesquisador comunitário, colocando em discussão, a valorização cultural que os mesmos possuem, recaindo, mais uma vez, sobre a importância do sentimento de pertencimento para o TBC (Figura 30).

Figura 26 - Gráfico da análise comparativa dos dados gerais da Comunidade de Santa Maria



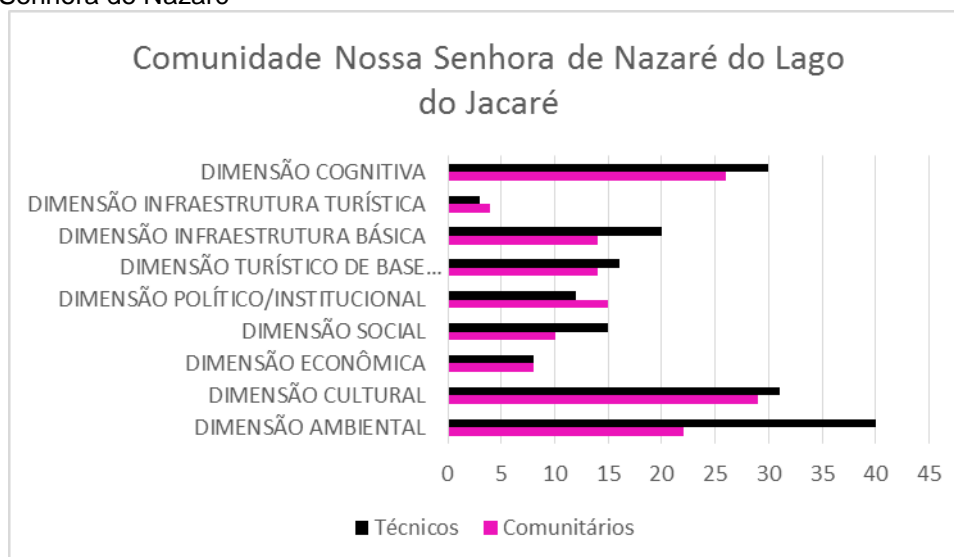
Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Pereira, 2014.

Na Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré percebeu-se que somente a Dimensão Ambiental mostra-se com certa desigualdade entre os pesquisadores, onde os técnicos, em suas análises, atribuíram maior valor para esta matriz (Figura 31). Os recursos naturais e as paisagens predominantes nesta comunidade são reconhecidos e valorizados por quem teve a oportunidade de conhecê-la. Por ser a comunidade mais longínqua da reserva, consegue preservar áreas que ainda não foram exploradas pela extração do palmito ou da madeira.

Essas informações foram levantadas com base nas conversas informais com os moradores locais, na entrevista e nas observações em campo. Considerando,

mais uma vez, a questão do cotidiano, entende-se que os pesquisadores (comunitários), por habitarem a região, possuem dificuldade de atribuir valor para elementos presentes na vida cotidiana, valorizando, em alguns casos, elementos da vida externa da reserva.

Figura 27 – Gráfico da análise comparativa dos dados gerais da Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Pereira, 2014.

De um modo geral, após a tabulação, interpretação e análise dos dados, observou-se que a Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré atingiu os maiores valores, configurando-se assim, experimentalmente, como a comunidade com maior valoração de atratividade para o Turismo de Base Comunitária em reservas extrativistas, dentre as comunidades pesquisadas para esta dissertação (Tabela 2).

A partir de um valor máximo de 816 (oitocentos e dezesseis), que consideraria a comunidade atrativa para o TBC, Nossa Senhora de Nazaré atingiu a valoração geral de 317 (trezentos e dezessete), posicionando-se entre 273-544, classificando-se, portanto, como uma comunidade PARCIALMENTE atrativa para o TBC.

Convém observar que ao ser classificada como parcialmente atrativa para o TBC, não inviabiliza ou descarta a comunidade de uma possível implantação de um projeto de Turismo de Base Comunitária, pelo contrário, mostra quais são as áreas que precisam ser trabalhadas, melhoradas e/ou estimuladas visando o

desenvolvimento deste “novo” modelo de turismo que respeita os limites ambientais, sociais e culturais dos núcleos receptores.

A comunidade recebeu a maior valoração nas matrizes que representam as dimensões Cultural e Planejamento Turístico de Base Comunitária. Atribui-se os valores a valorização cultural evidenciada pelos comunitários e o fato da comunidade já ter sido visitada por pesquisadores de TBC em outra oportunidade.

Houve um empate com Santa Rita na dimensão Político/Institucional, e obtenção do menor valor entre as 03 (três) comunidades pesquisadas, em 04 (quatro) dimensões, a saber: Econômica, Social, Infraestrutura Básica e Infraestrutura Turística. Essas matrizes são, em maioria, alicerçadas pelo poder público, que infelizmente, por questões geográficas e de acesso, ou de políticas públicas, a comunidade não conseguiu atingir maiores valores nas dimensões supracitadas, refletindo a sensação de descaso e abandono que os comunitários relatam em relação ao poder público.

Em entrevista realizada com representante da Prefeitura Municipal de Breves, foi questionado o Plano de Governo de Breves (2013-2016), que expõe ações de fortalecimento da cadeia produtiva do turismo, bem como o fomento ao TBC, a mesma observa e confirma a afirmação abaixo:

O Plano de Governo de Breves (2013-2016) teve ampla participação, de modo que incluiu as principais demandas da sociedade brevesense. O município de Breves possui grande potencial para ampliar o turismo. No entanto, sabemos também de nossas limitações logísticas, em recursos humanos e financeiros. A inclusão de muitas propostas no Plano de Governo aconteceu por enxergarmos a necessidade e aptidões de nosso município e região. Diante disso, entendemos que a presença de instituições, como a UFPA e IFPA, são fatores positivos no auxílio da gestão municipal para efetivação dessas propostas (M.M. – Representante da Prefeitura Municipal).

Nesse sentido, trazendo para a discussão a Dimensão de Infraestrutura Turística, observa-se que esta área ainda é incipiente na cidade de Breves, onde a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Eventos de Breves (SECULTE) não dispõe de profissionais capacitados para desenvolver projetos de turismo para o município. Além disso, a SECULTE não dispõe de orçamento próprio, utilizando-se, quando necessário, principalmente para a realização de eventos, o orçamento da Secretaria de Administração (SEAD) do município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo de Base Comunitária é um modelo diferenciado de execução da atividade turística, em que a gestão compartilhada, juntamente com o protagonismo dos comunitários durante todo o processo de estruturação (planejamento, execução e monitoramento da atividade), configuram-se em pontos importantes no modelo.

Com base nas especificidades básicas do TBC, observou-se, em alguns casos, que projetos são implantados em unidades de conservação de maneira inadequada. Por conta disso, a problemática que motivou este estudo, buscou verificar como pode ser medido e valorado a atratividade turística de reservas extrativistas para uma possível implementação de projetos de Turismo de Base Comunitária, levando em consideração que unidades de conservação, mais especificamente reservas extrativistas, possuem legislações pertinentes acerca da proteção ambiental e preservação dos saberes das comunidades tradicionais.

Assim, é necessária a realização de planejamento prévio, detalhado e minucioso, com vistas a verificar antecipadamente se determinado local possui ou não atratividade para o TBC.

A pesquisa teve como objetivo principal analisar as possibilidades, limites e os modos de desenvolvimento do turismo de base comunitária em unidades de conservação, além de desenvolver e aplicar um método novo e adaptado para valorar o nível de atratividade para o TBC em Reservas Extrativistas, com aplicabilidade experimental na Reserva Extrativista de Mapuá, localizada no Arquipélago de Marajó, Breves/PA.

Ressalta-se que o objetivo geral foi atendido, assim como os objetivos específicos propostos pela pesquisa também foram alcançados, a saber:

- Identificar os elementos de valoração turística em reservas extrativistas:

Para alcançar este objetivo foi necessário investigar em outras metodologias de valoração turística, primeiramente, os critérios, parâmetros, indicadores e/ou fatores utilizados. Posteriormente, foi realizado um estudo sobre itens importantes para o desenvolvimento da atividade turística, de um modo geral, e peculiaridades exclusivas do Turismo de Base Comunitária, bem como a análise das características gerais das reservas extrativistas, finalizando com a leitura do Decreto de criação da

Reserva Extrativista de Mapuá. Após essa etapa iniciou-se o processo de estabelecimento dos critérios que iriam compor as Dimensões apresentadas nas matrizes, que se diferenciam em nomenclatura e tipo de abordagem das metodologias pesquisada Almeida (2006), Brasil (2007) e Moraes (2011).

Nesta pesquisa, as dimensões “infraestrutura turística”, planejamento turístico de base comunitária” e “político/institucional”, por exemplo, possuem leve similaridade com as apresentadas por Almeida (2006) (“normativo-institucional”, “infraestrutura de apoio turístico” e “planejamento turístico participativo”), mas com abordagens diferenciadas entre si.

- Criar uma metodologia de valoração da atratividade turística em reservas extrativistas

A metodologia foi criada com base nas premissas do desenvolvimento sustentável, e o pensamento norteador era de criar um método que pudesse revelar dados referentes às comunidades extrativistas, baseados nos pilares clássicos da sustentabilidade (ambiental, econômico e social). Contudo, devido a temática abordada por esta pesquisa, era imprescindível incluir dimensões acerca de subdivisões dos pilares clássicos (cultural e político/institucional) e do TBC (planejamento do TBC, infraestrutura básica, infraestrutura turística e cognitiva).

Para se chegar até as 09 (nove) matrizes e seus 68 (sessenta e oito) critérios de análises, foi necessária investigação sobre pesquisas anteriores que discutiam metodologias de valoração, de hierarquização, de ordenamento e de potencialidade turística.

Portanto, após a leitura da bibliografia especializada e focada em proposições de métodos e sobre o TBC em si, esquematizou-se os instrumentos apresentados nesta dissertação, que revelam uma metodologia direcionada para localidades que não possuem atividades turísticas organizadas, diferenciando-se, assim, das demais metodologias pesquisadas.

Deste modo, foi criado um método de valoração de atratividade para o TBC, em reservas extrativistas, baseado em um método utilizado pelas ciências biológicas, denominado Análise em Pares, uma vez que percebeu-se que a imparcialidade, a análise técnica e a visão dos comunitários deveriam ser igualmente representados na metodologia proposta, considerando uma das características

básicas do TBC que é a atuação direta dos moradores locais durante todo o processo de desenvolvimento da atividade turística.

- Realizar oficinas de capacitação dos pesquisadores (líderes comunitários)

Com a intenção de apresentar a metodologia proposta, bem como introduzir nos participantes o estudo conceitual do TBC, realizou-se 03 (três) oficinas de capacitação, com duração de 4h cada, nas 03 (três) comunidades pesquisadas, com a participação dos pesquisadores locais (comunitários), 02 (dois) em cada comunidade, e do pesquisador convidado.

A capacitação dos pesquisadores foi muito importante para o desenvolvimento da pesquisa em campo. Contudo, observou-se que as cargas horárias das oficinas deveriam ter sido maiores, pois percebeu-se durante a aplicação das matrizes e nos dados gerados, que os comunitários, em alguns momentos, sentiram dificuldade em valorar alguns critérios, e como a Análise em Pares está, fundamentalmente, alicerçada na ausência de comunicação entre os pesquisadores, visando a imparcialidade, notou-se que um tempo maior de capacitação, afim de minimizar a insegurança e evitar a comunicação, seria necessário.

Contudo, mesmo com esta percepção de certa dificuldade por parte dos comunitários, em alguns critérios, a aplicação da metodologia não foi comprometida.

- Aplicar a metodologia de valoração nas comunidades de Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré, Santa Maria e Santa Rita de Cássia

A etapa de aplicação da metodologia nas 03 (três) comunidades ocorreu dentro do previsto, mesmo com as observações descritas acima. Não houve nenhuma situação em campo que pudesse vir a comprometer a veracidade das informações apresentadas pelos pesquisadores, e conseqüentemente a análise e interpretação dos dados mostrados neste trabalho.

- Analisar a eficácia da metodologia em si

Primeiramente, observou-se que, possivelmente, não existem, estudos científicos sobre essa temática, com a perspectiva adotada pela pesquisa, em reservas extrativistas sem fluxo turístico.

No que diz respeito à metodologia, trata-se de uma ferramenta de fácil aplicação, desde que os pesquisadores (técnicos e comunitários) sejam devidamente capacitados e com isso passem a compreender o TBC mais claramente.

A disposição das informações em que se desejava obter dados quantitativos, através de matrizes, facilitou a compreensão universal, refletindo realidades individuais de cada comunidade. Acredita-se que este método, aparentemente, simples, possa contribuir para a convergência das ações de planejamento, como um instrumento inicial capaz de mensurar e direcionar os esforços e ações a serem aplicados na comunidade com maior valoração de atratividade turística.

O valor máximo estabelecido pela metodologia é de 816 (oitocentos e dezesseis), que consideraria a comunidade atrativa para o TBC. Contudo, destaca-se, que se uma comunidade é classificada como parcialmente atrativa para o TBC, não estando, portanto, na média entre 545-816, não necessariamente poderá ser rejeitada para uma possível implantação de um projeto de Turismo de Base Comunitária. Neste caso, a metodologia revela quais critérios representam as forças da comunidade, bem como suas fraquezas. Assim, o planejamento estratégico a ser desenvolvido poderá potencializar estas forças e/ou minimizar, melhorar, resolver e estimular as áreas que receberam valorações consideradas baixas.

É importante destacar que os métodos de valoração consultados e analisados, foram aplicados em localidades em que já existe fluxo turístico. A preocupação para a elaboração da metodologia proposta pela pesquisa foi, justamente, um método capaz de valorar a atratividade turística de áreas sem visitação turística, visando a criação de uma ferramenta inicial de planejamento para o TBC, mas especificamente em reservas extrativistas, com vistas a conexão de esforços devidamente direcionados.

Sugere-se uma alteração no quantitativo de pesquisadores (comunitários). Propõem-se duas duplas por comunidade, permanecendo a quantidade de 02 (dois) pesquisadores (técnicos) em cada área pesquisada. A ideia de aumentar a quantidade de pesquisadores comunitários, para duplas, surge baseada nas observações em campo, pois instintivamente, em algumas ocasiões, os pesquisadores (comunitários) são levados à tendência de tentarem se comunicar entre si, o que não é permitido na análise em pares. Essa comunicação pode de

certa forma, interferir, nos resultados. Enquanto que com o trabalho em parceria, em dupla, a valoração continuaria sendo única, mas com a possibilidade de contribuições compartilhadas entre os comunitários participantes da pesquisa.

Na segunda etapa percebeu-se, em campo, que alterações poderiam ter sido realizadas na metodologia a fim de torná-la a mais coerente possível. Porém, não alterá-la foi a maneira encontrada para analisar criticamente a própria metodologia de valoração de atratividade turística em reservas extrativistas, com vistas a apontar mudanças visando a evolução das pesquisas desta dissertação para uma nova etapa acadêmica.

Detectou-se que a Dimensão Social, no que tange os critérios “Olhar da comunidade sobre o TBC” e “Hospitalidade”, poderiam perfeitamente ser alocados na Dimensão Planejamento Turístico de Base Comunitária. Contudo, entende-se que como os critérios de valoração que podem levar a interpretações dúbias foram abordados de uma única vez, conclui-se que essas inconsistências não interferiram na análise e interpretação dos dados gerais, uma vez que, de certa forma, acabaram contemplando as ideias centrais da metodologia baseadas nos pilares da sustentabilidade e do próprio TBC.

A proposta apresentada nesta dissertação não pretende esgotar a possibilidade de que novos critérios possam vir a compor as matrizes. Pretende-se sim, buscar a evolução deste estudo, e se possível, expandir a metodologia para outros tipos de unidades de conservação, como as reservas extrativistas marinhas, por exemplo, onde, conseqüentemente, pequenas adaptações seriam realizadas para atender as peculiaridades deste tipo de UC.

Além disso, há a intenção latente em continuar as pesquisas no restante das comunidades que compõem a RESEX de Mapuá, assim como prosseguir com o amadurecimento das pesquisas sobre metodologias de valoração de atratividade turística em outra fase acadêmica.

Considerando que a proposta é permanecer com estudos em UC's sem fluxo turístico, não há pretensão de avançar na direção complementar de inserir componentes da demanda turística na metodologia. Porém, entende-se a importância deste elo de mercado para o desenvolvimento da atividade turística, mas, não nesta proposta metodológica.

7 RECOMENDAÇÕES

Considerando que muitas reservas extrativistas ainda não são destinos consolidados de TBC no Brasil, e que a metodologia de valoração da atratividade turística apresentada nesta dissertação, traduz uma avaliação da realidade nas comunidades pesquisadas na RESEX de Mapuá, que não possuem visitação turística organizada, e a conseqüente visão dos encaminhamentos a serem tomados para que o ordenamento turístico de base comunitária aconteça, propõem-se as seguintes recomendações para o desenvolvimento do TBC nas comunidades de Mapuá ³⁷:

- Apresentação do TBC nas comunidades, seus pontos positivos e negativos, bem como quais ações serão desenvolvidas a curto, médio e longo prazos, e os benefícios gerados durante estes períodos. Uma preocupação que não deve ser esquecida é o cuidado constante em gerar expectativas que não poderão ser atendidas, ocasionando frustrações;
- É imprescindível envolver a comunidade local em todas as etapas do processo de implantação do projeto de TBC. Essa decisão deve ser endógena, logicamente, com estímulos técnicos externos, a título de consultoria e capacitação profissional;
- Questões que envolvem decisões e ações da Prefeitura Municipal e suas Secretarias devem ser apresentadas, alinhadas e colocadas em discussão com o gestor municipal e seus secretários. Incitar a criação de políticas públicas de turismo;
- Com relação Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), infelizmente o Plano Ver o Pará e Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) não contemplam a região do Marajó que localiza-se a RESEX de Mapuá. No PDITS, no Polo Marajó, há uma menção acerca de ações de TBC para a cidade de Ponta de Pedras. Assim, recomenda-se articular junto a SETUR, via SECULTE, a

³⁷ Ressalta-se que toda atividade econômica na RESEX de Mapuá deve estar em consonância com o Plano de Uso da unidade de conservação e devidamente aprovada pelos membros do Conselho Deliberativo da UC. Portanto, as recomendações apresentadas são sugestões, caso haja interesse do Conselho na implementação de algum projeto de TBC em Mapuá.

possibilidade de expandir essas ações para a região de florestas do Marajó, contemplando a cidade de Breves, alegando que esta região nunca foi envolvida nas políticas públicas de turismo do Estado;

- A questão da quase inexistência das vias de comunicação (telefone e *Internet*) é uma dificuldade, considerando o diálogo com os centros emissores de demanda, mas que pode ser resolvido com a instalação de um *bureau*³⁸ no centro de Breves, que pode ser responsável pela captação de turistas, contato com operadoras e agências de turismo, bem como o agendamento dos clientes, pacotes escolhidos e períodos. Esse controle deverá ser cauteloso, uma vez que nas comunidades a comunicação por telefone fixo é precária. A maior parte do controle do fluxo de turistas (entrada e saída) das comunidades será de responsabilidade do *bureau*;
- Nesse modelo de turismo, o TBC, a hospedagem familiar, configura-se em um dos diferenciais da atividade. Para tal, os membros das comunidades precisam ser apresentados para esta atividade econômica e capacitados sobre como conduzir os negócios neste tipo de hospedagem alternativa. As residências devem passar por adaptações, a fim de proporcionar mais comodidade ao hóspede, sem perder a essência tradicional das habitações. Verificar junto a Prefeitura Municipal se os moradores da RESEX de Mapuá podem ser contemplados pelas políticas públicas de habitação, como o Minha Casa Minha Vida, por exemplo, na perspectiva configurar-se como uma ação integradora e fomentadora do TBC nas reservas extrativistas, visando não só a comodidade do turista, mas, preferencialmente, o bem estar das populações locais;
- A RESEX de Mapuá pode contemplar uma ou várias rotas e/ou roteiros e podem constituir um produto turístico. A roteirização turística, além de contribuir para a diversificação da oferta e inserção de produtos turísticos diferenciados, estimula a integração e a complementariedade de atratividades nas comunidades pertencentes aos roteiros, visando melhorar a prestação dos serviços para atender as demandas de turistas nacionais e internacionais. O desenvolvimento local (endógeno) decorre, quase sempre, de um ambiente

³⁸ Bureau significa "escritório", "repartição" e "agência". É um estabelecimento onde se realizam trabalhos administrativos e outros negócios relacionados com a atividade da empresa. Fonte: <http://www.significados.com.br/bureau/>. Acesso em: 19. Set. 2014.

político e social favorável, expresso por uma mobilização, convergência importante dos atores sociais com as prioridades de desenvolvimento. Por isso, o desenvolvimento local, depende da capacidade dos atores e sociedades locais, se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas prioridades e especificidades (BUARQUE, 2008);

- Fomentar o empreendedorismo como uma alternativa para o desenvolvimento local, sem agredir os recursos naturais da reserva, nem infringir a legislação. As oportunidades de negócios estão ligadas à produção de artesanato, condução de turistas em passeios, traslados, transportes, comércio (mercearias e lanchonetes), hospedagem familiar, dentre outros;
- Elaborar material promocional (*website, folders, cartazes, cartões de visita e portfólio* de produtos turísticos com tarifário) como material de apoio ao *bureau*;
- Incentivar *famtours*³⁹ e missões técnicas para promoção do destino.

³⁹ *Famtour* é um pacote turístico oferecido a custo zero aos profissionais de turismo para promover um determinado roteiro (SENAC.DN, 2004. p. 41).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Vilela. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, 2006.

ARAÚJO, Guilherme; GELBCKE, Daniele. Turismo Comunitário: Uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Turismo Visão e Ação**, v.10, n, 3, p. 357 – 378, 2008.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. e atual. Campinas: SP: Papirus, 2003. (Coleção Turismo).

BARTHOLLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2003.

BLANCO, Enrique Sergio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 75/2013 e pelo Decreto Legislativo n. 186/2008. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2013.

_____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002: Regulamenta os artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23.08.2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 30.04.2014.

_____. Decreto Presidencial s/n, de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a Reserva Extrativista de Mapuá no Município de Breves, no Estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 21.05.2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10533.htm. Acesso em: 30.04.2014.

_____. Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Regulamenta o artigo 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. **Diário Oficial da União**. Brasília, 06.04.2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm Acesso em: 30.04.2014.

_____. Decreto nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. **Diário Oficial da União**. Brasília, 08.02.2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 30.04.2014.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**. Brasília, 01.09.1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 30.04.2014.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 01.09.1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 30.04.2014.

_____. Lei nº 11.516, de 17 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 18.08.2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm. Acesso em: 30.04.2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.320, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA/SBF, 2011.

_____. **Quarto Relatório Nacional para a convenção sobre a diversidade biológica**. Brasília: MMA, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária, outra economia acontece**: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**: Uma Viagem de Inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. **Edital MTur n.º 001/2008**. Seleção de Propostas de Projetos para Apoio às Iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Boletim de Desempenho Econômico do Turismo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 40, jul./set. 2013.

_____. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 7: Roteirização Turística. Brasília, 2007.

_____. **Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

_____. **Estatísticas Básicas do Turismo – Brasil**, 2012 (arquivo).

BREVES. Prefeitura Municipal. **Plano de Governo da Prefeitura Municipal de Breves para o quadriênio de 2013-2016**, 2012.

BUARQUE, Sergio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BURSZTYN, Ivan. **Desatando um nó na rede**: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1964.

CASTELLI, Geraldo. **Hospitalidade**: a Inovação na Gestão das Organizações Prestadoras de Serviços. São Paulo: Saraiva, 2010.

COOPER, Chris; HALL, Michael; TRIGO, Luiz Godoi. **Turismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

COPOBIANCO, João Paulo. Algumas questões relacionadas às unidades de conservação da Amazônia Legal Brasileira. In: RAMOS, Adriana; COPOBIANCO, João Paulo (Org.). **Unidades de conservação no Brasil**: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). Brasília: 1996. p. 17-27. (Documentos do ISA, n.1).

CORIOLOANO, Luzia Neide. A Contribuição do Turismo do Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Farias; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Org.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2012.

_____. Turismo Comunitário e Economia Solidária no Ceará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza : UFC, Maio de 2008. p. 05

COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. **Ecoturismo**: reservas extrativistas no Brasil e experiências da Costa Rica. 2000. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIEGUES, Antônio (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB/USP/PROBIO/MMA/CNPQ, 2000.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

ICMBIO. **Portaria nº 39**, de 25 de junho de 2008. Dispõe sobre a criação do Conselho Deliberativo da RESEX Mapuá.

IRVING, Marta. Reinventando a Reflexão sobre Turismo de Base Comunitária: Inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Arquipélago do Marajó**. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/uc/951>. Acesso em: 03 de Nov. 2013.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território. Para uma enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr (Org.). **Turismo e Geografia**: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: estado, homem, natureza. 2. ed. Belém: Cejup, 2004. (Coleção Amazoniana, 1).

MACHADO, Nilson. **Ética e Educação**. São Paulo: Ateliê Ed., 2012.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: por uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. **Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária**: uma abordagem prática e sustentável. Campinas: Alínea, 2009.

MONTANDON, Alain. **Hospitalidade**: cenários e oportunidades. New York: Thomson, 2001.

MORAES, Werter Valentim. **Análise do ordenamento dos atrativos de turismo de base comunitária no território da Serra do Brigadeiro-MG**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG, 2011.

MOVIMENTO MARAJÓ FORTE. **Mesorregião do Marajó**. Disponível em: <http://movimentomarajoforte.blogspot.com.br/>. Acesso em: 02 de Jul. 2014.

MÜLLER, Andréa. A proteção dos conhecimentos tradicionais por meio das indicações geográficas. In: RODRIGUES JÚNIOR, Edson Beas; POLIDO, E. Fabricio (coord). **Propriedade intelectual: novos paradigmas, conflitos e desafios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

OLIVEIRA, Adriana Corrêa de. **Nazaré Oliveira: uma educadora marajoara**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História Cultural) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Farias; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Org.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2012.

PACHECO, Agenor Sarraf. **En El Corazón de La Amazônia: identidades, saberes e religiosidade no regime das águas marajoaras**. 2009. 353 f. (Tese de Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

PACHECO, Agenor Sarraf; SCHAAN, Denise Pahl; BELTRÃO, Jane Felipe. (Org.). **Remando por campos e florestas: patrimônios marajoaras em narrativas e vivências: ensino médio**. Belém: GKNoronha, 2012.

PARÁ. **Relatório da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA)**. Belém: IOE-PA, 2010.

_____. **Plano Ver-o-Pará**. Belém: IOE-PA, 2011.

PEREIRA, Deniz. [Et. Al.] **Fatos Florestais da Amazônia 2010**. Belém: IMAZON, 2010.

PINTO, Jorge. **Reserva Extrativista de Mapuá: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental (consolidado)**. Breves: ICMBIO, 2008.

PRICE, Neil; HAWKINS, Kirstan. The peer ethnographic method for health research: methodological and theoretical reflections. In: HOLLAND, J., NOBLE, S. ; NORTON, A.; SIGRIST, K.. **Methods in Development Research: combining qualitative and quantitative approaches**. ITDG, 2005.

QUARESMA, Helena Doris. **O Desencanto da Princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/Maiandeuá**. Belém: NAEA, 2003.

RAMIRO, Rodrigo; SILVA, Kátia; TEIXEIRA, Breno. Fomento ao Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

RENÓ, Francisco de Assis Grillo; RENÓ, Jane Santos Diniz; SANTOS, Margareth Maria Diniz dos. **Reserva Extrativista de Mapuá e Sustentabilidade em Breves** – Pará. 2010. 55f. (Monografia de Pós-Graduação) - Curso de Pós-Graduação em Gestão e Educação Ambiental. Universidade Salgado de Oliveira. Rio de Janeiro, 2010.

SALERA JÚNIOR. Giovanni. **Potencial Turístico de Breves** (apostila). Ilha de Marajó (PA), 2013.

SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane. (Org.). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia marajoara**. Belém: GKNoronha, 2010.

SENAC DN. **Turismo no Brasil: um guia prático para o guia**. Ed. SENAC, 2004.

SILVA, Orlando. **Eduardo Galvão: índios e caboclos**. São Paulo: Annablume, 2007.

SIMÕES, Maria do Socorro (Org.). **Marajó: um arquipélago sob a ótica da cultura e da biodiversidade**. Belém: UFPA, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SOUZA, Armando Lirio de; VALENTE, Benedito; FERRÃO, Euzalina da Silva; CANTO, Otávio do ; Carlos Bordalo ; NUNES, Christian; CHAGAS, Clay; MOTA, Giovane; PALHETA, João Marcio; NAHUM, João ; DO CANTO LOPES, Otavio; MASCARENHAS, Marcos; TOZY, Shirley. **Ribeirinhos do Mapuá. Caminhos e lugares da Amazônia: ciências, natureza e territórios**. Belém: NUMA, 2009, p. 225-236.

TELFER, Elisabeth. A filosofia da hospitalidade. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (Org.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Barueri/SP: Manole, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PITCPES. Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia – GPTDA. Projeto

Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. **Relatório Analítico do Território do Marajó**. Belém, Agosto de 2012.

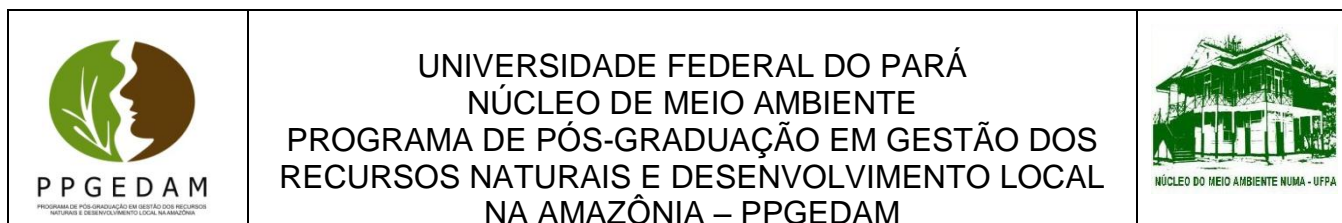
VALDUGA, Vander. **Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi – 1870-1960 (RS/BRASIL)**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, 2011.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Ed. Nacional, 1957. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5, Brasileira).

ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C.; SAMPAIO, C. A. C. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir das experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: Ed. UFC, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com Prefeitura Municipal de Breves.

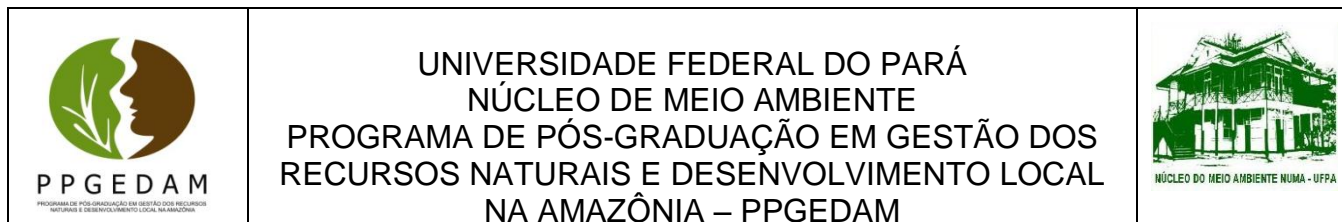


Título do trabalho: Metodologia aplicada ao Turismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas: valoração de atratividade turística de RESEX - O exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA.

Aluna: Ana Priscila Farias Magalhães

1. Qual é a importância da criação da RESEX de Mapuá?
2. Como você avalia a situação atual da reserva após a sua criação no ano de 2005?
3. Quais são as principais atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal na RESEX de Mapuá?
4. No Plano de Governo da Prefeitura Municipal de Breves para o quadriênio de 2013-2016, no item que compreende a Política Urbana e Rural, traz ações de fomento ao fortalecimento das associações e cooperativas na RESEX de Mapuá, além de estimular atividades que possam contribuir para a transformação da RESEX em um polo de atração de turistas de base comunitária. E no item sobre as metas para a Geração de Emprego e Renda, o plano enfatiza a ampliação das ações e projetos de turismo de base comunitária, cultural e religioso para o Município. Qual é o pensamento da gestão municipal sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) na atualidade?
5. O que você entende sobre esse modelo de turismo, o TBC?
6. Qual sua opinião sobre uma possível implantação de um projeto de Turismo de Base Comunitária na RESEX de Mapuá?
7. Considerando que não há um documento norteador por parte dos organismos federais sobre a implantação de projetos de Turismo de Base Comunitária em unidades de conservação, qual sua opinião sobre a criação de uma metodologia que possa auxiliar no planejamento e gestão de ações de turismo em reservas extrativistas?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com organismos ligados ao meio ambiente no Município de Breves (ICMBIO, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e EMATER).

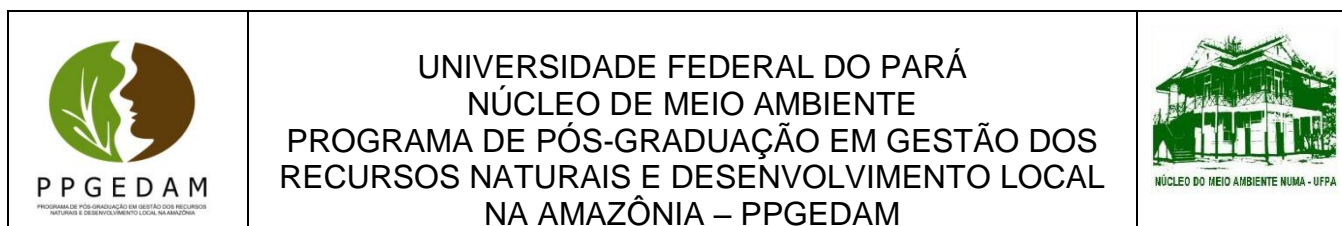


Título do trabalho: Metodologia aplicada ao Turismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas: valoração da atratividade turística de RESEX - O exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA.

Aluna: Ana Priscila Farias Magalhães

1. Em sua opinião qual foi a importância da criação da RESEX de Mapuá?
2. Como você avalia a situação atual da reserva após a sua criação no ano de 2005?
3. Qual é a atuação da instituição na RESEX de Mapuá?
4. Você já ouviu falar no Turismo de Base Comunitária? Se sim, o que você entende sobre esse modelo de turismo?
5. Qual sua opinião sobre uma possível implantação de um projeto de Turismo de Base Comunitária na RESEX de Mapuá?
6. Considerando que não há um documento norteador por parte dos organismos federais sobre a implantação de projetos de Turismo de Base Comunitária em unidades de conservação, qual sua opinião sobre a criação de uma metodologia que possa auxiliar no planejamento e gestão de ações de turismo em reservas extrativistas?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas com agente que atua na RESEX de Mapuá (AMOREMA).





Título do trabalho: Metodologia aplicada ao Turismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas: valoração da atratividade turística de RESEX - O exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA.

Aluna: Ana Priscila Farias Magalhães

1. Para você qual é a importância da criação da RESEX de Mapuá?
2. Quais são as principais atividades desenvolvidas pela organização na RESEX de Mapuá?
3. Você já ouviu falar no Turismo de Base Comunitária? Se sim, o que você entende sobre esse modelo de turismo?
4. Qual sua opinião sobre uma possível implantação de um projeto de Turismo de Base Comunitária na RESEX de Mapuá?
5. Considerando que não há um documento norteador por parte dos organismos federais sobre a implantação de projetos de Turismo de Base Comunitária em unidades de conservação, qual sua opinião sobre a criação de uma metodologia que possa auxiliar no planejamento e gestão de ações de turismo em reservas extrativistas?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevistas com SECULTE

 <p>PPGEDAM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA – PPGEDAM</p>	 <p>NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE NUMA - UFPA</p>
--	---	--

Título do trabalho: Metodologia aplicada ao Turismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas: valoração da atratividade turística de RESEX - O exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves/PA.

Aluna: Ana Priscila Farias Magalhães

1. Qual é a importância da criação da RESEX de Mapuá?
2. Como você avalia a situação atual da reserva após a sua criação no ano de 2005?
3. Quais são as principais atividades desenvolvidas pela organização na RESEX de Mapuá?
4. Você já ouviu falar no Turismo de Base Comunitária? Se sim, o que você entende sobre esse modelo de turismo?
5. Qual sua opinião sobre uma possível implantação de um projeto de Turismo de Base Comunitária na RESEX de Mapuá?
6. No Plano de Governo 2013-2016, da Prefeitura Municipal de Breves, nos itens Política Urbana e Rural e Geração de Emprego e Renda o Turismo de Base Comunitária é mencionado. Neste sentido, quais ações serão ou já foram realizadas?
7. Considerando que não há um documento norteador por parte dos organismos federais sobre a implantação de projetos de Turismo de Base Comunitária em unidades de conservação, qual sua opinião sobre a criação de uma metodologia que possa auxiliar no planejamento e gestão de ações de turismo em reservas extrativistas?

APÊNDICE E - DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Matrizes de análises individuais com critérios de análise de atratividade turística de base comunitária da RESEX de Mapuá

Matriz 1: Critérios para hierarquização de atratividade na dimensão ambiental, Comunidade X.

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				
	SITUAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS - FAUNA				
	SITUAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS - FLORA				
	CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM				
	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM				
	POLUIÇÃO SONORA				
	SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS				
	AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
	LIMPEZA PÚBLICA				
	COLETA SELETIVA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS				
	AÇÕES DE RECICLAGEM DOS RESÍDUOS SÓLIDOS				
TOTAL					

Matriz 2: Critérios para hierarquização de atratividade na dimensão cultural, Comunidade X.

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	EVENTOS PROGRAMADOS CULTURAIS				
	EVENTOS PROGRAMADOS RELIGIOSOS				
	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS				
	PRODUÇÃO DE ARTESANATO				
	USO DE PLANTAS MEDICINAIS				
	GASTRONOMIA TÍPICA				
	GRUPOS DE DANÇAS REGIONAIS				
	LENDAS E MITOS				
	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS				
	PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL				
TOTAL					

Matriz 3: Critérios para hierarquização de atratividade na dimensão econômica, Comunidade X.

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS PARA O TURISMO				
	ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA				
	TIPOS DE EXTRATIVISMO				
	PROXIMIDADE DOS NÚCLEOS EMISSORES DE DEMANDA				
TOTAL					

Matriz 4: Critérios para hierarquização de atratividade na dimensão social, Comunidade X.

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	OLHAR DA COMUNIDADE SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA				
	HOSPITALIDADE				
	EXISTÊNCIA OU HISTÓRICO DE CONFLITOS				
	CURSOS DE CAPACITAÇÃO				
TOTAL					

Matriz 5: Critérios para hierarquização de atratividade na dimensão Político/Institucional, Comunidade X.

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	PRESENÇA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS				
	ORGANISMOS RELIGIOSOS				
	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA				
	ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS				
	PRESENÇA DO PODER PÚBLICO				
	REALIZAÇÃO DE PESQUISA TÉCNICA OU CIENTÍFICA				
TOTAL					

Matriz 6: Critérios para hierarquização de atratividade na dimensão Planejamento Turístico de Base Comunitária, Comunidade X.

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DE ROTEIROS				
	PONTOS DE ATRATIVIDADE				
	EXISTE OU EXISTIU ALGUM PROJETO DE TBC				
	INTERESSE PELA HOSPEDAGEM FAMILIAR				
TOTAL					

Matriz 7: Critérios para hierarquização de atratividade na Infraestrutura Básica, Comunidade X.

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	SEGURANÇA				
	ATENDIMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS				
	ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
	REDE DE ESGOTO				
	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA				
	INTERNET				
	TELEFONE FIXO				
	TELEFONE MÓVEL				
	TELEFONE PÚBLICO				
	AGÊNCIA DOS CORREIOS				
	AGÊNCIA BANCÁRIA				
	MEIOS DE TRANSPORTE				
	TRANSPORTE INTRA-TERRITORIAL				
	PONTO DE ACESSO				
	POSTO DE SAÚDE				
ESCOLA MUNICIPAL					
ESCOLA ESTADUAL					
TOTAL					

Matriz 8: Critérios para hierarquização de atratividade na dimensão Infraestrutura Turística, Comunidade X.

COMUNIDADE	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
X	ESPAÇOS PARA EVENTOS				
	MEIOS DE HOSPEDAGEM				
	RESTAURANTES				
	LANCHONETE				
	BAR				
TOTAL					

Matriz 9: Critérios para hierarquização de atratividade na dimensão Cognitiva, Comunidade X.

COMUNIDADE	CRITÉRIOS OU INDICADORES DE ANÁLISE	VALORES			
		0	1	2	3
x	IDENTIFICAÇÃO COM O ESPAÇO - VARZEIRO				
	IDENTIFICAÇÃO COM O ESPAÇO - RIBEIRINHO				
	IDENTIFICAÇÃO COM O ESPAÇO - EXTRATIVISTA				
	SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO				
	CONHECIMENTOS TRADICIONAIS REPASSADOS DE GERAÇÃO PARA GERAÇÃO				
	CAPITAL SOCIAL (TROCAS)				
	ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE				
TOTAL					